

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande – FURG:
um estudo de caso do Campus de São Lourenço do Sul

Luciana de Souza Vargas

Pelotas, 2020

Luciana de Souza Vargas

A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande – FURG: um estudo de caso do Campus de São Lourenço do Sul

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Jovino Pizzi

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na
Publicação

V297i Vargas, Luciana de Souza

A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande –
FURG: um estudo de caso do Campus de São Lourenço do Sul /
Luciana de Souza Vargas; Jovino Pizzi, orientador. — Pelotas, 2020.

126 f.: il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em
Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de
Pelotas, 2020.

1. Interiorização. 2. Política de educação superior. 3.
Desenvolvimento. 4. FURG - Campus São Lourenço do Sul. I.
Pizzi, Jovino, orient. II. Título.

CDD : 378

Luciana de Souza Vargas

A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande – FURG:
um estudo de caso do Campus de São Lourenço Do Sul

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do título de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data de Defesa: 29/12/2020

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. Jovino Pizzi (Orientador)
Doutor em Ética e Democracia pela Universidade Jaume I, Espanha.

.....
Prof.^a Dra. Aline Mendonça dos Santos (UCPel)
Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

.....
Prof.^a Dra. Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS)
Doutora em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

.....
Prof. Dr Eduardo Arriada (UFPel)
Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS, Brasil.

**Dedico este trabalho à Universidade Federal do
Rio Grande – FURG que tem seu propósito
pautado na sustentabilidade como princípio para
as relações sociais e educacionais.**

Agradecimentos

Agradeço genuinamente a divindade da vida que por si só, em todas as suas formas, expressões e dimensões se faz preciosa e qualquer tentativa de descrevê-la, poderá ser ínfima.

Às colegas de trabalho da Pró-reitora de Assuntos Estudantis da FURG, que contribuíram incentivando e oportunizando tempos e espaços ao trabalho de pesquisa, bem como oferecendo diferentes apoios.

Ao orientador pela oportunidade de vivenciar a Pós-Graduação possibilitando assim, a expansão do processo de conhecimento que naturalmente carrega limites e potenciais multidimensionais.

À banca examinadora, pela forma generosa de nortear a minha caminhada na busca pelo conhecimento almejado.

Aos (às) colegas do grupo de orientação pelo acolhimento, as trocas compartilhadas, a disponibilidade em prestar apoio, especialmente nos momentos mais delicados, demonstrando empatia, altruísmo e solidariedade.

À minha família, por toda a história de vida que dividimos. Menciono algumas representações vitais: mãe; pai; irmã e irmão; tias e tios, primos e primas; avôs e avós (in memoriam) sobrinha; sogro e sogra; cunhado e cunhada e meu companheiro, o qual divido, somo, multiplico, transformo e reformo minha própria existência.

Às pessoas que tive a oportunidade de conviver ou conhecer por ocasiões da vida, em especial aquelas em que vivenciei as buscas mais profundas que percorro. Um agradecimento fraterno ao Dada Jinanananda pela sabedoria compartilhada e que carrego em minha alma, me ajudando a entender que tudo é expressão divina. Também, a quem tive relações durante a caminhada de formação em Yoga.

Aos (às) amigos (as) de vida e de ciclos que sempre contribuem com a minha transformação, levando um pouco de mim e me deixando um pouco de si.

À todos os seres que nos diferentes espaços e tempos históricos, constroem e reconstroem paradigmas que transcendem o que se entende por humanidade, deixo a minha gratidão de mente, corpo e espírito. Que possamos romper com as nossas próprias amarras da tênue linha que nos limita dos avanços mais profundos.

***“A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”
(FREIRE, 1979, p.84).***

Resumo

VARGAS, Luciana de Souza. **A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**: um estudo de caso do Campus de São Lourenço do Sul. Orientador: Jovino Pizzi. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

Este estudo analisou o contexto de interiorização da Universidade Federal do Rio Grande com um Campus em São Lourenço do Sul que caracteriza o processo de expansão do ensino superior presencial preconizado pelo Programa de Reestruturação das Universidades Federais – REUNI. O objetivo geral da pesquisa é compreender como esse processo se constituiu. A metodologia utilizada foi um estudo empírico de caso, de abordagem qualitativa, utilizando-se os procedimentos técnicos de pesquisa documental e bibliográfica. Nas investigações percorridas, além de tratar questões institucionais, os embasamentos estudados estiveram centrados na concepção da política de educação superior. As divergências constatadas traduzem limitações intrínsecas ao processo de ampliação institucional no local examinado. Dessa forma, refletem-se as perspectivas do cenário investigado. Para pensar a materialização desse Campus, fez-se necessário o aprofundamento sociohistórico da FURG, bem como do modelo político educacional em que está inserida. O tema trabalhado oportunizou a percepção sobre o desenvolvimento da constituição da FURG na localidade analisada.

Palavras-chave: Interiorização. Política de educação superior. Desenvolvimento. FURG - Campus São Lourenço do Sul.

Abstract

VARGAS, Luciana de Souza. **Interiorization of the Federal University of Rio Grande – FURG**: a case study on the São Lourenço do Sul Campus. Advisor: Jovino Pizzi. 2020. 126 sheets. Master's Thesis (Master's Degree in Education) - Graduate Program in Education, Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2020.

This study analyzed the context of interiorization of the Federal University of Rio Grande with a Campus in São Lourenço do Sul, which characterizes the process of expansion of higher education resulting from the Federal University Restructuring Program - REUNI. The research objective is to understand how this process was constituted. The methodology used was an empirical case study, with a qualitative approach using the technical procedures of documentary and bibliographic research. In the investigations carried out, the assumptions studied were centered on the conception of higher education policy, in addition to addressing institutional issues. The divergences found reflect limitations intrinsic to the process of institutional expansion in this examined location. Thus, the prospects for this scenario are reflected. To think about the materialization of this Campus, it was necessary to deepen the socio-historical aspects of FURG, as well as the educational political model in which it is inserted. This subject matter enabled a perception about the development of the constitution of FURG in the location studied.

Keywords: Interiorization. Higher education policy. Development. FURG - São Lourenço do Sul Campus.

Lista de Figuras

Figura 1- Fluxo das relações educacionais propostas pela Universidade.....	31
Figura 2 - Localização de São Lourenço do Sul.....	40
Figura 3 - Área de abrangência da FURG.....	43
Figura 4 - Primeiras instalações do Campus SLS.....	45
Figura 5 - Imagem aérea de localização dos prédios 1, 2 e 3 do Campus SLS.....	47
Figura 6 - Prédio 1 do Campus FURG – SLS.....	47
Figura 7 - Prédio 2 do Campus FURG – SLS.....	48
Figura 8 - Prédio 3 do Campus FURG – SLS.....	49
Figura 9 - Casa do Estudante Universitário – CEU do Campus FURG – SLS.....	50
Figura 10 - Distância da CEU e prédios da FURG.....	50

Lista de Tabelas

Tabela 1	Número de candidatos e relação candidato/vagas dos cursos do Campus de SLS com ingresso via SISU (2015 a 2019).....	53
Tabela 2	Número de vagas/ano, ingressantes e vagas ociosas por curso via SISU e Processo Seletivo Específico de Licenciatura em Educação do Campo no período 2015 a 2019 no Campus SLS.....	54
Tabela 3	Discentes diplomados por curso com ingresso via SISU e Processo Seletivo Específico de Licenciatura em Educação do Campo no período 2015 a 2019 no Campus SLS.....	54

Lista de Quadros

Quadro 1	Vagas disponíveis para cursos de graduação no SISU 2020/1 Campus FURG –SLS.....	75
----------	------------------------------------------------------------------------------------	----

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Percentual sobre a criação dos cursos da FURG de 1970 a 2020...	28
Gráfico 2	Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – 1980 a 2018	90

Lista de abreviaturas e siglas

AE	Anuário Estatístico
BM	Banco Mundial
CE	Código de Ética
CEU	Casa do Estudante
CF	Constituição Federal de 1988
CIDEC-Sul	Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNE/CES	Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEPEA	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
CONSUN	Conselho Universitário
COPERSE	Comissão Permanente do Processo Seletivo
DEED	Diretoria de Estatísticas Educacionais
EaD	Ensino à Distância
EMATER	Empresa Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ESANTAR	Estação de Apoio Antártico
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GATS	Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior

ILA	Instituto de Letras e Artes
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IO	Instituto de Oceanografia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAES	Polo de Apoio ao Ensino Superior
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPP	Projeto Político-Pedagógico da Instituição
PROANTAR	Projeto Antártico Brasileiro
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REUNI	Programa de Reestruturação das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESU	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLS	São Lourenço do Sul
SP	São Paulo
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Sumário

1 Introdução	17
2 A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em São Lourenço do Sul	20
2.1 O caminho metodológico da pesquisa	20
2.2 Uma breve apresentação institucional da FURG	25
2.2.2 O Projeto Pedagógico Institucional: princípios às práticas da FURG	29
2.2.3 A expansão da FURG a partir de 2007: o caminho à interiorização.....	33
2.2.4 O programa REUNI como instrumento de interiorização da FURG	34
2.3 O município de São Lourenço do Sul: território de desenvolvimento da FURG ..	38
2.4 A caracterização infraestrutural do Campus de São Lourenço do Sul	44
2.5 O desenvolvimento do Campus FURG – SLS.....	52
3 Análise da política de educação superior no Brasil	56
3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: o marco regulatório à política educacional superior no Brasil	56
3.2 A Reforma do Estado: a Nova Gestão Pública como modelo para reduzir o público e favorecer o privado.....	58
3.3 Mercado educacional: uma relação que é global	62
3.4 A regulação do mercado transnacional do ensino superior.....	65
3.5 A descapitalização da universidade pública	67
4 Perspectivas frente ao cenário analisado	70
4.1 Inferências sobre a política pública de interiorização da educação superior no Brasil	70
4.2 A concepção de educação da FURG: princípios à efetivação do caráter institucional.....	73
4.3 O caráter político-pedagógico do Campus FURG-SLS	77
4.4 Tensões intra e extrainstitucionais ao desenvolvimento da FURG em São Lourenço do Sul	85

4.4.1 Entraves da política de educação superior para desenvolver a interiorização da FURG	88
4.5 A interiorização educacional da FURG como pilar à emancipação social.....	93
5 Considerações finais	98
Referências	103
Apêndices	114
Anexos	124

1 Introdução

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG tem sua sede no município do Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul - RS, e constituiu sua identidade com a proposta de atuar nos ecossistemas costeiros e oceânicos. Seu caráter está pautado no conceito de sustentabilidade.

A partir do ano de 2007, com o incremento do Programa de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI, a Instituição assume o processo de expansão do ensino superior presencial. Em 2010, interiorizou um Campus universitário na localidade de São Lourenço do Sul. Este é o contexto do tema proposto à dissertação. A proposta, por ora apresentada, se relaciona com a linha de pesquisa em Filosofia e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, no RS, Brasil.

Ao atuar, desde 2014, como Assistente Social e Técnica Administrativa em Educação, no Campus da FURG em São Lourenço do Sul, afloram problematizações epistemológicas sobre a conjuntura de trabalho. O Serviço Social está inserido na ciência social aplicada, e um de seus princípios ético-políticos é a busca pela garantia e expansão de direitos sociais. Essas premissas, sustentam a intencionalidade, tanto para o conhecimento quanto para a intervenção na realidade em que se atua.

Através dessa dimensão, é que se almeja contribuir enquanto agente na política pública de educação superior. Nesse sentido, se compreende ser tarefa primordial o reconhecimento histórico, político e social sobre o espaço atuado, apreendendo sobre os entraves e desafios da Universidade, mais especificamente no Campus de São Lourenço do Sul, a fim de vislumbrar possibilidades a serem executadas neste certame. O problema de pesquisa, tem o propósito de responder a seguinte questão: como se constitui o desenvolvimento na interiorização da FURG em São Lourenço do Sul? O estudo discorre sobre a adesão institucional de reestruturação universitária, a política de educação superior e os desdobramentos intrínsecos de consolidação para interiorizar o ensino superior presencial.

O objetivo geral é compreender como foi se constituindo a interiorização da Universidade Federal do Rio Grande com o Campus em São Lourenço do Sul.

Os objetivos específicos são: analisar o contexto e os instrumentos legais que deram suporte à FURG realizar a sua interiorização em São Lourenço do Sul; identificar questões institucionais para compreender a conjuntura da política de educação em que esta ampliação vem acontecendo e analisar o cenário político educacional superior do Brasil frente a globalização e suas implicações no processo de interiorização.

Portando, os elementos específicos a serem examinados versam sobre o marco legal que regula a educação, pautando o modelo de gestão pública, o princípio de mercado à educação e a descapitalização da universidade pública, enquanto pontos de divergência à essa materialização que a FURG propõe ao interiorizar o Campus neste *locus* pesquisado.

Com base nessas inquietações é que se defende a relevância da pesquisa. Além de analisar a proposta institucional conforme o contexto, que evidencia progressos conquistados na interiorização da política educacional superior brasileira, é trazido o contrassenso da própria política educacional. Em suma, despontam reflexões sobre as perspectivas diante do cenário analisado.

A metodologia utilizada é qualitativa, um estudo de caso de aproximação exploratória, que utiliza a pesquisa bibliográfica, o resgate histórico e a análise documental a fim de aprofundar sobre a interiorização da FURG com o Campus em São Lourenço do Sul. Para análise dos dados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo.

O estudo indica como vem se constituindo o desenvolvimento na interiorização da FURG no município analisado, e que pode ser percebido considerando os aspectos salientados desde a análise documental da Universidade até a pesquisa a respeito da política de educação superior brasileira. As dificuldades encontradas no processo de ampliação institucional se relacionam com os limites intra e extra institucionais. O exame apresentado pode acrescentar na compreensão das limitações percebidas, bem como exalta as possibilidades até então desenvolvidas pelo caráter educacional proposto pela Instituição.

A dissertação está organizada em três capítulos: capítulo 1 - A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande em São Lourenço do Sul; capítulo 2 – Análise da Política da Educação Superior no Brasil; capítulo 3 – Perspectivas frente ao cenário analisado.

O primeiro capítulo inicia apresentando a metodologia de estudo utilizada. O tema seguinte, descreve uma breve apresentação da Instituição e tem como recurso principal a pesquisa documental. A explanação visa pautar a filosofia que constitui os princípios institucionais através do Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Na sequência, aborda-se a expansão e interiorização institucional efetivada a partir de 2007, o que direciona o próximo tema que trata sobre o REUNI, compreendido enquanto circunstância para o avanço da política educacional pública que culmina no Campus de São Lourenço do Sul. A seguir apresenta-se o Campus em análise e para finalizar sistematiza-se a respeito da caracterização infraestrutural e os dados de expansão da FURG nesta localidade.

O segundo capítulo foi escolhido como espaço para aprofundar as reflexões com base na pesquisa bibliográfica, e trabalha-se com as contradições da política de educação superior no Brasil. Nas delimitações da pesquisa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB é trazida por representar o marco regulatório ao campo educacional. O recorte histórico abordado considera a Reforma do Estado a partir da década de 1990 devido ao modelo de gestão pública brasileira adotado após essa década. Diante das implicações desse modelo, se traz ao debate a relação globalizada de um mercado educacional, a fim de pautar sobre esta movimentação que acontece transnacionalmente no ensino superior, com efeitos de descapitalização da universidade pública.

O último capítulo é dedicado às discussões e discorre sobre as perspectivas em meio ao cenário. O primeiro item traz inferências sobre a política pública de interiorização da educação superior no Brasil. Após, a abordagem é sobre a concepção de educação da FURG e os princípios à efetivação do seu caráter institucional. Posteriormente, se aborda o projeto político-pedagógico do Campus em São Lourenço do Sul. Em sequência, são pautadas as tensões à FURG ao desenvolvimento neste território, e pontua-se os entraves da política de educação superior que impactam na interiorização. Por fim, o conceito educacional da FURG é vislumbrado como pilar para a emancipação social.

2 A interiorização da Universidade Federal do Rio Grande – FURG em São Lourenço do Sul

O presente capítulo, parte da escrita sobre o caminho escolhido à metodologia da pesquisa. Por conseguinte, é feita uma breve apresentação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Em sequência, faz-se a explanação do PPI com o intuito de pautar a filosofia que constitui os princípios institucionais. Após, aborda-se a expansão e interiorização institucional a partir de 2007, o que direciona ao tema sobre o REUNI, compreendido enquanto avanço da política educacional pública que culmina no Campus de São Lourenço do Sul, território que também será apresentado. Finaliza-se sistematizando a respeito da caracterização infraestrutural e os dados de expansão da FURG nesta localidade.

2.1 O caminho metodológico da pesquisa

Este item apresenta a metodologia utilizada e o percurso desenvolvido para dar vida ao estudo proposto, tendo em vista que o método da pesquisa se constitui de ferramentas científicas que estruturam o pensamento analítico e propiciam um olhar hipotético acerca do universo examinado. Mário Osório Marques, em seu título “Escrever é Preciso”, considera que a arte de registrar o conhecimento, “trata-se, na verdade, de pontuar a escrita imprimindo-lhe os sentidos de nossa percepção e opção” (MARQUES, 2001, p. 19).

De acordo com Minayo (2001), a reflexão científica é um exercício contínuo:

A pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta uma carga histórica e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 2001, p.23).

Com uma atitude intrínseca de reconhecimento de que a pesquisa é um processo inacabado, para cumprir os objetivos da pesquisa, utiliza-se do método investigativo considerando o campo dialético, por ter a característica dinâmica na interpretação da realidade. Pondera-se que os fatos devem ser analisados na totalidade de um contexto social, político, econômico, entre outros elementos. Esta metodologia está relacionada com a pesquisa qualitativa (GIL, 2002; MARCONI & LAKATOS, 2013).

A escolha em trabalhar a partir de um estudo de caso, considera a relação laboral prévia ao processo da pesquisa, utilizando-se da análise documental e bibliográfica, no campo da pesquisa de aproximação exploratória, visto que esta, se desenvolve com a finalidade de propiciar uma visão geral a respeito de determinado fato (GIL, 2008).

O ponto de partida deste estudo foi a questão norteadora e o problema de pesquisa. A questão norteadora partiu da indagação sobre *como vem se construindo a expansão, consolidação e emancipação do ensino superior presencial em São Lourenço do Sul*. Tal questionamento se transformou no seguinte problema de pesquisa: *como se constitui o desenvolvimento na interiorização da FURG em São Lourenço do Sul?*

Por isso, para atender aos objetivos da pesquisa realizou-se um estudo de caso a fim de identificar as informações relevantes a respeito do processo de interiorização da FURG em São Lourenço do Sul. Compreende-se o estudo de caso como explicita Leal (2007):

Trata-se de uma pesquisa empírica, em que elementos e dados coletados na realidade concreta são fundamentais e essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Ela utiliza como base a observação que o pesquisador faz diretamente com relação a fatos ou pessoas, ou também a pesquisa de documentos cujo acesso não se faz possível ou desejado pela via bibliográfica (LEAL, 2007. p. 18).

No que tange a pesquisa documental ela possibilitou a identificação de aspectos históricos, políticos, pedagógicos, filosóficos, da missão e visão institucional da Universidade, em especial na sua dinâmica de interiorização do ensino. Flick (2009, p. 237) argumenta que “os documentos podem ser instrutivos para a compreensão das realidades sociais em contextos institucionais”.

Segundo Marconi e Lakatos (2013), este método é constituído por fontes primárias, o que proporciona uma análise peculiar, pois “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

Quanto à pesquisa bibliográfica ela foi necessária para compreender acerca da política educacional superior de maneira mais ampla. A pesquisa bibliográfica é entendida como:

[...] aquela que se desenvolve tentando explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes: livros, artigos, manuais, enciclopédias, anais, meios eletrônicos, etc. A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto (MARCONI; LAKATOS, 2013, p. 157).

Com este método foi possível identificar como veio transcorrendo a organização legal da gestão pública que reestrutura, expande e, sobretudo, interioriza a educação superior no país. Ainda, encontrou-se a concepção sobre as relações da política educacional, que perpassam do local ao global, permitindo reconhecer os conflitos abarcados.

Os referenciais bibliográficos ampliaram o alcance de conhecimentos sobre as temáticas específicas trabalhadas promovendo um teor explicativo do problema pesquisado, assim como, auxiliaram na delimitação da questão norteadora, o que possibilitou a fundamentação das discussões. Além disso, foi possível sistematizar o estudo pertinente ao tema conforme indicação de Koche (1997). Destaca-se que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45).

Portanto, como afirma Minayo (2001), a metodologia é a via da concepção para abordar a realidade. Dessa forma, os arranjos que instrumentalizam cientificamente as questões analisadas possibilitam encorpar percepções sobre o universo estudado. A apreensão advinda da pesquisa documental e bibliográfica foi ponderada de maneira transversal para atender os objetivos propostos.

Para realizar a análise dos dados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo. Considerando ser um instrumental metodológico de referência no campo investigativo das ciências sociais e na área educacional, infere-se que:

Antes de mais, importa referir que o conceito de análise de conteúdo tem evoluído ao longo do tempo e tem sido amplamente reconhecido, explorado e aprofundado, sobretudo no âmbito da investigação qualitativa, especialmente na área de Ciências Sociais (área que se dedica a estudar a vida social de indivíduos e/ou grupos do mundo humano) e de Educação, na medida em que se pretende compreender, interpretar e problematizar as intenções e significações dos sujeitos (COSTA, MOREIRA & SÁ, 2021, p.47).

Moraes (1999) compreende que esse método é utilizado na descrição e interpretação de conteúdos documentais e textuais, sendo então, uma ferramenta metodológica para guiar o estudo proposto. Em Silva e Fossá “salienta-se o caráter social da análise de conteúdo, uma vez que é uma técnica com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva” (SILVA; FOSSÁ, 2013, p.2). Tal análise considera descrições qualitativas ou quantitativas e sistemáticas. Dessa forma, auxilia na interpretação e compreensão do significado dos conteúdos, para além de uma leitura trivial. A característica desse método de análise consiste em:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo da mensagem, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Conforme proposto por Bardin (1977), a Análise de Conteúdo é constituída por três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação.

No momento da pré-análise é realizada a sistematização das ideias iniciais, que irão orientar um plano analítico e uma definição do desenvolvimento das ações consecutivas. Para isso, existem três fases norteadoras: a seleção documental, a construção de hipóteses e a identificação dos objetivos para que se possa elaborar os indicadores que serão a base da interpretação final. Não há necessariamente uma cronologia entre as etapas, ainda que tenham uma coesão metodológica e no que se refere a escolha dos documentos a serem analisados isso dependerá dos objetivos de pesquisa (BARDIN, 1977).

Os primeiros passos da pesquisa compreendem a leitura flutuante, que se caracteriza gradualmente na apropriação dos textos, documentos e anotações. Em Bardin (1977), entre as regras para análise de conteúdo, encontra-se a regra da representatividade que possibilita a amostragem de um dado material levando em conta os elementos heterogêneos e homogêneos da amostra coletada. Nesse ínterim,

os documentos analisados sobre a FURG e política de interiorização do REUNI trazem o caráter da homogeneidade, visto terem uma diretriz definida no seu conteúdo. No que tange a heterogeneidade, tem-se a diversidade das temáticas abordadas. Outra regra é a da pertinência, que consiste na verificação da fonte documental e se esta responde de forma adequada ao objetivo proposto na pesquisa (BARDIN, 1977), neste caso, no que concerne a interiorização em SLS.

Diante dessa metodologia de análise, para conhecer o desenvolvimento da Universidade, foram estudados os seguintes documentos que buscaram atender ao princípio da pertinência (BARDIN, 1977): Anuário Estatístico que congrega diversas fontes de informação que alimentaram os dados da pesquisa; Regimento Geral; Estatuto; Projeto Pedagógico Institucional, que orientou sobre os princípios às práticas da FURG; Plano de Integralidade; Projeto Político Pedagógico dos cursos do Campus/SLS para acepção sobre o caráter das formações ofertadas; notícias oficiais e resoluções do Conselho Universitário. O conjunto de documentos, demonstrou questões sobre o contexto sociohistórico institucional e auxiliou a compreender em todas as temáticas descritas no trabalho, sobre o processo de desenvolvimento da interiorização no território estudado.

A segunda etapa compreendeu a exploração do material selecionado para executar a análise. Seguindo o método de Bardin (1977), esse momento é designado à codificação que significa a transformação, por meio do recorte, agregação e enumeração, que segue um regramento preciso a respeito das informações obtidas textualmente, as quais irão representar o caráter do conteúdo. Para isso, utilizou-se do referencial bibliográfico e das referências trazidas pela leitura geral.

Assim, o texto do material coletado foi organizado em unidades de registro, como os textos documentais e bibliográficos, e que embasaram a etapa de categorização. A fim de trabalhar com as categorias, realizou-se uma classificação de elementos que as constituem e tendo como critérios a seleção de temas; a definição sintática de verbos ou adjetivos; a classificação de palavras conforme a representação e as expressões que classificam as variações da linguagem (BARDIN, 1977).

Na terceira e última etapa da análise, chega-se à inferência e interpretação analítica que estão fundamentadas no referencial bibliográfico, sem desconectar-se das fontes documentais. A escolha de pesquisa esteve centrada na categorização de

temas, que emergiram nas seguintes categorias para responder ao problema de pesquisa: interiorização; política de educação superior e emancipação social.

Nessa busca metodológica, pretende-se o que Minayo (2004) aponta quanto a análise de conteúdo que pode permitir “ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica frente à comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou observação” (Minayo, 2004, p. 203). Dessa forma, a Análise de Conteúdo permite destacar indicadores à percepção para além das mensagens encontradas na pesquisa documental e bibliográfica, com o propósito de que esteja pertinente aos objetivos pesquisados.

O ponto de partida a ser dissertado no próximo item traz uma concisa apresentação institucional da FURG para contextualizar a respeito da história da Universidade e como acontece a interiorização em São Lourenço do Sul.

2.2 Uma breve apresentação institucional da FURG

Para apresentar a FURG, foram selecionados alguns dos cursos consolidados e que foram concebidos nas três primeiras décadas de atuação da Universidade. Sincronicamente, são trazidos os marcos históricos referentes a esse mesmo período, com a intenção de demarcar acontecimentos relevantes à Instituição.

A FURG iniciou suas atividades educacionais no século XX, primariamente na cidade do Rio Grande. Naquele período, o município não contava com a política de educação superior, assim, um considerável número de estudantes necessitava migrar para outras localidades em busca de qualificação profissional. Essa conjuntura está apontada, conforme segue:

A realidade da cidade do Rio Grande, na segunda metade do século XX, revelava a carência total de escolas de nível superior. Este cenário propiciava a evasão de significativo número de estudantes que se dirigiam a outras cidades para continuarem seus estudos. A consciência dessa realidade, aliada ao propósito de modificá-la, resultou em um movimento cultural cuja finalidade precípua foi a criação de uma Escola de Engenharia, devido ao elevado número de profissionais da área e ao parque industrial existente na cidade à época. Para funcionar segundo os moldes exigidos pelo Ministério da Educação, a escola precisava de uma entidade mantenedora, sendo instituída, no ano de 1953, a Fundação Cidade do Rio Grande. A Escola de Engenharia Industrial teve seu funcionamento autorizado em 1955, seu reconhecimento em 1959 e foi federalizada dois anos depois, em 1961 (FURG, 2019a, p. 10).

Naquela época, no Brasil, ainda não havia a característica de universidade, pois até 1968 os cursos superiores funcionavam como escolas isoladas. Nesse contexto

foi que surgiu a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. Segundo Duvoisin (2013) os cursos de licenciatura dentre outros que iniciaram entre 1966 e 1968 pertenciam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio Grande:

Até 1968 era admitido, em nosso país, o funcionamento de cursos superiores de forma isolada. Naquela época já havia um movimento de aglutinação dos cursos superiores em unidades maiores. No ano seguinte, com a reforma universitária, foi que o governo oficializou o funcionamento da Universidade do Rio Grande, pelo Decreto-Lei 774. Assim, em 30 de dezembro de 1969, a Faculdade Católica de Filosofia passou a pertencer à Fundação Universidade do Rio Grande (FURG). O que possibilitou, posteriormente, o caráter público (DUVOISIN, 2013, p.24).

Esse foi um marco fundamental para a unificação das quatro primeiras unidades de ensino superior existentes, de forma isolada, no município do Rio Grande. Assim, após o Decreto-Lei 774 de 20 de agosto de 1969, em 21 de outubro do mesmo ano, por meio do Decreto nº 65.462 foi instituída a Fundação Universidade do Rio Grande, passando a se caracterizar da seguinte forma:

É uma entidade educacional de natureza fundacional pública, gratuita, integrante da Administração Federal Indireta, destinada à promoção do ensino superior e médio de educação profissional, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (FURG, 2019a, p. 2).

Em 1970, surgiu o primeiro curso em nível de graduação de Oceanologia no país, bem como o curso de Administração de Empresas (FURG, 2019a). Em 1972 a FURG passa a ofertar o curso de Engenharia Civil. A criação dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Biblioteconomia, aconteceu em 1974. O ano de 1976 é marcado pela criação do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa, que ocorreu, portanto, uma década após a fundação da Faculdade de Medicina (*ibidem*).

Cabe aqui, também, destacar o ano de 1971 como momento em que a Instituição recebeu da Prefeitura Municipal do Rio Grande uma área de 250 hectares, a fim de consolidar o seu primeiro Campus universitário, denominado como Carreiros.

Em 1978 foi inaugurado o Campus Carreiros com os primeiros prédios da Base Oceanográfica Atlântica, momento em que recebeu o navio de pesquisa oceanográfico Atlântico Sul. No ano de 1979, criou-se o primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, com o mestrado em Oceanografia Biológica. Nesse mesmo ano, passa a ser oferecido o curso de Engenharia de Alimentos e, também, a FURG realiza a sua primeira Feira do Livro (FURG, 2019a).

A FURG assume como proposta, ser uma Universidade atuante nos ecossistemas costeiros e oceânicos. Pela vocação marítima, em 1982 a Instituição recebeu o convite para integrar o projeto Antártico Brasileiro - PROANTAR, através de convênio celebrado com a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Em 1983, foi inaugurada a Estação de Apoio Antártico, conhecida como ESANTAR (FURG, 2019a).

No ano de 1984, a Universidade efetivou a oferta do ensino para além do município do Rio Grande, conforme descrito no Anuário Estatístico “é implantado o curso de Licenciatura Plena em Letras – Português/Inglês como extensão da FURG em Santa Vitória do Palmar, com duração de oito anos, prevendo a realização de três vestibulares” (FURG, 2019a, p. 12). Ainda que à época não existisse uma política de educação superior federal reconhecidamente voltada para atender localidades que não fossem os grandes centros urbanos, essa pode ser considerada a primeira ação institucional na interiorização do ensino. O que evidencia o desejo da FURG em contribuir com os municípios circunvizinhos.

Outro marco importante ocorreu em 1987, quando a FURG passou à categoria de Fundação Pública, assumindo a vocação institucional e admitindo a filosofia e a política voltadas aos ecossistemas costeiros e oceânicos. O perfil que sustenta a função social, mostra o seu caráter no desenvolvimento da política educacional superior:

[...] A FURG passa à condição de Fundação Pública, com seu funcionamento custeado precipuamente por recursos da União Federal. Ano marcado também pela definição, por meio do Conselho Universitário, da Filosofia e Política para a Universidade do Rio Grande. Mediante tal definição, a Universidade assume como vocação institucional o Ecossistema Costeiro, que orientará as atividades de ensino, pesquisa e extensão (FURG, 2019a, p. 12).

O Conselho Universitário é responsável por definir a política pública educacional e os princípios que orientam os interesses para consolidar o perfil da FURG. Tais princípios são:

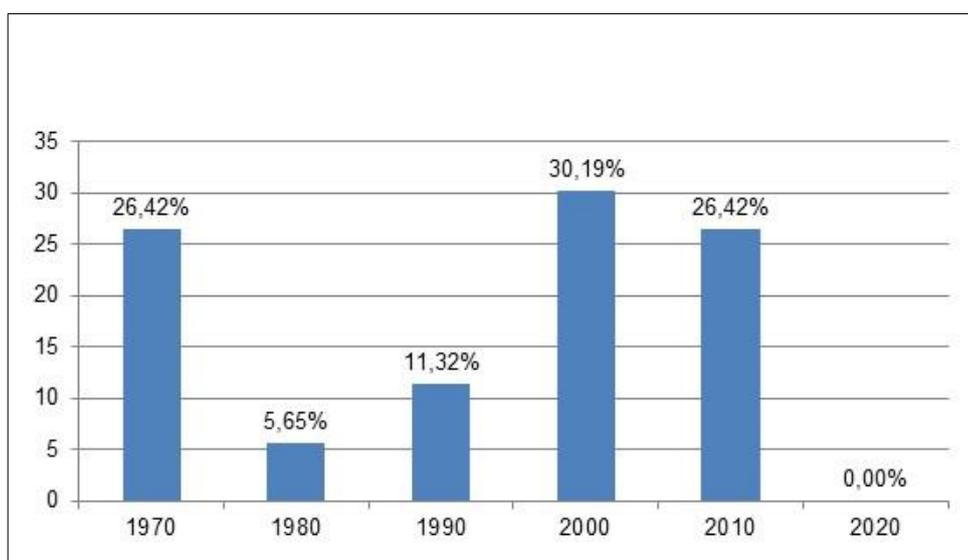
A filosofia da FURG – ser uma Universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos – expressa o compromisso socioambiental e o alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global, envolvendo todas as áreas do conhecimento. A criação e implementação de políticas para a formação inicial e continuada; a abordagem interdisciplinar da complexidade ambiental; a demanda por soluções tecnológicas de produtos e processos inovadores; a necessidade da nação em produzir tecnologias sociais; com vistas à redução das desigualdades se integram, de

forma plena, à filosofia e vocação da Universidade, indicando a necessidade de abordagens multidisciplinares, bem como crescimento e desenvolvimento nas áreas de Ciências Biológicas e Agrárias (FURG, 2019a, p. 9).

No ano de 2008, a então Fundação Universidade do Rio Grande passou a usar a nomenclatura Universidade Federal do Rio Grande. Nesse mesmo período, diversos convênios de cooperação foram firmados, sendo também inaugurado o Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico - CIDECSul, com capacidade para mil e duzentas pessoas, onde se realizam diferentes eventos de ensino, pesquisa e extensão, e acontecem as solenidades de colação de grau.

Nessa breve explanação sobre a Instituição, apresentou-se alguns dos cursos concebidos e ofertados nas três primeiras décadas de atuação da Universidade. Não sendo a intenção realizar uma descrição de toda história da FURG, o gráfico 1 abaixo mostra o panorama de desenvolvimento que vem acontecendo desde 1970.

Gráfico 1 – Percentual sobre a criação dos cursos da FURG de 1970 até 2020



Fonte: elaborado pela autora com base em dados obtidos no site e-MEC

O gráfico 1 traduz o percentual de criação dos cursos da FURG a partir da década de 1970 até 2020, conforme dados obtidos no site oficial do e-MEC. Os dados mostram que nos períodos de 1970, 2000 e 2010, o contexto sociopolítico possibilitou que a Universidade criasse mais cursos, favorecendo o seu desenvolvimento institucional.

O resgate percorrido, trouxe também os marcos históricos referentes às três primeiras décadas, com a intenção de demarcar acontecimentos relevantes à

Instituição, explicitando-se a filosofia que vem norteando todas as ações da FURG, seja em sua sede ou em seus campi¹.

A fim de compreender como são norteadas as práticas da Universidade, apresenta-se, na sequência, sobre o projeto da concepção pedagógica preconizada pela Instituição às suas ações educacionais.

2.2.2 O Projeto Pedagógico Institucional: princípios às práticas da FURG

De acordo com o histórico sobre o Projeto Pedagógico Institucional – PPI da FURG, a origem do processo de planejamento estratégico da Universidade ganhou uma estrutura formal através da elaboração do Plano Institucional no período de 2000-2002. Publicado em 2004, e denominado como Projeto Político-Pedagógico - PPP, “considerou o histórico das ações realizadas na FURG desde a década de 80 até o processo vivenciado e sistematizado no ano de sua publicação (PPP, 2004, p. 8-13)” (FURG, 2020a, p. 12).

No que tange ao campo extrainstitucional da Universidade, o Brasil possui uma política específica para orientar o planejamento estratégico das ações na educação superior, regulamentada através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, a partir da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com a finalidade de avaliar as instituições, os cursos e o desempenho estudantil.

O PPP da FURG é o instrumento norteador das ações de ensino, pesquisa e extensão, e considera a função social da Universidade, dispõe sobre sua visão filosófica, advoga a missão, os objetivos, o perfil do egresso, conduz princípios à formação profissional e versa sobre as concepções e premissas curriculares.

A partir da Resolução nº 16/2011 do Conselho Universitário da FURG, o PPP passou a ser reconhecido como Projeto Pedagógico Institucional - PPI. A Universidade compreende a perspectiva do aspecto político enquanto um processo implicado ao campo pedagógico:

Na atualização do Projeto Político-Pedagógico da Instituição (PPP, 2004), por considerar que todo ato pedagógico pressupõe a dimensão política (FREIRE, 2006), passamos a designá-lo Projeto Pedagógico Institucional. Incluímos a

¹ De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001) a forma plural que caracteriza uma área universitária que contém as unidades de ensino, residências ou o que compõe uma universidade é denominada de campi.

referência institucional, conferindo identidade ao Projeto e ainda diferenciando-o dos projetos de curso (FURG, 2011, p. 2).

Para atender a vocação da Universidade, através do PPI o objetivo é de desenvolver planos futuros. Além de congregar os preceitos formalizados no PPP, o PPI também considera sobre os aspectos almejados ao perfil de servidores e discentes, retratando as proposições acerca da comunidade acadêmica.

Sendo o PPI idealizado e construído periodicamente, a finalidade é de efetivar um processo de dinamicidade e constante avaliação dos planejamentos, com intuito de acompanhar as mudanças no contexto institucional e da sociedade. Dessa forma, “o atual PPI é orientador das ações da Universidade, articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI durante os próximos 12 anos (2011-2022), consolidando assim o Planejamento Estratégico da FURG” (FURG, 2011, p. 2).

Após a Lei nº 10.861/ 2004, que legitima o SINAES, a organização das Instituições de Ensino Superior – IES é norteadada através do PDI. Por isso, “de acordo com o art. 16 do Decreto no 5.773, de 9 de maio de 2006, o PDI deve ser elaborado para um período de cinco anos” (MIZAEL, 2013, p 1160).

Na FURG, o PDI é um instrumento idealizado a médio prazo e sua revisão ocorre quadrienalmente. Os eixos orientadores dos programas da Instituição, abrangem as diferentes áreas de atuação da Universidade, buscando desempenhar a missão, visão e os objetivos estratégicos planejados no PPI. Nesse processo, se deliberam os Planos de Ação com caráter anual, que são trabalhados diretamente nas unidades administrativas e acadêmicas.

Dessa forma, a Instituição expande sua estrutura para orientar as práticas de desenvolvimento e as estratégias para efetivar suas propostas, articulando as dimensões político-pedagógicas. Através dos planos institucionais, a FURG vem atuando na política de educação superior, pautada em princípios que partem da seguinte concepção educacional:

A Educação Superior brasileira, entendida como direito da sociedade e um dever do Estado, deve incorporar em sua razão de existir um conjunto de funções sociais, ampliando o compromisso público com a política de formação e produção de conhecimento, uma vez que é um dos principais “pilares” de emancipação da sociedade, e, por isso, deve reafirmar princípios constitucionais da democracia; assumir a responsabilidade social por meio de ações que possibilitem aos diferentes grupos sociais o usufruto dos conhecimentos produzidos pela academia em todas as suas dimensões; e reconhecer-se como espaço público, que delinea sua identidade no diálogo com a sociedade (FURG, 2011, p. 3).

A FURG em consonância com os seus princípios de responsabilidade social e alinhada à sua missão esquematiza a proposta institucional conforme a figura 1:

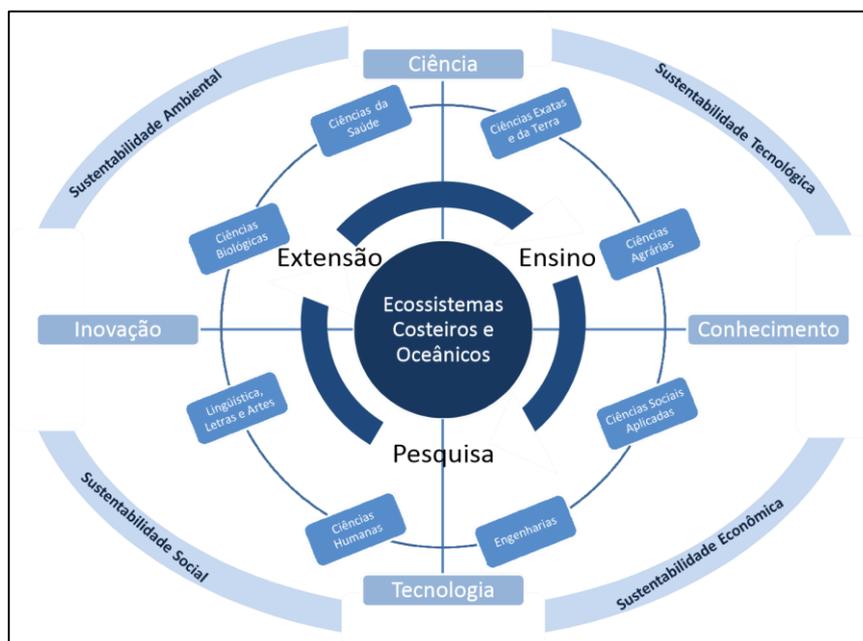


Figura 1- Fluxo das relações educacionais propostas pela Universidade.
Fonte: FURG, 2011, p. 7.

A figura 1 retrata o fluxo das relações educacionais propostas pela Universidade que se estabelece a partir da centralidade nos ecossistemas costeiros e oceânicos irradiando sua missão para as unidades acadêmicas incluindo os campi interiorizados.

É com esse perfil, que a FURG se propõe a atuar nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão, através das Ciências Humanas; Biológicas; Sociais e Aplicadas; Exatas e da Terra; Saúde; Agrárias; Engenharias; Linguística, Letras e Artes.

Para ilustrar os cursos desenvolvidos nos referidos campos do conhecimento, foram elaborados quatro quadros constando a data de criação e as áreas de formação oferecidas em modalidade presencial, desde o primeiro curso instituído em 1955 com as escolas isoladas até o presente momento pesquisado. Por se tratar de uma sistematização mais alongada, esta elaboração encontra-se nos apêndices A, B, C e D. Já o apêndice E demonstra o percentual de cursos por área de conhecimento, conforme preconizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

A Instituição tem como uma de suas diretrizes o constante aprimoramento do conhecimento, inovação, tecnologia e ciência. Desse modo, sua política de educação está embasada no princípio de sustentabilidade² que perpassa pelas questões de ordem social, ambiental, tecnológica e econômica (FURG, 2011).

Envolvida por tais questões, no que concerne ao espaço público de atuação da FURG, em sua vocação, há um critério que se fundamenta nos ecossistemas em uma relação coesa entre Universidade, sociedade e meio ambiente, conforme apresentado no PPI:

[...] Voltar-se ao ecossistema costeiro implica enunciar alternativas reais de desenvolvimento harmônico entre sociedade e natureza, especialmente na região costeira em que está inserida. A formação acadêmica priorizada pela Instituição contempla uma questão metodológica fundamental: a busca de um relacionamento predominantemente horizontal entre os diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais, e entre necessidades humanas e bens naturais. Com essa perspectiva está fundamentado o empreendimento por uma sociedade sustentável (FURG, 2011, p.4).

Visando compreender o conceito de ecossistemas costeiros e oceânicos, o PPI discorre sobre essa definição, em que a FURG pauta suas práticas institucionais:

Os ambientes costeiros e oceânicos adjacentes são áreas especiais no planeta. Eles se formam e se caracterizam através da interação de processos entre a atmosfera, o continente e a região oceânica. Essa confluência de processos reflete-se numa concentração de energias naturais que tornam essas áreas altamente dinâmicas, produtivas e com características únicas. Tais áreas, por sua capacidade produtiva e pela facilidade de transporte e acesso pelo meio hídrico, têm sido historicamente ocupadas pelo homem de forma destacada. Essa ocupação humana numa área de elevada produtividade e oferta de recursos ambientais produziu seu desenvolvimento e estabeleceu suas peculiaridades socioeconômicas, históricas e culturais. Todos esses elementos naturais, econômicos e sociais, finalmente, estabeleceram o que hoje reconhecemos como os ecossistemas costeiros e oceânicos. (FURG, 2011, p.6).

Nesse sentido, o PPI aponta que é imperativo a formação de profissionais que atuem, de maneira multidisciplinar e indissociável, nas Ciências Biológicas, Agrárias, Exatas e da Terra, Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes, a fim de congrega todas as áreas do conhecimento.

² O conceito de sustentabilidade adquiriu importância-chave no movimento ecológico e é realmente fundamental. Lester Brown, do Worldwatch Institute, deu uma definição simples, clara e bela: "uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem diminuir as perspectivas das gerações futuras." Este, em resumo, é o grande desafio do nosso tempo: criar comunidades sustentáveis — isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras (CAPRA, 2006, p.15).

Diante desses preceitos, a missão da Universidade se harmoniza em prol da ascensão do conhecimento, com vistas à educação ampla em busca de uma formação profissional propícia ao desenvolvimento humano, considerando questões que qualifiquem as dimensões ensino, pesquisa e extensão, por meio de práticas socioambientais. Com essa perspectiva institucional, a FURG almeja fortalecer uma representação nacional e internacional, como modelo educacional, nos processos que efetivem o desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos (FURG, 2019a).

Considerando esse panorama e visando expandir sua política educacional, no ano de 2007, a FURG efetiva ações para interiorizar a Universidade. O próximo item, delinea como ocorreu esse processo.

2.2.3 A expansão da FURG a partir de 2007: o caminho à interiorização

Em 2007, o número de vagas ofertadas pela FURG foi 1342, sendo que o número de candidatos concorrentes às vagas foi de 10.854, o que caracteriza a necessidade da ampliação, uma vez que a relação candidato/vaga era de 8,09. Isso indica que havia uma demanda reprimida para o ensino superior público (FURG, 2007).

Com a intencionalidade de expandir a sua atuação e para atender a evidente demanda, a FURG em seu planejamento institucional, propôs a ampliação do acesso discente criando dezoito cursos novos de graduação, e ampliou os cursos já efetivados na mesma proporção. A perspectiva estimada era aumentar o número de matrículas nas graduações para acolher um total de 11.570 estudantes até 2012.

Ao completar 40 anos³ de Instituição educacional, depois da adesão ao REUNI, no ano de 2009 a FURG criou três novos campi universitários em modalidade presencial de ensino. As localidades escolhidas foram as cidades de Santo Antônio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul.

O critério de seleção para a escolha dos territórios de atuação foi de pertencerem ao entorno do Cordão Litorâneo Sul-Riograndense. Assim, a Universidade persegue a sua missão de atuar nos ecossistemas costeiros,

³ Considera-se 40 anos a partir do decreto nº 65.462/1969 que regulamenta a existência da FURG enquanto fundação pública.

caracterizada desde sua fundação no Campus sede da cidade do Rio Grande. Em 2010 foi materializada a interiorização das ações institucionais, nesses novos territórios.

O Campus da FURG analisado na pesquisa é o do município de São Lourenço do Sul, sendo que as características deste território estão apresentadas no item 2.3 deste capítulo. As áreas de formação ofertadas no referido Campus, desde o ano de 2010 até 2020, são: Tecnologia em Gestão Ambiental; Licenciatura em Educação do Campo; Bacharelado em Agroecologia; Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Letras - Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa. No item 2.5 são trazidos alguns dados sobre o desenvolvimento da Instituição no que se refere aos cursos mencionados e no último capítulo apresenta-se o caráter do projeto político pedagógico das formações deste espaço institucional que foi estudado.

Na conjuntura da totalidade de expansão da Universidade, no que concerne à oferta de cursos, até o ano de 2019 foram sessenta e quatro cursos de graduação, conforme exposto nos apêndices A,B,C E D. Também se ampliou a pós-graduação com quatorze cursos de residência; vinte e quatro cursos de especialização; trinta e três cursos de mestrado; e treze cursos de doutorado. Há também, cento e cinquenta grupos de pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (FURG, 2019c).

Acerca da comunidade acadêmica que compõe a FURG, quanto ao corpo discente são: mais de nove mil alunos de graduação presencial e trezentos de graduação à distância e aproximadamente dois mil e quinhentos estudantes de pós-graduação. O número de servidores é em média de novecentos docentes e mais de mil e duzentos técnicos administrativos em educação (*ibidem*).

Frente a totalidade das ações de expansão da FURG, para analisar como vem acontecendo a interiorização da Universidade em modalidade presencial, o próximo item aborda a respeito do REUNI. Este, caracterizado como um programa político do governo federal, para possibilitar a ampliação do ensino superior público, e que garante à cidade de São Lourenço do Sul, este acesso.

2.2.4 O programa REUNI como instrumento de interiorização da FURG

A interiorização da FURG com um Campus no município de São Lourenço do Sul será apresentada com destaque ao Programa de Apoio a Planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Planejado pelo Ministério da Educação – MEC e proposto no ano de 2007, a fim de atender ao Plano Nacional de Educação - PNE, tem como um de seus princípios, ampliar o acesso à educação superior.

Através da Lei 10.172/2001, que sancionou o PNE referente ao período de 2001 a 2010, o governo federal preconizou que até o final daquela década, minimamente 30% dos jovens entre 18 e 24 anos, deveriam ter acesso e permanência na formação superior. Assim, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE prevê uma série de ações visando alcançar as metas estabelecidas para o ensino superior.

Diferentes linhas de atuação foram fundamentadas no PDE para consolidar a expansão do acesso à formação de nível superior. No âmbito das instituições privadas, se tem o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES pela Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001 e o Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Conforme apresentado pelo MEC, que versa sobre as razões, princípios e os programas do PDE, a intenção é democratizar a educação superior, considerando também a ampliação do acesso ao ensino privado:

No que diz respeito à expansão do acesso ao ensino superior privado, há que se considerar que o PDE promove inovações consideráveis no mecanismo de financiamento do estudante do ensino superior não-gratuito, por meio de uma alteração no funcionamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que se coadunam integralmente com o programa de bolsas de estudo consubstanciado no Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2008, p. 16).

Na atuação das instituições públicas, duas frentes são propostas. Uma delas é através da Universidade Aberta do Brasil – UAB, inicialmente pelo Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, que diz respeito ao Ensino à Distância – EaD. A outra, corresponde a modalidade presencial com o Decreto nº 6.096/2007 que institui o REUNI, com a finalidade de ampliação das vagas e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.

No PNE do período 2001-2010, quanto ao acesso à política de educação superior, entre as metas estabelecidas está a elevação da taxa de matrículas. Para isso, dois programas são planejados como políticas públicas governamentais para atender a formação de nível superior.

A partir do ano de 2003 foi executado o projeto conceituado como Expansão I, e no ano de 2007, com o REUNI houve a pretensão de viabilizar uma reestruturação capaz de expandir o ingresso nas Universidades Federais. Essa prerrogativa consta em relatório apresentado pela gestão federal no ano de 2009:

Além do Programa Reuni, criado em 2007 e que teve início de implementação em 2008, a reestruturação das universidades federais também conta com o incremento do Programa de Expansão Fase I que, com forte caráter de interiorização das universidades, teve seu início em 2003 e o prazo para sua conclusão é o ano de 2010. (BRASIL, 2009, p. 14).

Conforme consta nas diretrizes gerais instituídas ao REUNI, o programa emerge com o propósito de efetivar as metas já estabelecidas no PDE. Com isto, busca:

[] ... dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE...[] (BRASIL, 2007, p.4).

Dessa forma, o REUNI oportunizou às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES a efetivação da expansão de suas ações, tendo como meta a ampliação do número de matrículas. Dentre as condicionalidades à adesão ao programa está a ampliação de vagas, a criação de novos cursos de graduação e a proporcionalidade entre o número de alunos/professores. Assim, se propôs que as instituições interessadas fizessem um planejamento, definindo as perspectivas a serem alcançadas (BRASIL, 2007).

Diante dessas premissas, se propicia a criação de novos campi universitários com o objetivo da interiorização do acesso à educação superior presencial pública que historicamente esteve concentrada em grandes centros urbanos⁴, e, dessa forma democratizando a educação superior pública. Para isso, as IFES precisaram prever no PDI a adesão dos critérios estabelecidos pelo REUNI, acima referidos.

A partir do REUNI, outros investimentos foram planejados pelo governo federal. Não bastando garantir o acesso à educação, era necessário promover ações para proporcionar condições igualitárias de oportunidades, em especial ao perfil estudantil

⁴ Considerando que, até então, a maioria dos campi universitários estavam localizados em capitais ou em grandes aglomerações urbanas (LIMA, 2013, p. 132).

da rede pública de ensino, considerando as desigualdades socioeconômicas factualmente latentes na sociedade brasileira (BRASIL, 2007).

Em decorrência do REUNI e frente às novas demandas das universidades públicas, foi implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, através do Decreto nº 7.234/2010. A proposta tem como intuito, impulsionar oportunidades à permanência discente na formação superior por meio de recursos específicos a esse fim (BRASIL, 2010).

No entanto, entre as ações previstas à execução no âmbito do PNAES nas IFES, estão os seguintes auxílios: alimentação; permanência; transporte; moradia; apoio pedagógico; promoção da saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). No PDE são estabelecidas essas diretrizes ao REUNI, conforme segue:

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (BRASIL, 2007, p. 6).

Logo, tendo em vista a função social da Universidade, a partir da política de interiorização do ensino presencial, inicia-se um novo processo de materialização do bem público educacional. Na busca de minimizar as disparidades sociais, o REUNI nasceu com a incumbência de expandir a oportunidade de acesso à formação superior:

O Reuni, em conjunto com as demais ações do Ministério da Educação, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a redução das desigualdades sociais. Com o Reuni, o Ministério da Educação cumpre sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar em todos os segmentos da educação de forma integrada (BRASIL, 2008, p. 14).

Com essa proposta do programa REUNI, que compreende o histórico das desigualdades societárias, o PDE direciona as ações do Estado neste contexto. Além disso, tem como finalidade “[...] proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico” (BRASIL, 2008, p. 9).

Conforme disposto em documento apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que analisa sobre a ampliação do ensino superior, no período que corresponde aos anos de 2003 até 2012, o resultado do REUNI foi:

[...] um expressivo crescimento não somente das universidades federais, mas também de campus no interior do país. De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 campi para 274 campus/unidades, um crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138% (BRASIL, 2012b, p.10).

É nesse cenário, que a FURG com o objetivo de efetivar a interiorização da educação superior presencial, aderiu ao REUNI, planejando em seu PDI este processo. Pois, como já apresentado, em 2007 a FURG havia pactuado nos 40 anos de história fundacional, a expansão de suas ações.

No ano de 2010, após a publicação no Diário Oficial da União, aprovada pela Câmara de Educação Superior CNE/CES 204/2010, consolidou-se o credenciamento dos campi fora de sede, implantados ou em processo de implantação, em decorrência dos programas de expansão das Universidades Federais. Nesta nova configuração, os campi universitários não gozarão de prerrogativas de autonomia, mantendo uma relação de dependência com as sedes institucionais (BRASIL, 2011).

Nesse processo, a FURG consolida no município de São Lourenço do Sul, seu Campus presencial:

O campus de São Lourenço do Sul foi estabelecido no ano de 2010 com a implantação do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, em consonância com os objetivos do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – lançado pelo governo federal no ano de 2007, por meio do Decreto 6.096 de 24 de abril. (FURG, 2010).

Após uma pontual sistematização histórica da FURG, bem como sobre a proposta do REUNI, o próximo item apresenta o município de São Lourenço do Sul. Tal análise, visa compreender o território em que a Instituição interioriza sua atuação presencial.

2.3 O município de São Lourenço do Sul: território de desenvolvimento da FURG

Tendo em vista a relevância de contextualizar as características do município de São Lourenço do Sul, enquanto espaço de consolidação da política de

interiorização de um Campus da FURG, será brevemente explanado sobre a história desse território. Os elementos analisados serão sobre as peculiaridades territoriais, populacionais, econômicas, culturais e o prisma da política de educação local, especificamente à formação superior.

Partindo do arranjo da formação histórico cultural de São Lourenço do Sul, estudos apontam que até 1700, a comunidade local era composta por indígenas da etnia Guarani. Fraga destaca que:

Os primeiros agentes históricos do lugar foram os Guaranis, que ao entrarem em contato com os portugueses e luso-brasileiros de forma gradual começam a desaparecer na região, devido à opressão luso-brasileira (FRAGA, 2015, p.55).

O desaparecimento desses agentes sociohistóricos da região também é evidenciado em pesquisa realizada por Hammes. O autor refere que “não há relatos da presença de indígenas em terras lourencianas quando da chegada dos colonos alemães, em 1858, ao contrário do que acontecera na região norte da Província” (HAMMES, 2010, p. 114).

Através da concessão de áreas rurais pelo Império brasileiro, os luso-brasileiros foram firmando sua identidade na localidade de São Lourenço do Sul, como destacado por Fraga:

Os luso-brasileiros começam a se situar no litoral do Brasil inteiro. Da mesma forma, acontece em São Lourenço do Sul, onde partes desses lusitanos ficavam próximo da água, isto é, próximos a Lagoa. O governo Imperial do Brasil incentivou e concedeu concessões de grandes áreas de terra para que se desenvolvesse a criação de gado, e que consolidasse uma população nessas regiões (FRAGA, 2015, p.55).

São Lourenço do Sul foi fundada enquanto colônia em 15 de janeiro de 1858, por Jacob Rheigantz e seu sócio José Antônio de Oliveira Guimarães. Na mesma data é chegado o primeiro grupo de imigrantes, composto por oitenta e oito pessoas, em sua maioria vindos da Pomerânia (Prússia Setentrional), e da Renânia, em número menor. Também vieram da região de Holstein, da Prússia, entre outras localidades da Alemanha, antes de sua unificação. A chegada de italianos foi datada em 1875. No ano de 1888, chegaram os africanos. Após o ano de 1900 vieram os sírios-libaneses (HILSINGER, 2007).

No período escravocrata, formaram-se quilombos no interior do município, nas localidades de Faxinal, Coxilha Negra, Canta Galo, entre outros locais (HILSINGER,

2007). Na atual conjuntura, Rosa, Sant'Anna e Ferreira, apresentam a totalidade de comunidades quilombolas consolidados na zona rural:

Ao todo temos cinco quilombos no município: (1) Quilombo da Coxilha Negra, (2) Quilombo Rincão das Almas, (3) Quilombo da Picada, (4) Quilombo do Torrão, (5) Quilombo Monjolo, também denominado Serrinha até o ano de 2005, situado no subdistrito de Campos Quevedos (ROSA; SANT'ANNA; FERREIRA, 2019, p. 135).

Na constituição cultural de São Lourenço do Sul, esses são os agentes históricos que foram compondo o cenário dos povos que estabeleceram raízes nesse território.

No que tange a localização, o município de São Lourenço do Sul, está situado na margem ocidental oeste, pelo cenário costeiro da Lagoa dos Patos (HAMMES, 2010), constituído por praias de água doce. O mapa a seguir, mostra a posição geográfica de seu território:

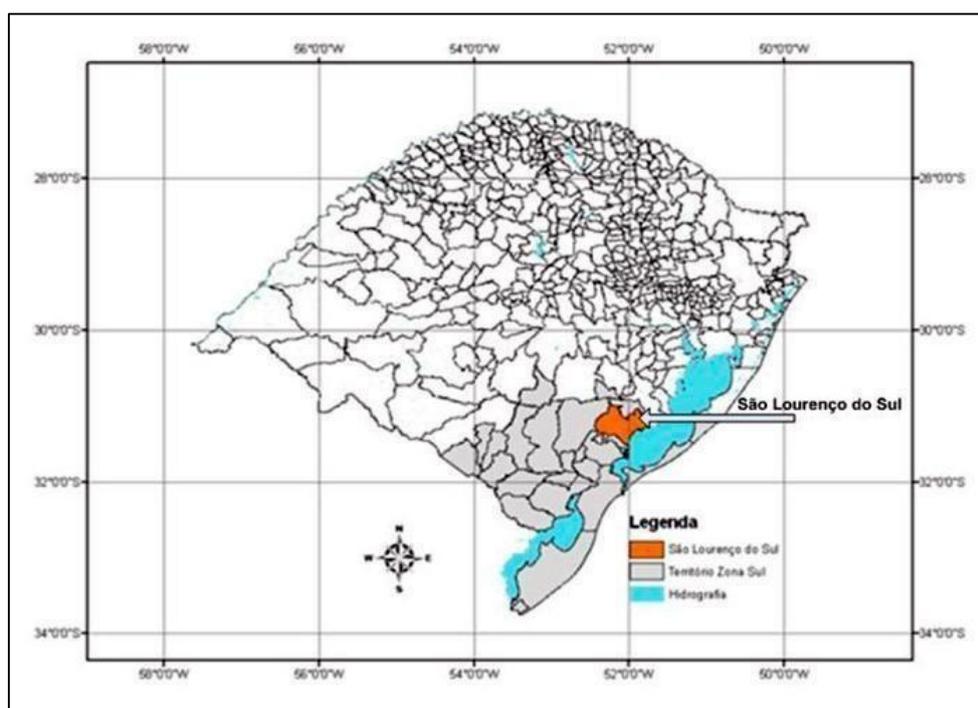


Figura 2 - Localização de São Lourenço do Sul
 Fonte: Reichert, Padilha, Gomes e Cáceres, Revista de Ciências Agrárias, vol.35, nº.1, Lisboa, jun. 2012.

Como demonstrado na figura 2, São Lourenço do Sul, se situa no território da Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul. Está hidrograficamente localizada à margem da Lagoa dos Patos, que por sua vez, constitui o Cordão Litorâneo SulRiograndense.

Quanto aos dados populacionais do município, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a estimativa é de 43.582 habitantes no ano de 2019. No que se refere a habitação entre a zona rural e urbana, o estudo mais atual encontrado, foi através do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2019), que estimou que na zona rural habitam 18.952, e na zona urbana se tem 23.884 habitantes.

Sobre o setor econômico local, Hammes relata que a pecuária foi a atividade econômica precursora em São Lourenço do Sul, e justifica pelas questões sóciohistóricas associadas a esse processo:

A única forma prática e viável de ocupar e explorar economicamente os extensos latifúndios em terras de planície às margens da Lagoa dos Patos, doadas pelo governo imperial era a atividade de criação de gado (HAMMES, 2010, p. 144).

No que tange ao desenvolvimento local, destaca-se que a estrutura econômica advém dos trabalhos nas áreas rural, pesca e setor naval; indústria; comércio; serviços e, também, o turismo. Em que pese, seja movimentada principalmente pelas atividades rurais, como destacado na história da cidade:

A força do campo e as possibilidades hidrográficas que emanciparam o Município são as mesmas características que ainda hoje mantém a economia local. O campo é responsável por 60% do Produto Interno Bruto (PIB), principalmente com as culturas de fumo, milho, arroz e soja. Pecuária de corte e de leite, além de outras várias culturas de agricultores familiares e a crescente produção orgânica completam a riqueza do campo. A segunda importante força do PIB atual vem da indústria, do comércio e dos serviços. Já o turismo, motivado principalmente pela Lagoa dos Patos, completa a economia e se fortalece cada vez mais. Os mananciais também são importantes para pescadores e a produção naval nos tradicionais estaleiros às margens do Arroio São Lourenço (SLS/PREFEITURA MUNICIPAL/ SITE).

No Projeto Pedagógico do Curso – PPC de Agroecologia do Campus da FURG de São Lourenço do Sul, também se destaca quanto a característica rural desta localidade, por ter sua economia eminentemente desenvolvida através do setor primário:

Vale salientar que a colonização alemã foi predominante em São Lourenço do Sul, fato este que influencia até os dias atuais no modo de vida das populações rurais, onde a agricultura é a principal forma de trabalho e renda dessas famílias, o que acaba por definir a dinâmica economia de todo o município, incluindo em sua zona urbana. Consequentemente, pode se afirmar que São Lourenço do Sul é um município rural – cuja dinâmica econômica pauta-se nas atividades agrícolas (FURG, 2017, p. 12).

As principais atividades agrícolas desenvolvidas no município são:

Atualmente, a cultura agrícola com maior expressão no município é o arroz, seguido do milho, da soja e do fumo (IBGE, 2015), sendo este último, característico da agricultura familiar da região. Segundo Luzzardi (2011) o fumo ganhou bastante espaço na agricultura familiar sul-lourenciana nos últimos anos, devido à falta de expectativas positivas de obtenção de renda, insegurança em investir em alternativas, aliada à falta de políticas públicas que incentivem a diversificação da propriedade (THEIS, 2019, p.19)

Mesmo sem a consolidação de políticas públicas que propiciem efetivamente outro cenário na produção agrícola local, Theis argumenta que “apesar disto, na região onde São Lourenço do Sul se insere, existe um movimento a favor da agricultura familiar e agroecologia, demonstrado pela presença de órgãos, entidades, universidades, entre outros” (THIES, 2019, p.19). Essa movimentação, se perfaz com o propósito de transmutar a agricultura convencional⁵ ao modelo de base ecológica em prol de uma sociedade sustentável⁶.

No que concerne a política de educação superior do município, ressalta-se que na Lei Orgânica Municipal, consultada no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores, está previsto o incentivo de ações para o ensino à distância, conforme o § 2.º do Art. 100 (este artigo sobre a educação teve redação dada pela Emenda à Lei Orgânica n.º 017 de 20 de julho de 2007):

Considera-se Departamento de Ensino Superior o departamento encarregado da organização, administração, coordenação, planejamento, acompanhamento e manutenção das atividades do ensino superior à distância no Município. (SLS/LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, 1990, p. 28).

Na referenciada Emenda há somente o reconhecimento da Educação Superior à Distância. Observa-se que este marco legal se deu em 2007, e a criação do Campus presencial da FURG ocorreu em 2010. No entanto, não foram encontrados documentos do poder público municipal que formalizam a regulamentação dessa modalidade de ensino.

Ainda assim, se constata que o desenvolvimento de um Campus da FURG em São Lourenço do Sul, integra um conjunto de ações que envolvem a gestão local. Elas perpassam pelas esferas do governo federal, através do MEC e seus programas, bem

⁵ A agricultura convencional no Brasil foi fortemente incentivada na década de 70, e originou-se dos pacotes tecnológicos daquele governo, sendo sinônimo de crescimento econômico e foi chamada de Revolução Verde (MARIANI, C. M., & HENKES, P. 319, 2014).

⁶ De acordo com Stahel [...] uma sociedade sustentável depende antes de tudo de uma reconstrução política total da sociedade contemporânea (STAHEL, 1994, p.104).

como pela iniciativa da Universidade e, também, do município para tornar real o projeto de ampliar o acesso à formação universitária em modalidade presencial neste território.

No Anuário Estatístico da Universidade é possível visualizar as localidades de interiorização da Educação à Distância – EaD, através de seus Polos EaD e os campi universitários com o ensino presencial. Conforme ilustra a figura 3:



Figura 3 - Área de Abrangência da FURG
Fonte: FURG, 2019a, p. 18

A figura 3 identifica a dimensão territorial de alcance da FURG, em ambas modalidades. Em estudo realizado sobre a Historicidade da Educação Pública à Distância do Município de São Lourenço do Sul, consta:

[...] a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul, através da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, elaborou a Proposta do Polo Municipal de Apoio Presencial (PAES) e submeteu ao Edital nº 1, de 16 de Dezembro de 2005. A proposta inicial do Polo Municipal de Apoio Presencial (PAES), surgiu a partir de um diálogo estabelecido com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) que visava à expansão e interiorização do Ensino Superior e tinha como objetivo integrar os municípios do Cordão Litorâneo SulRio-grandense (Chuí, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares, Mostardas, Capivari do Sul, Palmares

do Sul e Santo Antônio da Patrulha (GRELLERT; HAX; MORAES; CONRAD; VIEIRA, 2019, p.70).

A partir disto, com o Decreto nº 2872 de 27 de junho de 2007, por meio do projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, a Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul instituiu o Polo de Apoio ao Ensino Superior – PAES. As autoras destacam a criação do PAES e seu funcionamento no município, “como uma unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas a cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de Ensino Superior [...]” (*ibidem*). No apêndice F, demonstra-se o percentual referente as áreas de conhecimento dos cursos ofertados pela EaD da FURG, no período de 2007 até 2020.

No ano de 2010, São Lourenço do Sul – SLS foi um dos municípios contemplados com a interiorização do Campus da FURG para promover o acesso ao ensino superior presencial. Por isso, o tema a seguir apresenta registros da característica estrutural desse espaço, bem como, rememora traços da história da consolidação do Campus estudado.

2.4 A caracterização infraestrutural do Campus de São Lourenço do Sul

Este item apresenta a infraestrutura que compõe o Campus de São Lourenço do Sul, especificamente no que concerne à constituição da estrutura física. Considera-se relevante essa sistematização que reúne a seleção de informações, e também, traz registros visuais para que se possa vislumbrar a FURG neste espaço analisado. O recurso metodológico utilizado, foi a pesquisa documental.

Diante do interesse mútuo em consolidar um Campus presencial tanto pela gestão municipal de São Lourenço do Sul quanto pela FURG, os esforços foram somados para interiorizar uma estrutura educacional que ainda não existia localmente. Havia, naquela conjuntura, a oferta de Educação à Distância pelo sistema Universidade Aberta do Brasil, em que a FURG também ofertava cursos nessa localidade. Para melhor compreender o processo evidencia-se a seguinte informação:

A FURG já mantém naquele município um polo da Universidade Aberta do Brasil (educação a distância) e, em 2010, iniciará o curso presencial de Tecnólogo em Gestão Ambiental. A reunião serviu para verificar as necessidades para implantação do curso. Os representantes lourencianos também fizeram questão de mostrar a mobilização da comunidade em torno do curso superior presencial no município. Eles querem criar a identidade da FURG em São Lourenço. Inicialmente, o polo UAB será utilizado para as

aulas, mas a ideia é implantar um campus avançado da FURG na cidade, pois a comunidade pretende que o curso ou futuros novos cursos se desenvolvam em local próprio (FURG, 2009).

A fim de viabilizar o espaço do Campus em São Lourenço do Sul, a FURG celebrou um convênio com a Prefeitura Municipal. Conforme noticiado:

O convênio assinado trata da implementação no campus presencial através da cessão, pelo Município, do imóvel situado à Av. Marechal Floriano Peixoto nº 2236. A utilização do imóvel será exclusivamente para funcionamento do campus universitário, responsabilizando-se a FURG pela guarda e conservação do prédio. A cessão, inicialmente, é por período de dez anos (FURG, 2010).

A imagem a seguir foi retirada no momento em que o Reitor da FURG ministrou a aula inaugural do curso pioneiro do Campus, iniciado em 2010. A figura 4 mostra a configuração externa do primeiro prédio da FURG no Campus de São Lourenço do Sul, cedido pela Prefeitura local.



Figura 4 - Primeiras Instalações do Campus SLS
Fonte: FURG, 2019

Estiveram presentes à solenidade, o Reitor Professor João Carlos Brahm Cousin e representantes da administração da Universidade. Na ocasião, foi apresentada para a comunidade acadêmica, sobretudo à discente, a nova estrutura da FURG, bem como o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, sendo o primeiro ofertado no Campus presencial. No ato, o Reitor “sugeriu que os acadêmicos se

esforcem para devolver à sociedade, o sustento que é dado por esta à universidade pública e que participem com seu trabalho no desenvolvimento da região” (FURG, 2019e).

Após dois anos do início do primeiro curso presencial oferecido em São Lourenço do Sul, foi inaugurado oficialmente o Campus em 27 de dezembro de 2012. Outra notícia relevante é a respeito de como transcorreu a organização dos recursos estruturais:

[...] O Campus da FURG de São Lourenço do Sul implantado com o apoio da Prefeitura Municipal foi contemplado com reforma geral e ampliação no prédio, o que proporcionou readequação e reestruturação do local. Anteriormente, a estrutura oferecia duas salas de aula, biblioteca com 36m², laboratório de informática com 73m² e área administrativa. Após a intervenção, a área entregue pela Diretoria de Obras da FURG conta com quatro salas de aula com capacidade total para 155 alunos. Uma área de 69m² foi reformada para a biblioteca, com local para acervo e estudos, superando a antiga área. A área administrativa foi readequada com novas salas de permanência, secretaria e coordenação de curso. O laboratório de informática também foi reformado em instalações e acabamentos. Foi implementado espaço para o diretório acadêmico, além de paisagismo interno, adequação de acessibilidade e dois laboratórios que juntos possuem 91m². Juntamente com a adequação de área, foi prevista uma reestruturação nas instalações elétrica, lógica e de telefonia. Hoje o Campus da FURG em São Lourenço do Sul conta com uma área totalmente reformada atendendo de forma adequada às necessidades físicas básicas para a consolidação inicial do local. (FURG, 2019f).

Assim, a FURG começou a atuar ministrando o seu primeiro curso e desde então, vem empenhando esforços por uma melhoria e ampliação das estruturas visando a oferta de outros cursos neste Campus. Até o momento de conclusão dessa pesquisa, a instituição atingiu a totalidade estrutural de três prédios.

Até o ano de 2020, a FURG conta com a infraestrutura destes três prédios para desenvolver suas atividades acadêmicas, dos quais um é cedido pela Prefeitura de SLS e os outros dois são locados pela Universidade. O Campus também recebeu a cessão de uma área no Horto Municipal, cujo convênio de uso foi firmado entre a Instituição e a Prefeitura Municipal. O objetivo do acordo é de que o espaço sirva como estação experimental para o ensino, a pesquisa e a extensão (FURG, 2019i). Desde então, a Instituição vem continuamente buscando providenciar os recursos humanos e materiais, fundamentais à interiorização proposta.

O mapa a seguir ilustrado na figura 5, mostra a localização dos prédios administrativos e acadêmicos que compõem o Campus:

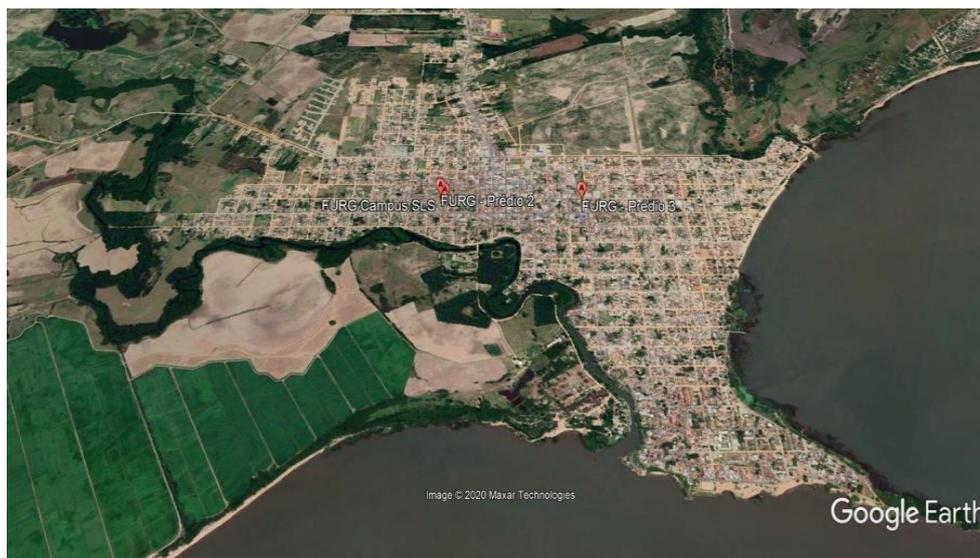


Figura 5 - Imagem aérea de localização dos prédios 1, 2 e 3 do Campus SLS
Fonte: GOOGLE EARTH, 2020.

Na imagem da figura 6, mostra-se a parte externa do prédio 1, que abrange atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.



Figura 6 - Prédio 1 do Campus FURG – SLS
Fonte: Diego Correia.

A infraestrutura do prédio 1 corresponde a seguinte organização: seis salas de aula; uma Biblioteca setorial; uma sala da equipe técnica e uma sala de atendimentos da Pró-reitora de Assuntos Estudantis – PRAE (assistência estudantil); um Laboratório de Geotecnologia; um Laboratório de Química Ambiental; um Laboratório de Instrumentação Biológica; uma sala de técnicos de laboratórios; uma sala de permanência do Técnico de Informática; uma cozinha de uso comum à comunidade

acadêmica; três banheiros; um depósito de produtos de limpeza e um depósito da zeladoria.

Na imagem externa do prédio 2, a figura 7 demonstra onde concentram-se as atividades administrativas de técnicos e docentes, e também abarca as ações de ensino, pesquisa e extensão.



Figura 7 - Prédio 2 do Campus FURG – SLS
Fonte: Diego Correia.

No prédio 2, estão alocados: um Laboratório de Recursos Naturais; um Laboratório de Projetos; um Laboratório Herbagro: coleção didática de plantas; um Laboratório de Microscopia; sete salas integradas de permanência para docentes; uma sala comum de permanência docente e de técnicas; uma sala da Direção do Campus; uma sala de coordenações de curso; uma sala de secretaria; uma cozinha para servidores; quatro banheiros; uma sala de depósito e uma sala de zeladoria.

Na figura 8, demonstra-se o prédio 3 que está situado a 900 metros dos outros dois e sua estrutura verticalizada abrange 3 andares para atender atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme retrata a imagem a seguir:



Figura 8 - Prédio 3 do Campus FURG – SLS
Fonte: Diego Correia.

No prédio 3 estão quatro salas de aula; um Laboratório de Práticas Pedagógicas; um Laboratório Interdisciplinar de Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade – MARÉES; uma sala de convivência; três banheiros; uma sala de portaria e uma sala de convivência.

O Campus também conta com uma Casa do Estudante Universitário - CEU, locada para atender a Assistência Estudantil da Universidade, considerando o Decreto 7.234/2010 que institui o PNAES, conforme já mencionado, sobre este programa no item de trabalho que abordou o REUNI. A figura 9 que segue é da frente da CEU:



Figura 9 - Casa do Estudante Universitário – CEU do Campus FURG – SLS
Fonte: Diego Correia.

A Casa do Estudante fica a 240 metros dos Prédios 1 e 2 do Campus da FURG e a 1,2 km do Prédio 3, conforme visão aérea da figura 10:

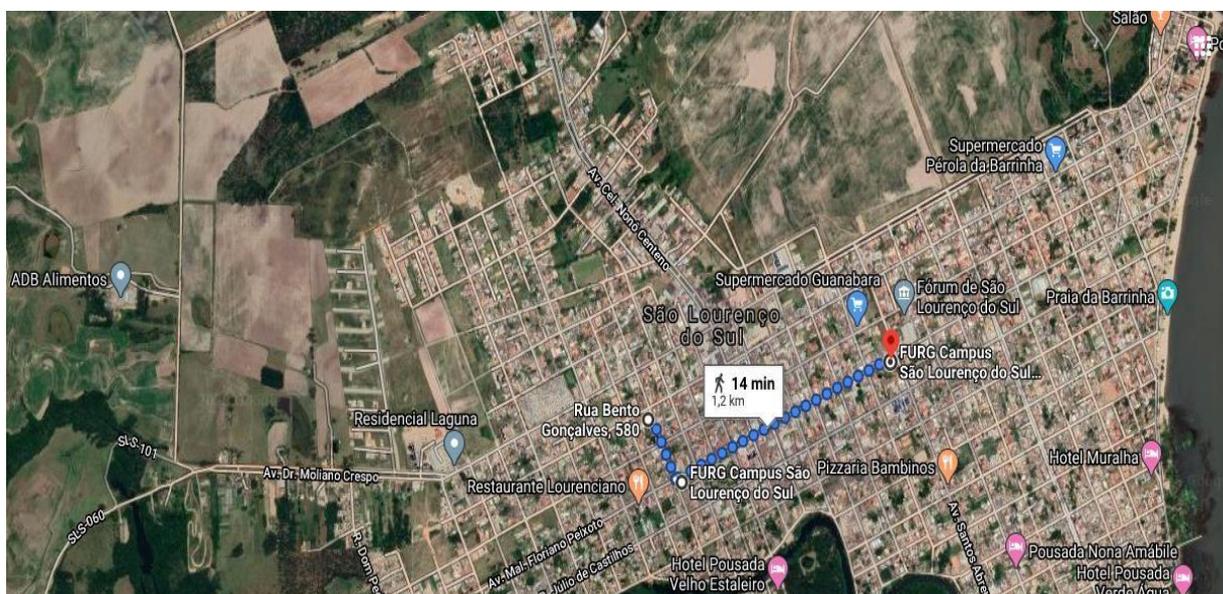


Figura 10 - Distância da CEU e prédios da FURG
Fonte: Google Earth.

Esses espaços físicos, acima apresentados, compõem a infraestrutura da Universidade. Até o ano 2017, o Campus de São Lourenço do Sul ainda não possuía

uma área própria. A partir de então, foi efetivada uma doação, após chamada pública para tal finalidade, conforme segue:

Diante da necessidade de construção do campus da universidade no município de São Lourenço do Sul, em 2017 a FURG abriu chamamento público para doação não onerosa e sem encargos. O processo foi concluído, cumprindo todas as etapas estabelecidas na legislação vigente, e a proposta apresentada por Conrado Ernâni Bento Neto foi a vencedora do certame. A área física doada tem doze hectares e está situada no Banhado Grande, à margem da rodovia estadual RS-265, no quilômetro 177, distante 894,73 metros do marco do trevo da Vila Nova Esperança (FURG, 2019 g)⁷.

Após recebida a área, no ano de 2018, foram iniciadas as obras para a construção do Campus de São Lourenço do Sul. Primeiramente, a Prefeitura Municipal iniciou a edificação das vias de acesso ao local com a construção de uma avenida pavimentada com ciclovia⁸. A FURG projetou o cercamento do espaço doado, a terraplanagem, e a construção do pórtico de entrada da Universidade (FURG, 2019 h).

No que tange aos recursos orçamentários para a construção do projeto de Campus, foram recebidas de duas emendas parlamentares o valor total de R\$ 740.000,00, sendo R\$ 400.000,00 do deputado Henrique Fontana e R\$ 309.770,00 da deputada Maria do Rosário. Em 2018, além de iniciadas as obras, aconteceu uma ação pluripartidária, envolvendo todas as universidades do Rio Grande do Sul, para captar recursos extra-orçamento, via emenda, no valor de R\$ 10.000.000,00 com a bancada do estado.

Com esse recurso, a FURG pretende designar a parte que lhe compete ao Campus de São Lourenço do Sul, se propondo a construir uma casa do estudante, um restaurante universitário, e os acessos necessários (FURG, 2019 i).

Tendo sido apresentada a infraestrutura indispensável ao funcionamento da Universidade no Campus São Lourenço do Sul, passa-se a explicitar sobre os dados da expansão da FURG nesta localidade, tendo como fonte de pesquisa o seu Anuário Estatístico.

⁷ Tal informação foi divulgada em 2017 e atualizada em 2019, no site de notícias da FURG. Até o momento a obra de pavimentação não foi concluída.

2.5 O desenvolvimento do Campus FURG – SLS

Nessa sessão, apresenta-se os dados compilados e divulgados no Anuário Estatístico da FURG publicado em 2020.

Para sistematizar e socializar as informações sobre o desenvolvimento da Universidade, a FURG vem apresentando a evolução dos principais indicadores acadêmicos, sociais e administrativos que inicialmente eram expostos no Catálogo Geral e no Boletim Estatístico. A partir do ano de 2017, estes dados foram unificados em um mesmo documento, passando-se a utilizar o modelo de Anuário Estatístico:

O Anuário compila, em um único volume, as informações do Catálogo Geral e do Boletim Estatístico, num formato mais dinâmico e interativo, permitindo o acesso a informações que traduzem o esforço institucional através de links que facilitam a consulta do leitor. O documento aborda por meio de gráficos e tabelas, a evolução e o trabalho desenvolvidos pelas diversas áreas da Universidade e informações específicas sobre o crescimento da instituição nos últimos cinco anos (FURG, 2019a, p.3).

Visando mensurar o desenvolvimento da política de educação superior presencial da FURG no Campus de São Lourenço do Sul, e tendo como base documental o Anuário Estatístico, o quinquênio analisado compreende o período que vai de 2015 até 2019, sendo esta a fonte mais atual de dados da Instituição até o momento de encerramento da presente pesquisa.

As dimensões apresentadas, mostram os indicadores do número de candidatos, vagas, e a relação candidato/vaga; o panorama de vagas por ano, ingressantes e vagas ociosas, e, por fim, é apresentado o quantitativo de formandos.

Cabe salientar que os dados obtidos através do Anuário Estatístico compreendem especialmente o ingresso via Sistema de Seleção Unificada – SISU e o Processo Seletivo Específico para Licenciatura em Educação do Campo. Não foram computadas outras formas utilizadas pela Instituição, como o Processo Seletivo de Ocupação de Vagas Ociosas, Processo Seletivo Específico para Indígenas e Processo Seletivo Específico para Quilombolas.

O primeiro ponto apresentado, expõe o número de candidatos, a quantidade de vagas ofertadas, e a relação candidato/vaga. Os cursos de Bacharelado em Agroecologia e Tecnologia em Gestão Ambiental são ofertados em turno integral. Já o de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, acontece no período noturno, conforme demonstra a tabela 1:

Tabela 1 - Número de candidatos e relação candidato/vagas dos cursos do Campus de SLS - ingresso via SISU (2015 a 2019)

ANO	Bacharelado em Agroecologia			Tecnologia em Gestão Ambiental			Tecnologia em Gestão de Cooperativas		
	Turno - Integral			Turno - Integral			Turno - Noturno		
	Cand.	Vagas	Cand./Vagas	Cand.	Vagas	Cand./Vagas	Cand.	Vagas	Cand./Vagas
2015	299	40	7,48	264	30	8,8	-	-	-
2016	247	41	6,02	222	30	7,4	245	45	5,44
2017	254	40	6,35	222	30	7,4	253	45	5,62
2018	167	40	4,18	137	30	4,57	153	45	3,4
2019	112	40	2,80	112	30	3,73	130	45	2,89

Fonte: Adaptado à dissertação (FURG, 2020).

A tabela 1 demonstra que ao longo dos últimos cinco anos analisados pela FURG, houve uma queda no que corresponde ao número de candidatos e de vagas ofertadas nos cursos apresentados. Mesmo assim, embora se tenha um percentual decrescente na relação entre a oferta de vagas e a procura discente, ainda existe uma demanda para o acesso aos cursos maior que a disponibilidade de vagas. O curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, pioneiro no Campus de São Lourenço do Sul, vem mantendo o maior índice na relação candidatos/vaga dentro da proporcionalidade de vagas nessa área formativa.

Observa-se que nos dados da tabela 1 não consta o curso de Licenciatura em Educação do Campo pelo fato de não conter as informações sobre o curso no Anuário Estatístico referente ao período apresentado. Este curso teve sua primeira oferta no ano de 2014, através de um edital específico que ofertava 120 vagas a cada ingresso até o ano de 2016. Após o ano de 2017, o quadro de vagas ofertadas passou para um total de 40 vagas, sendo que 10 são via SISU e as outras 30 por processo seletivo específico.

A tabela 2 representa a oferta de vagas anuais, o número de ingressantes e a ocupação das vagas nos cursos de Bacharelado em Agroecologia, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Gestão de Cooperativas:

Tabela 2 – Número de vagas/ano, ingressantes e vagas ociosas por curso via SISU e Processo Seletivo Específico de Licenciatura em Educação do Campo no período 2015 a 2019 no Campus SLS

ANO	Bacharelado em Agroecologia			Licenciatura em Educação do Campo			Tecnologia em Gestão Ambiental			Tecnologia em Gestão de Cooperativas		
	Turno - Integral			Turno - Integral			Turno - Integral			Turno - Noturno		
	Vagas/ano	Ingressos	Vagas ociosas	Vagas/ano	Ingressos	Vagas ociosas	Vagas/ano	Ingressos	Vagas ociosas	Vagas/ano	Ingressos	Vagas ociosas
2015	40	36	4	120	48	72	30	21	9	-	-	-
2016	41	35	6	120	23	97	30	19	11	45	45	0
2017	40	26	14	40	21	19	30	22	8	45	31	14
2018	40	23	17	40	29	11	30	15	15	45	29	16
2019	40	24	16	40	11	29	30	11	19	45	17	28

Fonte: Adaptado à dissertação (FURG, 2020).

O panorama exposto na tabela 2, referente ao período acadêmico de 2015 até 2019, contempla os quatro cursos ofertados no Campus SLS até este último período analisado no Anuário Estatístico. É tangível, que no quantitativo de ingressos em todos os cursos, tem-se uma realidade de ociosidade de vagas. Esse cenário apresenta o aumento de vagas que não estão sendo ocupadas.

A terceira e última dimensão de dados apresentados é sobre o contingente de estudantes que concluíram o curso, independente da forma de ingresso. A tabela 3 evidencia esse dado:

Tabela 3 - Discentes diplomados por curso com ingresso via SISU e Processo Seletivo Específico de Licenciatura em Educação do Campo no período 2015 a 2019 no Campus SLS

CURSO	Semestre 2015		Semestre 2016		Semestre 2017		Semestre 2018		Semestre 2019	
	1º	2º								
Agroecologia - SLS	-	-	-	-	-	-	-	4	0	5
Licenciatura em Educação do campo					-	3	-	6	0	13
Tecnologia em Gestão Ambiental - SLS	9	1	1	9	1	9	-	6	2	2
Tecnologia em Gestão de Cooperativas - SLS	-	-	-	-	-	-	-	10	0	7

Fonte: Adaptado à dissertação (FURG, 2020).

O número de diplomados nas formações propostas, assim como a diminuição da demanda pelos cursos no Campus de São Lourenço do Sul revelam a tímida adesão discente nesse projeto de Campus. Estas questões fazem jus ao aprofundamento sobre as razões que podem estar imbricadas nesse processo, e serão pontualmente inferidas no item 4.4 do último capítulo. Porém, não serão tratadas como cerne do estudo, considerado que não são o foco da pesquisa.

Todas as questões por ora apresentadas, além de comporem o registro sobre a FURG no território em questão, servem para alimentar reflexões a serem examinadas em futuras pesquisas.

Este foi o contexto institucional elencado para abordar a interiorização do Campus São Lourenço do Sul. Os registros aqui apresentados demonstram o desenvolvimento da FURG e sua atuação neste município. Entretanto, para aprofundar a compreensão da conjuntura do processo político educacional em que esta interiorização vem acontecendo, o segundo capítulo apresenta análises com base em pesquisas bibliográficas sobre a política educacional superior brasileira para apreensão das interrelações com a política local da Universidade.

3 Análise da política de educação superior no Brasil

Para compreender a proposta governamental de interiorização do ensino universitário público proporcionada pelo REUNI e pensar nas limitações e possibilidades à Universidade Federal do Rio Grande – FURG, em seu compromisso de consolidação com o Campus de São Lourenço do Sul, é imprescindível realizar um exame da política de educação superior brasileira. As temáticas escolhidas neste capítulo investigam sobre o marco regulatório do campo educacional, reconhecendo o modelo de gestão pública do Estado, a partir da década de 1990, implicado em um paradigma⁸ estatal gerencial, o que requer o debate da relação globalizada da educação com o mercado. Esse mercado expressa uma movimentação que acontece transnacionalmente no ensino superior, com efeitos de descapitalização da universidade pública. O ponto de partida das discussões, se inicia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

3.1 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: o marco regulatório à política educacional superior no Brasil

A reflexão que por ora se inicia, considera “[...] antes que um desafio de ação é a educação superior no Brasil um desafio de compreensão” (SGUISSARDI, 2009, p. 17). Assim, para compreender a política educacional superior brasileira, parte-se do marco legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Através da LDB, são legitimadas as definições encaminhadas às políticas educacionais do país. A partir de sua regulamentação promulgada no ano de 1961, se destaca a coexistência dos agentes público e privado na execução da política educacional. Na análise realizada por Minto (2006), ele atenta para a relação corroborada nesse processo político-jurídico, em que o setor privado se sobrepuja ao público:

⁸ Paradigma refere-se a modelo ou a padrões compartilhados que permitem a explicação de certos aspectos da realidade. É mais do que uma teoria, implicando uma estrutura que gera novas teorias, segundo o filósofo e historiador da ciência Thomas Kuhn (1994) (MORAES, 1997, p. 5).

Em termos da relação entre os setores público e privado, o texto da LDB de 1961 marca um processo de franco favorecimento do setor privado em detrimento da autonomia do público, um anúncio dos sombrios tempos que viriam com a Ditadura Militar, já delineados com a desmobilização das forças de resistência diante daquela política educacional (MINTO, 2006, p.107).

A educação brasileira é caracterizada por uma história de tensão entre o público e o privado que são marcados por regulamentações, interesses e prioridades distintas. Para Dourado, a discussão versa sobre o reconhecimento das diferenças existentes à política e gestão educacional superior:

Para tal análise tem-se como pressuposto que as políticas e gestão da educação superior no Brasil são marcadas por múltiplas regulações envolvendo diferentes atores, interesses e prioridades. Nessa direção, compreende que o cenário de reconfiguração desse nível de ensino é fortemente marcado pela interpenetração entre as esferas pública e privada, num Estado Nacional marcado pelo patrimonialismo e por forte desigualdade social (DOURADO, 2008, p.1).

Após a LDB de 1961, a Constituição Federal de 1988⁹, em seu Artº 206, trata que um dos princípios da educação se dá pela coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; no Art. 209, deixa livre à iniciativa privada o setor educacional (BRASIL/CF, 1988). Na última versão da LDB, decretada no ano de 1996, em seu artigo 3º, prossegue o princípio da atuação entre o setor público e privado. Dessa maneira a legislação educacional valida o relacionamento híbrido na execução do ensino.

A LDB é entendida como uma “adequada moldura jurídica para as reformas da educação superior propostas pelo governo brasileiro nos anos 90” (SILVA JR.,1997, p. 54). Para Minto (2006), o conteúdo aprovado pela LDB, marcava a finalidade de consolidar no cenário nacional, os preceitos adjacentes à Reforma do Estado¹⁰, acompanhando a movimentação, principalmente, no campo político-econômico, através de ajustes fiscais. Na medida em que a LDB norteia as políticas educacionais,

⁹ Bauer destaca que: Oliveira e Araújo também chamam a atenção para o fato de que apesar da Constituição de 1988 avançar no sentido da garantia dos direitos sociais fundamentais, as políticas educacionais implementadas após sua promulgação não contribuem para a concretização plena dos princípios constitucionais, criando um “fosso entre as conquistas e garantias estabelecidas e as necessidades relativas ao controle e diminuição dos gastos públicos” (OLIVEIRA e ARAÚJO, 2005, p. 6) *APUD* (BAUER, 2008, p. 563).

¹⁰ Estado é aqui entendido como Estado histórico, concreto, de classe e, nesse sentido, Estado máximo para o capital, já que, no processo de correlação de forças em curso, é o capital que detém a hegemonia (PERONI; CAETANO, 2015, p. 348).

as prerrogativas aprovadas em seu conteúdo fundamentam a reforma que perpassa pela educação superior:

O texto da LDB, referência básica para a educação nacional, incorporou, ao longo de sua tramitação, vários dispositivos referentes à educação superior, objeto de projetos de lei e de decretos, de reforma constitucional, que reformavam por dentro a educação superior no Brasil, muitos deles frutos de embates desenvolvidos ao longo dos anos 80 (DOURADO, 2008, p.12).

O autor também faz referência de que o processo de construção da LDB acompanhou o movimento global de um modelo econômico às políticas públicas¹¹, sendo “expressão dos embates travados no âmbito do Estado e nos desdobramentos por ele assumidos no reordenamento das relações sociais e das mudanças tecnológicas sob a égide ideológica da globalização da economia” (*ibidem*).

É por essa perspectiva que “a análise das políticas para a educação superior, só pode ser entendida com a compreensão dos vários instrumentos e mecanismos que preconizam a reforma desse nível de ensino [...]” (*ibidem*). É através dessa concepção, que a LDB se apresenta para sustentar a reflexão aqui transcorrida, pois de acordo com Dourado (2008), ela é a principal referência para se pensar acerca da educação brasileira.

Emerge então, um segundo ponto a ser examinado que é sobre a Reforma do Estado no Brasil. A fim de compreender a política educacional de nível superior, é importante reconhecer a forma de gerenciamento das políticas estatais. Assim, a próxima temática versa sobre a Reforma do Estado e a proposta da Nova Gestão Pública.

3.2 A Reforma do Estado: a Nova Gestão Pública como modelo para reduzir o público e favorecer o privado

O período histórico analisado nesta seção considera a Reforma do Estado brasileiro ocorrida na década de 1990, entendida como uma Política de Ajuste Estrutural¹². Nesse sentido, a escrita abordará sobre a chamada Nova Gestão Pública – NGP.

¹¹ [...] para se analisar as políticas públicas, deve-se ter a clareza de que o Estado não é algo homogêneo, senão que é, na realidade, um campo de contradições e lutas. (AZEVEDO; CATANI, 2020, p.35).

¹² As chamadas Políticas de Ajuste Estrutural, como propostas e medidas econômicas bem como estratégias político-institucionais, partem do entendimento do neoliberalismo como um projeto global

De acordo com Pereira (1996), no tocante a reforma estatal, esse processo ocorre em nível mundial após o colapso econômico dos anos de 1970, como solução em meio a globalização¹³. A proposta da NGP é diminuir a autonomia, tanto na formulação quanto na atuação das políticas públicas estatais.

Nesse contexto, é proposto o modelo de uma nova gestão ao público. Para situar onde emerge a NGP, Cavalcante refere de onde parte tal proposição, que tem a intencionalidade em atender ao setor econômico como solução às tensões fiscais da década de 1970, instalada em cenário mundial:

A NGP surge, com maior ênfase, nos países anglo-saxões a partir de um conjunto de ideias acerca das deficiências do modelo burocrático clássico dominante nos governos ocidentais e da necessidade de respostas à crise fiscal dos anos 1970 (CAVALCANTE, 2018, p. 17).

Na análise de Tripodi e Sousa sobre as ações reformistas, através de um arranjo internacional, em evidência após a década de 1980, a NGP se coloca como um modelo político estatal e administrativo a ser seguido:

Do ponto de vista da administração pública e dos modos de regulação de suas políticas, os anos de 1980 foram marcados por uma onda de reformas localizadas principalmente nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – e alicerçadas nos princípios da Nova Gestão Pública – NGP (TRIPODI; SOUSA, 2018, p. 234).

Os autores analisam sobre o gerencialismo¹⁴ e a governança¹⁵, que ocorrem no âmbito do Estado, e que no cenário brasileiro, passou a predominar a partir dos anos de 1990:

No Brasil, o marco temporal em que se situam os esforços para a construção de um Estado Gerencial foi o ano de 1995, que corresponde ao primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), quando foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, sob o

para a sociedade, com políticas articuladas, que não se limitam a medidas econômicas de efeitos conjunturais e/ou transitórios, trazendo consequências sociais graves e permanentes, muitas vezes de difícil volta atrás (SOARES, 2001, p.171).

¹³ Globalização é entendida como “um conjunto de relações econômicas, políticas e culturais caracterizado por um hiperliberalismo, por uma governação sem governo e mercadorização e consumismo” (DALE, 2004, p. 436).

¹⁴ Newman e Clarke (2012) apresentam o conceito de estado gerencial que envolve o gerencialismo como ideologia e a gerencialização como processo de estabelecimento de autoridade gerencial sobre os recursos corporativos (materiais, humanos ou simbólicos). Para os autores, o gerenciamento fornece coerência ideológica e organizacional para as reformas do Estado (PERONI; LIMA, 2020, p. 4)

¹⁵ [...] governança é entendida como uma reformulação e uma ampliação das formas de relacionamento entre Estado e sociedade, ou entre governo, agentes privados e sociedade, na provisão de políticas públicas (MENICUCCI; GONTIJO, *apud* CAVALCANTE, 2018).

comando do então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, e cuja função, segundo o próprio idealizador do projeto reformista, seria estabelecer as condições para que o governo pudesse aumentar sua governança, entendida como a “capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL, 1995)” (*ibidem*).

Segundo Pereira, “no Brasil, a Reforma do Estado começou nesse momento, no meio de uma grande crise econômica, que chega ao auge em 1990 com um episódio hiperinflacionário. A partir de então, a Reforma do Estado se torna imperiosa” (PEREIRA, 1996, p. 269).

No reordenamento do papel do Estado, Hypolito salienta que tais modificações, estão embasadas nos princípios do neoliberalismo¹⁶, e ainda acrescenta sobre os limites dessa nova configuração que perpassa no âmbito público e privado:

Nas últimas décadas do século XX, presenciamos profundas mudanças na forma como o estado tem sido reorganizado e (re)conceitualizado na tentativa de superar a crise do Estado de Bem-Estar Social, a partir de objetivos neoliberais e requisitos das reestruturações produtivas do capitalismo. Nesse sentido, houve uma reconfiguração do poder de estado e uma reconstrução das fronteiras entre as esferas públicas e privadas (HYPOLITO, 2008, p. 64).

Entre os fatores que culminaram na reformulação do papel do Estado na política brasileira, especialmente a partir de 1995, o argumento de que era necessário diminuir o investimento público, para modernização da máquina estatal, trouxe a prerrogativa paradigmática em prol de uma administração mercadológica ao planejamento e execução de políticas públicas e sociais. Oliveira, pontua sobre como aconteceu tal processo:

O Brasil, assim como outros países da América Latina, enfrentou durante a década de 1990 um processo de reestruturação do Estado que, justificado pelas necessidades de ajustes estruturais, em grande medida em razão da crise da dívida externa, alterou a relação entre Estado e sociedade civil. Essa reestruturação teve como paradigma a adoção dos critérios da economia privada na gestão da coisa pública (OLIVEIRA, 1996, p.456).

Tal paradigma político, empreendido na gestão pública do Brasil, valida a lógica do conceito de eficiência nas ações do Estado, materializando-se por meio da NGP. Em que pese, tenham ocorrido transformações políticas no campo estatal, especialmente nos anos 2000, esse modelo gerencial prossegue em vigência, conforme analisado por Oliveira:

¹⁶ José Paulo Netto explica que o neoliberalismo em seu discurso teórico alega que o mercado é a instância de mediação fundamental e insuperável, em que o Estado mínimo se torna a única opção aceitável para o desenvolvimento econômico. (NETTO, 1993).

Na tentativa de um exame crítico é importante observar como a NGP foi incorporada por importantes setores do Estado e, mais especificamente na educação, que mesmo em face de significativas mudanças nos enfoques políticos a partir de 2003, ainda persiste contraditoriamente nas instituições e políticas públicas estatais (OLIVEIRA, 2015, p. 635).

Esse reconhecimento sobre os rearranjos da ação do Estado, traduz como se movimenta o modelo político capitalista neoliberal¹⁷, que determina as intervenções internas e externas de diferentes nações, constituindo as interfaces da globalização. Nesse sentido, é possível compreender como vêm sendo gestadas as políticas estatais brasileiras. Scocuglia, descreve o panorama em que isso ocorre:

No discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995) foi decretada a morte do Estado getulista, conhecido como Estado-do-bemestar-social e anunciada a mais profunda reforma do Estado até então realizada. Mesmo os observadores políticos mais atentos, acostumados com as distâncias entre o que é proclamado e o que é realmente implementado, não conseguiram prever a extensão de tais reformas. Certamente, foram compreendendo o teor da reforma ao longo do período 1995-2002. Seus traços principais foram substanciados na minimização do papel social do Estado, na interpenetração das esferas públicas e privadas e na privatização crescente da esfera pública, alicerçadas por um Estado forte internamente e submisso externamente à mundialização do capital, adepto da globalização hegemônica e do neoliberalismo (SCOCUGLIA, 2008, p. 43).

De tal forma, mediante a compreensão das ações reformistas da NGP, se acredita ser indispensável estabelecer as interconexões dos processos políticos à educação superior, que envolvem um conjunto de transformações da sociedade. Dias Sobrinho, constata que “as reformas educacionais se tornam imperativas quando surgem ou se agudizam problemas nas estruturas econômicas, sociais e políticas que requerem soluções urgentes” (DIAS SOBRINHO, 2005a, p. 169).

Ao examinar a política de educação superior brasileira, Dourado aponta sobre a movimentação organizada e gestada em território nacional nos anos de 1990:

As análises das políticas educacionais efetivadas no Brasil para a educação superior, numa abordagem crítica, revelam, portanto, um movimento de alterações significativas na lógica de organização e gestão induzidas pelo ideário neoliberal que presidiu a reforma do Estado no Brasil na década de 1990 (DOURADO, 2008, p. 11).

¹⁷ A perspectiva neoliberal é, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego como contingência necessária ao desenvolvimento do capital. As transformações societárias, engendradas pela revolução técnico-científica, pelo neoliberalismo, e pela banalização do Estado-nação, resultam em alterações substantivas nos processos de (des)sociabilidade capitalista, conforme convergência utilitarista aos interesses do mercado, por meio do alargamento e da naturalização da exclusão social [...] (DOURADO, 2002 p. 235- 236).

Oliveira, que destaca sobre o gerenciamento das políticas governamentais, considerando o princípio de um Estado eficiente, observa, no que concerne à educação, a gravidade desse modelo diante da desigualdade existente no interior do processo educacional:

Ao concentrar as atenções na eficiência do sistema, esses governos miram o melhor desempenho, baseado no mérito alcançado a partir de suposta igualdade de condições, como critério de justiça. Tanto mais grave isso se torna se consideramos as desigualdades internas no sistema educacional brasileiro e os poucos mecanismos capazes de promover alguma equidade (OLIVEIRA, 2015, p. 641).

Nesse pontual resgate a respeito das reconfigurações das políticas públicas e sociais, o cenário que se desenvolve está moldado no gerencialismo¹⁸ defendido com a roupagem da NGP que busca a superação de uma gestão burocrática de Estado considerada obsoleta (DUNLEAVY e HOOD, 1994 *apud* HYPOLITO, 2008). Diante dessa tônica imposta é que a política de educação superior vem se desenrolando. Na lógica administrativa¹⁹ desse modelo, a política educacional é compreendida e direcionada como um produto.

Cabe destacar o que Azevedo e Catani descrevem, que “a economia política dominante desde o Governo Collor de Mello (eleito em 1989), carrega a marca gerencialista e de mercadorização, afetando também o campo da Educação Superior” (AZEVEDO; CATANI, 2020, p.35). Com intuito de aprofundar tais concepções a respeito do viés mercadológico às ações do Estado implicado na política de educação superior, o próximo ponto discutido é sobre o mercado educacional que transita tanto em cenário local quanto no global.

3.3 Mercado educacional: uma relação que é global

Para pensar em como se desenvolve o princípio de um mercado educacional (DALE, 2004) assevera que há uma “agenda globalmente estruturada à educação”. Sousa Santos (2010), em seu diagnóstico sobre a Universidade no Século XXI, alerta

¹⁸ No que se refere ao modelo gerencialista, Peroni e Lima dizem: “entendemos o gerencialismo como parte da discussão da privatização na educação, e a privatização como parte das redefinições do papel do Estado” (PERONI, LIMA, 2020, p. 3).

¹⁹ Peroni e Lima destacam que existe um projeto societário para além de uma lógica administrativa adjacente ao Estado gerencialista (PERONI; LIMA, 2020).

que para entender a área educacional de nível superior deve ser considerado o processo de uma relação que é globalizada.

A política econômica mundial capitalista com a força gerenciadora da globalização, estabelece as suas implicações aos sistemas educativos (DALE, 2004). Robertson e Dale, afirmam que há uma “indústria de educação global sob os auspícios regulatórios da Organização Mundial do Trabalho” (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 360).

Nesse sentido, as diretrizes postas à educação que se constituem em preceitos da economia de caráter privado, caracterizam um paradigma e uma dinâmica instalados globalmente. Robertson e Dale, esclarecem sobre as novas incumbências para as políticas educacionais:

O novo mandato para a educação – o que é desejável que o sistema educacional deveria fazer – cada vez mais privilegia a competitividade econômica global, a aprendizagem pela vida toda, a educação para a economia embasada no conhecimento e na educação como uma indústria de exportação (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 348).

Dourado alerta como vem acontecendo a mercantilização da política educacional superior brasileira, e sobre o crescimento institucional que acontece com maior pujança no âmbito privado:

[...] no que concerne à organização acadêmica da educação superior no Brasil vivencia-se, na década de 1990, um claro processo expansionista intensificado a partir de criação de novos cursos e instituições de natureza privada mercantil (DOURADO, 2008, p. 7).

Nesse movimento, de conduzir a educação com preceitos de competitividade em prol do setor econômico global, em que as atividades educacionais recaem na via mercadológica se acredita ser imprescindível um aprofundamento epistemológico sobre a política educacional, e sua conexão entre o local e o global. No trânsito que forja o conhecimento como objeto e não como um bem público, a educação superior no Brasil revela e vem validando a interface em meio a conjuntura da globalização.

Robertson e Dale, destacam sobre a atenção da pesquisa no campo educacional, a partir dessa esfera globalizada.

Embora o global e o regional estejam sendo re/constituídos na atualidade, falar a respeito e pesquisar em educação em uma era global significa que estamos atentos aos modos complexos de como os processos do conhecimento, que são representados como educação, estão sendo

construídos/constituídos em escalas múltiplas – fora e dentro de fronteiras nacionais (ROBERTSON; DALE, 2011, p. 361).

No entanto, o certame que está em disputa como menciona Rossato (2006, p.186), “com a perspectiva de que o mundo é um grande mercado, a educação passa a ser vista como uma moeda de troca, e um produto a ser disputado no vasto universo dos negócios”. Logo, o conhecimento também é cotado como aposta para massificar a oferta e o acesso, enquanto um serviço com caráter e finalidade mercadológica.

Esse paradigma, que defende a iniciativa do mercado à educação, objetivando a prestação de serviços educacionais mercadológicos, é destacado na análise de Rossato:

Na visão neoliberal, com propósitos empresariais, a educação deve ter dois objetivos: de um lado, compete-lhe preparar a mão de obra necessária ao mundo do trabalho e os estudantes devem ser preparados o melhor possível para o mercado de trabalho competitivo; de outro, a educação tem um papel ideológico, devendo ser meio para transmitir ideias que proclamam a excelência do livre-mercado e da livre-iniciativa (ROSSATO, 2006, p. 93).

Concebida na ideia de liberdade do mercado aos fins educacionais, a política de educação, que vem transcorrendo por meio do propósito gerencialista, mostra que há uma zona de conflito sociopolítico, conforme menciona de Serafim:

[...] a realidade mundial da educação superior está tendendo a aceitar que o conhecimento deve visar utilidade prática e rápida e que as universidades devem se assemelhar cada vez mais a lógica empresarial. Esse quadro nos coloca diante de uma crise de identidade enquanto sociedade e de uma disputa de projetos políticos (SERAFIM, 2011, p. 261).

Desse modo, o gerenciamento que incute princípios neoliberais à educação, acaba por recair na via de uma formação para a economia e o mercado. Analisando sobre a expansão do ensino superior, Sousa Santos destaca duas fases importantes da neoliberalização global da universidade:

Na primeira, que vai do início da década de 1980 até meados da década de 1990, expande-se e consolida-se o mercado nacional universitário. Na segunda, ao lado do mercado nacional, emerge com grande pujança o mercado transnacional da educação superior e universitária, o qual, a partir do final da década, é transformado em solução global dos problemas da educação por parte do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio. Ou seja, está em curso a globalização neoliberal da universidade (SOUSA SANTOS, 2010, p. 11).

Mediante este modelo, empenhado pelo neoliberalismo²⁰ para a educação, surge um questionamento. Como vem sendo engendrado esse processo que avança as barreiras nacionais e se torna um bloco global de mercado educacional? Pretendendo responder essa questão, na sequência apresenta-se sobre a regularização mercadológica estabelecida transnacionalmente no ensino superior.

3.4 A regulação do mercado transnacional do ensino superior

Através de um movimento articulado de mundialização do capitalismo e do mercado do conhecimento, percebe-se os planos científicos, culturais, ideológicos e de práticas sociais que fundamentam as relações sociais de poder. Sousa Santos, que investiga o tema da transnacionalização, prescreve que o mercado universitário está sustentado no projeto neoliberal à universidade (SOUSA SANTOS, 2010). Ainda sinaliza que:

A transformação da educação superior numa mercadoria educacional é um objectivo de longo prazo e esse horizonte é essencial para compreender a intensificação da transnacionalização desse mercado actualmente em curso (SOUSA SANTOS, 2010, p. 22).

Ao considerar que o mercado educacional se estabelece através de atores e processos que sustentam essa lógica transnacionalmente, cabe mencionar alguns de seus agentes. Como exemplo, cita-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial²¹ (BM), enquanto organismos que atuam para orientar e financiar projetos assistenciais de compromissos firmados entre diversas nações. Esses órgãos propõem o modelo de gestão empresarial às instituições de ensino (SOUSA SANTOS, 2010).

Dessa forma, Sousa Santos, delinea a respeito dos serviços implicados nos acordos firmados entre os órgãos internacionais no tocante à educação:

Desde 2000, a transnacionalização neoliberal da universidade ocorre sob a égide da Organização Mundial do Comércio no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS). A educação é um dos doze serviços

²⁰ “Segundo a concepção neoliberal de política social, o bem-estar social pertence ao âmbito do privado” (SOARES, 2001, p.181).

²¹ Em países de capitalismo semiperiférico (Wallerstein, 2001), como é o caso do Brasil, as políticas públicas são (des) estimuladas e condicionadas por agentes externos. Não raros são os casos em que os elaboradores de políticas públicas têm atitudes e apresentam políticas ainda mais rigorosas do que o recomendado por atores externos, como acontece com as organizações internacionais, a exemplo do Banco Mundial (AZEVEDO; CATANI, 2020, p.40).

abrangidos por este acordo e o objectivo deste é promover a liberalização do comércio de serviços através da eliminação, progressiva e sistemática, das barreiras comerciais (SOUSA SANTOS, 2010, p. 22).

Assim, as ações de transformação da política de educação superior em diferentes países, através de reformas com o discurso da modernização estatal, também decorrem do incentivo das instituições multilaterais. Dourado, aponta algumas dimensões no tocante a gerência e a regulamentação, prescritas pelo BM, que referem como deve proceder o processo educacional:

[...] novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos; 4) a aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; [...] 5) diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias; entre outras (DOURADO, 2002, p. 240).

O autor ainda ressalta, que “uma nova orientação para a articulação entre educação e produção do conhecimento por meio do binômio privatização e mercantilização da educação” passou a dar a tônica desse processo (DOURADO, 2002, p. 238).

Conforme a análise de Serafim, as instituições multilaterais foram marcando e conciliando a regulação do mercado transnacional da educação, considerando:

[...] o discurso da eficiência, da gestão racional, da produtividade, da qualidade, da excelência, amplamente divulgado pelo Banco Mundial e outros organismos multilaterais, totalmente sincronizados com as orientações neoliberais e da nova administração pública, foi ganhando cada vez mais corpo e adeptos (SERAFIM, 2011, p. 256).

Neste seguimento, a direção posta pelo BM está pautada em entregar as funções educacionais ao setor privado, “em especial nos casos em que o Estado não consegue ampliar o acesso às universidades, pode ser observada de forma acentuada, principalmente, em países como Chile e Brasil” (SERAFIM, 2011, p. 259).

Uma das condicionalidades impostas pelo BM para que os países possam obter seu auxílio é a priorização da ascensão educacional pelo setor privado ao mesmo tempo em que se diminui o recurso à educação pública, como descreve Sousa Santos:

[...] os países periféricos e semiperiféricos podem contar com a ajuda financeira do Banco Mundial dirigida prioritariamente para a promoção da educação superior privada, desde que reduzam o seu financiamento ao sector público criem quadros legais que facilitem a expansão da educação superior privada enquanto complemento essencial da educação superior pública. (SOUSA SANTOS, 2010, p.17).

Dessa forma, as agências transnacionais ganham magnitude na propagação dos ideários de tributação do mercado na educação superior adjacentes ao projeto da neoliberalização universitária (SERAFIM, 2011). Se o setor privado é fomentado com maior pujança, já no caso do público, o fenômeno que se sobressai é o de um movimento para descapitalizar a universidade. O tema a seguir, passará por essa abordagem.

3.5 A descapitalização da universidade pública

Tendo por escopo, compreender a política de educação superior no Brasil, é necessário atentar ao debate realizado por Sousa Santos (2010), que alerta sobre a crise institucional que atravessa pelo menos dois séculos e que traduz a fragilidade da universidade pública. Também menciona a tensão concernente à autonomia científica e pedagógica que estão atreladas à dependência econômica estatal.

A educação como um bem público ofertada pelo Estado, a partir da década de 1980, com a imposição do modelo econômico neoliberal, vem atravessando uma caminhada de abertura generalizada e internacional à exploração comercial do mercado de serviços universitários. Isso ocorre, tendo em conta que:

Nas últimas décadas, as transformações societárias em curso em nível mundial engendradas pelo capital, às quais impõem processos de reforma neoliberal do Estado, que incidem sobre as políticas sociais e, em particular, sobre a Política de Educação como direito social (CFESS, 2012, p. 248).

Tal processo, se confronta com o princípio de uma política pública de ensino superior, como descrever Sguissardi:

Como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização. Isto não somente entre os empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado (SGUISSARDI, 2008, p. 1013).

Diante disso, um processo que vem tomando proporções globais é o da descapitalização da universidade pública. Ele se revela em lugares centrais, periféricos e semiperiféricos. Não havendo investimentos públicos suficientes para consolidar a política de educação superior, a materialização do mercado educacional se propaga com intensidade (SOUSA SANTOS, 2010).

Este fator vem sendo mencionado por analistas financeiros desde a década de 1990, sobre a potencialidade de um nicho propulsor de negócios no século XXI. Sousa Santos destaca sobre a faceta que sustenta essa proposta:

[...] os dois processos marcantes da década – o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade – são as duas faces da mesma moeda. São os dois pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional (SOUSA SANTOS, 2010, p. 11).

Na atual conjuntura brasileira, a descapitalização das universidades federais, se acentua com o congelamento do investimento estatal através da Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016. Tal emenda instituiu o novo regime fiscal²² no âmbito dos orçamentos fiscais e da Seguridade Social da União que vigorará por vinte exercícios financeiros atingindo diretamente todos os setores sociais, e, por consequência, a educação. Amaral observa que “a garantia da autonomia de gestão financeira, isto é, o financiamento das atividades do meio universitário, é vital para as definições das suas políticas de ensino, pesquisa e de interação com a sociedade” (AMARAL, 2008, p. 650).

Neste caso, por meio de um mecanismo legal, a política educacional de nível superior sofre os impactos do desinvestimento na universidade pública, uma realidade que não é novidade, como já explanado, e que permeia do local ao global. Prossegue então, o projeto de favorecimento ao setor privado, sendo este um processo construído progressivamente.

Por razões óbvias, ao se enxugar o investimento no setor público se fragiliza a política estatal da educação superior. Sousa Santos, menciona sobre a perda de capital nessas instituições e que acontece globalmente:

A crise da universidade pública por via da descapitalização é um fenômeno global, ainda que sejam significativamente diferentes as suas consequências

²² O Novo Regime Fiscal gera impactos e efeitos em variados setores e âmbitos públicos (educação, saúde, cultura, assistência social etc). Pode-se afirmar, sem risco de exagero, que o NRF não é uma falha de elaboração em política econômica, mas é uma deliberada política econômica que visa promover livremente a transferência de rendas para os interesses financeiros no País. Política esta que, explicitamente, não fazia parte dos programas políticos dos vencedores das últimas quatro eleições presidenciais no Brasil (2002 e 2006, com Lula; e 2010 e 2014, com Dilma Rousseff), no entanto, efetivamente, tem triunfado como um "projeto oculto de País" que, após o impeachment de Dilma Rousseff - no Governo de Michel Temer (2016-2018), é desvelado e reforçado pelas PECs 241/2016 e 055/2016, aprovadas como EC 095/2016 (AZEVEDO, 2016, p.242).

no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema mundial (SOUSA SANTOS, 2010, p.12).

Nesse contexto, se fragiliza o princípio da educação superior brasileira enquanto um direito constitucional, público, gratuito e de qualidade. Assim, a área educacional à formação superior, vem se desenvolvendo em meio a um modelo mercantil. A responsabilidade do Estado em garantir o bem público do direito à educação²³, se confronta com uma série de obstáculos (SGUISSARDI, 2008).

Quanto às análises traçadas sobre o contexto institucional e da política de educação superior, que compõem o desenvolvimento da interiorização do Campus FURG-SLS, o capítulo a seguir, revela as perspectivas pensadas diante do cenário mediante as inferências e interpretações que congregam os estudos documentais e bibliográficos.

²³ O Direito Educacional não se limita à simples exposição da legislação do ensino, pois a educação é um bem jurídico, individual e coletivo, embora as determinações constitucionais nem sempre sejam cumpridas (VIEIRA, 2001, p.9).

4 Perspectivas frente ao cenário analisado

Esta é a última passagem pelos meandros do trabalho, cujos os pontos de conexão metodológica, estão situados entre a pesquisa documental e bibliográfica. Sendo assim, se além às discussões do universo estudado nos capítulos anteriores, amarrando as conexões com os argumentos construídos no processo de estudos. O primeiro tópico dissertado trata das inferências sobre a política pública de interiorização da educação superior no Brasil. Em sequência, apresenta-se os temas trabalhados na pesquisa, com o propósito de pensar quais são as perspectivas do cenário, que versam sobre a concepção de educação da FURG em seus princípios à efetivação do caráter institucional; o caráter do projeto político-pedagógico da FURG no Campus em São Lourenço do Sul; tensões intra e extra institucionais ao desenvolvimento da FURG em São Lourenço do Sul; entraves da política de educação superior para desenvolver a interiorização da FURG e a interiorização educacional da FURG como pilar à emancipação social.

4.1 Inferências sobre a política pública de interiorização da educação superior no Brasil

Tendo como fio condutor do estudo a temática da interiorização da FURG em São Lourenço do Sul, é relevante pontuar inferências realizadas sobre tal política. Parte-se de dois questionamentos feitos por Brito (2014), sendo um sobre o(s) sentido(s) do processo de expansão das IFES e o outro sobre qual(is) demanda(s) essa interiorização das IES públicas atende? O autor ressalta, que na perspectiva de que a educação seja considerada um campo estratégico de investimentos para promover o desenvolvimento territorial/regional, esse tema merece um tratamento peculiar (BRITO, 2014).

Do ponto de vista sobre a importância da interiorização de uma universidade federal, Bizerril destaca que:

A possibilidade de criação de novas universidades e campi tem promovido as condições para que a comunidade universitária fortaleça seu envolvimento com o projeto de universidade como bem público, e avance em seus modelos institucionais e de avaliação da qualidade, favorecendo, sobretudo, a

interdisciplinaridade, a sustentabilidade e o diálogo do meio acadêmico com a realidade das comunidades (BIZERRIL, 2020, p. 10).

Dessa forma, entre os sentidos que compõem esse projeto da política de educação superior, é importante considerar que “a oferta se expandiu muito no período do Governo Lula e as escolas também se interiorizaram e buscaram as regiões menos desenvolvidas do país” (ARAÚJO APUD BRITO, 2014. p. 9). Também é válido demarcar que esse processo de interiorização das IFES, se relaciona com a democratização do acesso na educação superior, sendo este um princípio versado no REUNI.

Para a visualização sobre o panorama de localização das IFES, ao final do trabalho nos anexos A e B, demonstra-se como a expansão e a interiorização vieram se territorializando na conjuntura histórica e política brasileira. Os mapas apresentados mostram o quantitativo de Universidades Públicas por região, traçando um comparativo dos anos de 2002 e 2010, sendo que neste último período, no caso da FURG, são implementados os três novos campi universitários com a política do REUNI.

Nesse movimento de ampliação e interiorização do acesso ao ensino superior, que promoveu uma mudança significativa no perfil discente, aumentando a produção do conhecimento em regiões que não eram contempladas com essa política, foi possível efetivar uma aproximação entre universidade e sociedade para fortalecer o seu sentido e a sua função social enquanto agente de transformação societária (BRITO, 2014). Bizerril ainda coloca que “os campi do interior são mais provocados no sentido de construir ações de extensão mais afinadas com os interesses e demandas da comunidade” (BIZERRIL, 2020, p.8).

Na avaliação de Cepêda e Marques (2012), a política de interiorização das IFES teve o propósito de reparar três questões históricas, no que tange à distribuição no sistema de educação superior brasileiro, sendo: a concentração metropolitana; as assimetrias regionais; e a desigualdade no pacto federativo.

Para apreender sobre a ampliação das IES, faz-se necessário pautar a crítica dos desafios à essa consolidação, em um contexto fortemente marcado pela ascensão e hegemonia do setor privado em detrimento do público:

A multiplicação dos campi das IFES, [...] especialmente do interior do país, e, certamente, o REUNI deverão ter importante impacto nos números referentes às instituições e matrículas do setor público federal. Mas, infelizmente, seu

efeito sobre a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas será diminuto diante do muito mais expressivo crescimento do setor privado, especialmente representado pelo sub-setor particular ou privado/mercantil (SGUISSARDI, 2008, P. 996).

Em que pese esse cenário seja sobrepujado no setor privado, a finalidade de interiorizar a universidade é um projeto de fundamental importância, e o alcance da interiorização da educação superior pública, sobretudo às populações dos municípios que não detinham tal política de acesso, deve ser evidenciado:

Acreditamos que tal processo, na medida em que uma instituição é interiorizada – mesmo fragmentada e impingida pelos ditames instrumentais econômicos ou de mera qualificação profissional e simbólica – pode sim possibilitar novas sociabilidades, convivendo, rompendo e dialogando com as antigas. Não que a universidade tenha um papel de redentora e represente as maiores benfeitorias da modernidade, mas pelo fato de que ela é, sem sombra de dúvidas, recheada de múltiplas funções e relações sociais que lhes são próprias (BRITO, 2014, p.10).

Nesse sentido, no que corresponde à pesquisa sobre a FURG e sua política para interiorizar a educação superior presencial no município de SLS, percebe-se a relevância científica deste debate, que por ora é defendido. Bizerril (2020) destaca, que “no caso dos campi instalados na última década, é essencial que estudos subsidiem a criação de políticas de apoio de longo prazo à manutenção e fortalecimento dos mesmos de modo a ampliar os benefícios potenciais dessas instituições para o país” (BIZERRIL, 2020, p.13).

Conforme apresentado, a responsabilidade social da instituição está voltada em atender a sua missão em atuar nos ecossistemas costeiros e oceânicos, e sendo que o território de SLS integra o Cordão Litorâneo SulRiograndense com proeminente característica para que seja desenvolvido o trabalho institucional em prol do conceito de sustentabilidade. Para isso, “(...) a oferta da educação superior pública federal para as várias regiões e cidades, por meio de uma política de interiorização, deverá ser realizada de forma a assegurar condições de trabalho e de formação” (LIMA, 2013, p. 254).

Em defesa dessa perspectiva, no tema a seguir, problematiza-se a concepção de educação defendida pela FURG que configura os princípios orientadores ao desenvolvimento da interiorização das práticas educativas no Campus -SLS.

4.2 A concepção de educação da FURG: princípios à efetivação do caráter institucional

Para analisar a concepção educacional afirmada nos princípios do PPI (2011) da FURG, resgata-se a pesquisa documental realizada no item 2.2.2 do capítulo 1. Destaca-se os seguintes parâmetros de análise: 1) *a expansão e o compromisso da Universidade enquanto agente da política de educação que produz conhecimento*; 2) *responsabilidade social: responsabilizar-se por práticas que viabilizem o acesso de diferentes grupos sociais, nas dimensões do campo do saber acadêmico e outorgando o caráter dialógico com a sociedade*; 3) *preceitos democráticos: faz-se necessário reiterar os preceitos democráticos preconizados na Constituição Federal para garantir uma educação de qualidade para todos*.

No que concerne à expansão da Universidade, é possível perceber que houveram alguns avanços para efetivar o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE no período 2001-2010. A meta de ampliação do número de matrículas nas IFES, estipulada a partir de 2001, oportunizou através do REUNI, a referida expansão da política de educação superior federal e possibilitou à FURG a adesão da política de ampliação.

É importante demarcar o contexto sociopolítico de Estado em que essa realização foi possível:

A principal política pública responsável por esse crescimento foi o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implantado no governo Lula (2003-2010) a partir de 2007, tendo havido também uma primeira fase de expansão do Ensino Superior Federal, denominada Expansão I, que compreendeu os anos de 2003 a 2007 (BARROS, 2015), e outra fase de significativa criação de novos campi, entre os anos de 2011 a 2015, no governo de Dilma Rousseff (BIZERRIL, 2020, p.3).

Com a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva²⁴, esse projeto foi iniciado e materializado a partir de 2007 com o REUNI. Santos e Almeida Filho frisam que:

O REUNI é um programa de ampliação física e reestruturação pedagógica do sistema federal de educação superior, lançado pelo MEC como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação. Concebido para duplicar a oferta de vagas públicas no ensino superior, com um orçamento de sete bilhões de Reais a serem aplicados em cinco anos, é seguramente o mais ambicioso

²⁴ Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, o tema Reforma Universitária foi trazido à pauta de discussões, tornando-se uma das prioridades do Ministério da Educação para o quadriênio (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008, p. 184).

programa dessa natureza já tentado no Brasil (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.188).

Os autores ainda destacam, que no primeiro governo de Lula, o Ministro Fernando Haddad liderou o projeto que teve forte caráter de expansão para interiorizar a universidade no Brasil. Essa proposta buscou atender as demandas sociais historicamente pautadas por lideranças político-partidárias em prol do acesso, da democratização e da permanência na educação superior (SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2008).

Foi por meio dessa reestruturação universitária impulsionada pelo REUNI que a FURG em consonância com sua filosofia voltada aos ecossistemas costeiros e oceânicos e com o seu PDI institucional, viabilizou a interiorização de um Campus no município de São Lourenço do Sul. Com isto, busca efetivar o seu papel de responsabilidade social enquanto agente na produção de conhecimento.

No que se refere ao campo do dever institucional, “faz parte de sua responsabilidade social exercitar suas potencialidades em vista da construção da democracia” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 595). Goergen caracteriza que esse processo acontece:

Partindo do princípio de que a construção de uma sociedade mais justa e democrática depende de cidadãos não só profissionalmente competentes, mas também de cidadãos que tenham apurado sentido ético e responsabilidade social, a universidade deve formar sujeitos críticos, autônomos e socialmente responsáveis. O equilíbrio entre essas duas dimensões da formação - a competência técnica e a consciência ética - representa o critério definidor de um ensino socialmente relevante (GOERGEN, 2008, p. 813).

Essa função da universidade²⁵, segundo Vallaey (2006), também deve considerar, na perspectiva de uma visão holística, ser capaz de promover socialmente os princípios éticos de forma equitativa e sustentável “ com vistas à produção e transmissão de saberes responsável e à formação de profissionais cidadãos igualmente responsáveis (VALLAEYS, 2006, p. 39).

²⁵ A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Na política de acesso a Universidade, a FURG em 2007, tinha um total de 1342 vagas ofertadas anualmente (FURG, 2007). Em 2020, de acordo com informações do Termo de Adesão Institucional que corresponde a 1ª edição deste ano e considera o Sistema de Seleção Unificada – SISU como forma de ingresso, o número de vagas alcançou um total de 2.740. Visando oportunizar o acesso de diferentes grupos sociais, dessa totalidade de vagas ofertadas, 1.381 vagas são em razão da Lei nº 12.711/2012 que instituiu o ingresso por diferentes modalidades de cotas sociais, sendo que 70 vagas equivalem às ações afirmativas da Universidade e 1.289 vagas são para modalidade de ingresso - ampla concorrência (FURG, 2020a).

Em um período de treze anos de reestruturação da IFES, é fato que a Universidade teve um crescimento em suas ações educacionais. Com a ampliação de 1398 vagas em seus campi universitários, vem atuando nas dimensões do campo do saber acadêmico, e, conforme se propõe, buscando outorgar o caráter dialógico com a sociedade.

No quadro 1 mostra-se os dados apresentados pela Comissão Permanente do Processo Seletivo – COPERSE da Instituição evidenciando o quantitativo de vagas ampliadas no ano de 2020/1, correspondente ao Campus de São Lourenço do Sul.

Quadro 1- Vagas disponíveis para cursos de graduação no SISU 2020/1 Campus FURG-SLS

São Lourenço do Sul	Ampla Concorrência	Reserva de vagas / Lei 12.711/2012	Total
Agroecologia	19	21	40
*Educação do Campo	4	6	10
Gestão Ambiental	14	16	30
Gestão de Cooperativas	21	24	45
Letras-Português	19	21	40

* O curso de Educação do Campo possui oferta de mais 30 vagas pelo Processo Seletivo Específico

Fonte: elaboradora pela autora com base em dados institucionais consultados no site da COPERSE.

Do quadro 1 pode-se inferir que a partir de 2020 a Universidade ampliou em SLS o número de vagas com o total de 195, sendo distribuídas em seus cinco cursos ofertados. As proporções de modalidades de ingresso para cada área de formação, atendem a Lei nº 12.711/2012, que seleciona o perfil de ingressantes em razão das cotas na formação superior.

Os desafios que se colocam à expansão da política de educação superior pública, conforme Sguissardi perpassam pelas seguintes questões:

[...] – o que se impõe a todos nós, é, antes de tudo, a luta por políticas de caráter universal que combatam a desigualdade social vigente, sem abrir mão das políticas focais que garantam avanços na democratização do acesso à ES e da permanência nela até o final dos estudos, a partir da definição de prioridades, com base em adequado diagnóstico da área, como parte de um Plano Nacional de Graduação ou algo equivalente (SGUISSARDI, 2015, p 885).

No tocante a premissa de efetivar preceitos democráticos de base constitucional, pensados pela FURG em sua perspectiva educacional, ao expandir suas ações, garantindo o acesso e a permanência na Universidade, é possível alcançar o princípio da educação como direito, e conforme assevera Dias sobrinho:

O direito social à educação de qualidade é um aspecto essencial e prioritário da construção da sociedade, de consolidação da identidade nacional e instrumento de inclusão socioeconômica. Por isso, assegurá-lo adequadamente é dever indeclinável do Estado (DIAS SOBRINHO, 2010, p.1225).

Neste certame, promovendo a inclusão de diferentes grupos societários, é concebível que a premissa de democratização da Universidade seja alcançada. Peroni e Caetano assinalam que “a democracia é entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2013 *APUD* PERONI; CAETANO, 2015).

A Lei nº 12.711/2012 possibilitou o ingresso de um público específico que historicamente esteve à margem ou excluído da política de educação superior, abrindo vias de acesso para estudantes da rede pública de ensino. O Art. 1º da lei afirma: “[...] em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas são para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” (BRASIL, 2012). Bizerril discorre sobre a origem desse processo, que se deu com o REUNI:

[...] a partir do REUNI, houve significativa mudança do perfil dos discentes, agregando parcelas da população antes pouco representadas nas universidades públicas (NIEROTKA; TREVISOL, 2016; TAVARES; GOMES, 2018), como indígenas, negros, moradores da periferia, povos do campo, LGBTQI+ e outros, na grande maioria das vezes compondo a primeira geração da família a obter um diploma do ensino superior. Esse fenômeno ampliou a diversidade sociocultural da comunidade universitária, trazendo novos desafios antes ignorados pelas instituições que, apesar de públicas, na prática atendiam majoritariamente a uma restrita parcela da elite e da classe média do país (BIZERRIL, 2020, p. 10).

Por meio desta legislação específica, é possível efetivar a equiparação de garantias constitucionais no acesso à política educacional, considerando as desigualdades sociais latentes no país. A lei também prevê o ingresso do perfil socioeconômico de renda de até um salário mínimo e meio per capita, e de grupos étnicos como indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Além de propiciar o ingresso desses grupos, garantindo acesso específico nas IFES, o governo federal vem complementando suas ações através do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES pelo Decreto nº 7.234/2010, que visa fomentar a permanência desse novo perfil de estudantes que as instituições passaram a acolher.

Tanto o PDE quanto o REUNI integram um projeto de nação, que visa democratizar a educação superior como preceito político e social através do estímulo de ações para uma política de inclusão e de assistência estudantil. Dias Sobrinho salienta que “é a partir desse princípio que faz sentido falar de democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores com qualidade científica e social” (DIAS SOBRINHO, 2010, p.1225).

Os princípios almejados pela FURG em seu PPI (2011), no que se refere a expansão, a responsabilidade e a sua função social, o preceito constitucional da democracia, assim como, a garantia de acesso aos diferentes grupos sociais, fazem conexão com o projeto de nação estimado pelas políticas públicas acima citadas.

Conforme observado por Bizerril, “o entendimento das universidades federais como instituições estratégicas ao desenvolvimento, tanto humano quanto regional, é atualmente uma necessidade premente à sociedade brasileira” (BIZERRIL, 2020, p.13). Com base nessa assertiva, será apresentado a seguir o caráter político pedagógico preconizado pelo Campus FURG-SLS.

4.3 O caráter político-pedagógico do Campus FURG-SLS

Após pautar no primeiro capítulo sobre os marcos e cursos da constituição histórica e política da FURG, a reflexão por ora dissertada é a respeito de seu caráter no Campus de SLS. Para isso, apresenta-se o perfil dos cursos efetivados neste Campus e os seus fundamentos pautados nas propostas político-pedagógicas em cada área de formação ofertada.

Levando em conta a filosofia, visão e missão institucional da FURG, que define o conceito de sustentabilidade em seu caráter político-pedagógico, o modelo do

Campus em São Lourenço do Sul, se afina diretamente com essa mesma asserção. Dessa forma, se pretende efetivar a transição paradigmática, conforme apresentado no site do Campus:

A proposta para o campus de São Lourenço do Sul é focada principalmente na implantação de cursos superiores voltados para a mudança do paradigma de desenvolvimento vigente e a consolidação do paradigma emergente da sustentabilidade, sempre buscando a inserção no contexto regional (FURG, 2019d).

Partindo desse pressuposto, o primeiro curso ofertado presencialmente no ano de 2010 - Tecnologia em Gestão Ambiental - foi instituído pela Deliberação nº 084/2009 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração - COEPEA. O curso tem oferta em dois Campi da FURG, sendo um deles no Carreiros em Rio Grande e o outro em São Lourenço do Sul.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, a oferta dessa formação é reflexo do programa REUNI:

A proposta do Curso Superior em Tecnologia de Gestão Ambiental surgiu no âmbito do Instituto de Oceanografia (IO) da FURG como uma reação institucional ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado pelo governo federal (FURG, 2014, p.3).

Conforme disposto no PPC, tal proposição “[...] atende ao objetivo institucional de estar voltada ao Ecossistema Costeiro, sistema ambiental onde se inserem as cidades sedes do curso – São Lourenço do Sul e Rio Grande” (FURG, 2014, p. 9).

Dessa maneira, esse curso dialoga com um paradigma de gestão ambiental, e se alinha com o Programa de Desenvolvimento Institucional - PDI da FURG visando expandir o acesso à formação superior nessa área, segundo consta no PPC:

No curso, a Gestão Ambiental é entendida como um processo contínuo e dinâmico através do qual são tomadas decisões visando o uso sustentável do ambiente. Ele, portanto, representa uma ação em linha com o Plano de Desenvolvimento Institucional que, no tema de interesse central da FURG (Ecossistema Costeiro), define dentre seus objetivos a ampliação e oferta de novos programas de ensino (FURG, 2014, p. 3).

Com isto, se tem uma relação de articulação entre o proposto no PDI planejado para o período de 2007 a 2010, com o posterior PPC do curso. A intenção é efetivar um novo paradigma ambiental no âmbito científico e educacional (FURG, 2014).

No que se refere ao perfil profissional do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, o mesmo propõe uma formação, como explanado no PPC “[...] buscando

um novo paradigma de sustentabilidade ambiental com base no conhecimento de qualidade e preparando um profissional-cidadão em sintonia com a realidade vigente” (FURG, 2014, p.6).

Após a consolidação do primeiro curso que atua na área do gerenciamento sustentável do meio ambiente, no ano de 2014, dois novos cursos passaram a ser ofertados. A expansão da FURG em São Lourenço do Sul, prossegue em consonância com os princípios institucionais.

Através da Deliberação nº. 086/2013 do COEPEA, passou a ser ofertado, no ano de 2014, o curso de Licenciatura em Educação no Campo - Ênfase em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias. Essa proposta pedagógica advém do Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica nº 1, de 3 de abril de 2002, como também pelo Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010.

Organizado pelo MEC teve mediação da Secretaria de Educação Superior – SESU, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Para viabilizar a proposta, o MEC divulgou um Edital específico em 5 de setembro de 2012, buscando efetivar no país, cursos de Licenciatura em Educação no Campo.

Através desse processo, as IFES tiveram que apresentar Projetos Pedagógicos de Cursos presenciais para o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO. Frente às orientações do MEC, a FURG encaminhou o plano de adesão para consolidar a Licenciatura em Educação no Campo. Assim, a Universidade legitima sua proposta político-pedagógica:

A presente proposta se justifica por pretender abranger várias comunidades, em especial, a partir do Campus de São Lourenço do Sul e formar educadores com conhecimentos voltados para a educação do campo valorizando os aspectos culturais e étnicos, dessa região (FURG, 2018b, p.9).

O Campus de São Lourenço do Sul foi escolhido enquanto local para firmar esse compromisso institucional. O PPC evidencia a razão da criação dessa área de formação:

A FURG, inclusa nessa proposta de fortalecer as escolas do campo, indígenas e quilombolas, diminuindo a disparidade de acesso à formação inicial em nível superior, propõe a criação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Ciências Agrárias (FURG, 2018b, p.2).

A Licenciatura em Educação do Campo se organiza para trabalhar questões sociais com a finalidade de garantir à população rural, os meios necessários de acesso à educação. A proposta pedagógica curricular da Instituição visa contribuir na formação de um perfil profissional, considerando uma concepção social crítica que atenda aos temas da sociedade e os costumes de vida das populações. Compreende processos culturais, econômicos e do mundo do trabalho com as especificidades do campo (FURG, 2018b).

O curso apresenta uma peculiaridade quanto a sistematização curricular; ele se desenvolve através de períodos equivalentes aos semestres regulares, porém, sua característica no processo de formação é concebida pelo Regime de Alternância. Tal regime se constitui entre tempo-escola e tempo-comunidade. No tempo-escola, a formação se estabelece em um período concentrado presencialmente em dois turnos no Campus universitário de São Lourenço do Sul. Já no tempo-comunidade, os períodos de formação se intensificam com atividades nas comunidades de origem de seus discentes (FURG, 2018b).

Dessa maneira, a finalidade proposta à formação em Licenciatura em Educação do Campo, estabelecida nos objetivos gerais do PPC, consiste em:

Formar educadores para atuar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, nas escolas do campo, nas comunidades camponesas, indígenas e quilombolas para atuar de maneira crítica, criativa, ética e solidária no âmbito da Educação Básica, tendo em vista o fortalecimento da identidade do campo, além de propiciar o desenvolvimento de oferta de ensino nas áreas menos abrangidas pelo Estado (FURG, 2018b, p. 5).

Também é possível reconhecer a interface com a missão, visão e filosofia institucional, considerando que esse curso se desenvolve com: “ampla visão de economia solidária e comprometido com as questões socioambientais” (FURG, 2018b, p. 3). Esse perfil estabelece um diálogo comum entre os cursos ofertados na comunidade local na qual a Instituição se insere.

Outra área de formação que também passou a ser ofertada a partir da Deliberação nº. 106/2013 do COEPEA, é o curso de Bacharelado em Agroecologia instituído em 2014. A proposta emergiu em divergência ao modo de produção

convencional agrícola, que segundo o PPC, vem gerando degradações socioambientais²⁶.

A Universidade apresenta esse curso por estar diretamente relacionado com as necessidades locais e a identidade rural de São Lourenço do Sul, e, também, como uma forma de contribuir com a comunidade para pensar alternativas ao modelo agrário vigente. O curso tem como proposta a interdisciplinaridade com uma base curricular que contempla as áreas da Agricultura, Agroecologia, Sociologia, Administração e Economia, compondo dessa forma o alicerce dessa gênese profissional (FURG, 2017).

Reconhece-se a relação da proposta pedagógica com as características do município no PPC do curso de Agroecologia:

Nesse contexto, a implantação de um curso superior em Agroecologia representará uma contribuição efetiva e substancial para a consolidação da Agroecologia como ciência e para a consolidação da agricultura familiar no município. Do ponto de vista regional, buscará promover a reorientação da matriz produtiva primária regional, de modo a torná-la mais sustentável do ponto de vista ambiental, social, cultural e econômico, sendo estratégica como parte de ações voltadas à manutenção da juventude no meio rural (FURG, 2017, p. 14)

O desafio da Universidade se coloca quanto ao exercício de sua proposta político-pedagógica, de um modelo não convencional, que visa a ciência de base agroecológica e a agricultura familiar.

O curso de Agroecologia propõe um diálogo afinado com a realidade local uma vez que a principal atividade econômica do município se desenvolve através do setor primário agrícola. Ela é uma alternativa de caráter sustentável que busca a harmonização dos aspectos social, ambiental, econômico e cultural, portanto, a identidade que se pretende à essa formação se concilia com o caráter da política educacional de sustentabilidade²⁷ da FURG.

²⁶ A grande expansão na produção agrícola mundial verificada a partir da década de 60 com a chamada “Revolução Verde”, centrada no desenvolvimento tecnológico intensivo, associado ao largo uso de fertilizantes e praguicidas, sistemas de monocultura intensiva em grandes propriedades, ao desenvolvimento de novas variedades de cultivares, e a mecanização da lavoura, alicerçado na visão de que seria a solução para os graves problemas de subnutrição nos países ditos de terceiro mundo, engendrou, também, um ciclo de novos problemas socioambientais associados à concentração de terras produtivas, êxodo rural e urbanização acelerada, erosão, contaminação de solos e recursos hídricos, perdas de habitats e biomas, dependências tecnológicas, monopólios genéticos, endividamento dos agricultores de subsistência e riscos à saúde humana global (FURG, 2017, p.2).

²⁷ Na concepção de Leff, que se alinha com o estudo dissertado, “a sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica” (LEFF, 2010, p. 31).

Os princípios que orientam a formação em Agroecologia, são explicitados no paradigma exposto no PPC:

Agroecologia é entendida como uma ciência de enfoque ecossistêmico que lança mão de diversas disciplinas de forma integrada, tendo os agroecossistemas como unidade de análise e de atuação, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio - econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto, buscando estabelecer as bases para a construção de estilos de desenvolvimento rural sustentável. Tal abordagem reconhece a necessidade de emancipar o produtor rural da dependência tecnológica da agroindústria convencional, a qual é centrada no largo uso de agrotóxicos, insumos, equipamentos e técnicas socioambientalmente agressivas visando à maximização da produção (FURG, 2017, p. 16).

Como o objetivo de criar uma nova cultura para a produção local que leve em conta o equilíbrio dos agroecossistemas, o curso estabelece as bases para a construção de estilos de desenvolvimento rural sustentável, a fim de amparar os processos de transição dos modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencional em vigência em prol de sistemas agroecológicos. Através das práticas profissionais, a proposta é contribuir com o desenvolvimento do âmbito rural, considerando as agriculturas sustentáveis, a partir de fundamentações científicas (FURG, 2017).

Outro curso ofertado no Campus FURG-SLS foi o de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, fundado a partir de 2016, pela Deliberação nº. 052/2015 do COEPEA. Também dialoga com as linhas norteadoras do PDI da Universidade, como todos os demais cursos ofertados.

O Projeto Pedagógico do Curso Tecnologia em Gestão de Cooperativas reafirma os preceitos de sustentabilidade delineados nos demais cursos:

[...] levou-se em consideração, como uma externalidade positiva e fortemente sustentável, a decisão da criação deste curso para ser sediado no Campus de São Lourenço do Sul, que agrega cursos de graduação como Bacharelado em Agroecologia, Licenciatura em Educação no Campo e Tecnologia em Gestão Ambiental os quais interagem com conceitos de cooperativismo, organizações cooperadas, participativas e comunitárias (FURG, 2018c, p. 4).

O PPC reafirma o esforço da FURG em manter-se coerente com a sua missão institucional, ao mesmo tempo em que procura alinhar-se com as políticas agrícolas nas esferas federal e estadual, no sentido de fortalecer a agricultura de base familiar. Os critérios que justificam a criação do curso perpassam por questões sociais, econômicas, ambientais e culturais da região:

A criação do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, deu-se em função do perfil socioeconômico regional, onde o setor primário, marcadamente a agricultura familiar, adquire a sua maior expressão. O curso soma-se aos esforços dos governos federal e estadual no fortalecimento da agricultura de base familiar que desempenha um papel preponderante na produção de alimentos no Brasil e geração de empregos rurais, conforme evidenciado no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2007) (FURG, 2018c, p. 5).

Cabe aqui salientar que o município de São Lourenço do Sul já contava com quatro Cooperativas de Agricultores Familiares²⁸ quando da criação do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas. Além disso, há várias entidades de agricultores familiares, pescadores, e outros tipos de organizações, especialmente voltadas a atuação no setor primário conforme pontuado no PPC:

Segundo levantamento realizado junto à Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul há 22 entidades organizativas de agricultores familiares, pescadores, quilombolas e Cooperativas de Créditos, cadastradas junto à entidade. Contudo, a própria prefeitura destaca que há diversas outras, além de empreendimentos familiares, não cadastrados (FURG, 2018c, p.6).

A partir desse cenário local, este curso visa formar profissionais com perfil para intervir em demandas da sociedade, contribuindo com o desenvolvimento da região nas suas especificidades rural e costeira. Trata-se de fomentar a ascensão de cooperativas, de integrar os espaços dos setores produtivos, institucionais, governamentais, organizações e associações (FURG, 2018c).

O último curso ofertado, até o momento de conclusão desta pesquisa, foi o de Letras - Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, por meio do Parecer 024/2019 da 5ª Câmara representativa das Ciências Humanas, Letras e Artes. A divulgação da nova proposta de formação, é confirmada na seguinte notícia:

Ao iniciar suas atividades no ano de 2020, a FURG passará a contar com mais um curso de graduação, a ser ofertado no Campus de São Lourenço do Sul. O curso de Letras Português, vinculado ao Instituto de Letras e Artes (ILA) da FURG, tem como objetivo formar profissionais para a atuação ética e crítica na sociedade contemporânea, em sua complexidade e diversidade cultural, dotados de uma visão teórico-prática da língua e da literatura. O curso já foi incluído na lista de cursos disponíveis no próximo SISU de Verão 2020, com a oferta de 40 vagas anuais no turno noturno (FURG, 2019c).

Essa formação se propõe a licenciar profissionais com propriedade sobre a linguagem verbal, bem como das metalinguagens, desenvolvendo a compreensão de

²⁸ Esses dados foram informados pelo Escritório Regional da Empresa Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul – EMATER da cidade de Pelotas e consta no PPC do curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas.

fenômenos linguísticos, literários e a capacidade de produção e recepção crítica de textos multimodais de diferentes gêneros. Além disso, devem ser capazes de refletir teoricamente a respeito da linguagem, distinguir as variedades linguísticas e culturais, dominar novas tecnologias e conhecer a Língua Brasileira de Sinais (FURG, 2019d).

O curso de Letras, também tem uma abordagem socioambiental em seu processo de formação e contempla os temas da ética e estética, concernentes à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural (FURG, 2019d).

Os cursos acima referidos, confirmam a política de Campus universitário proposto pela FURG no sentido de buscar efetivar o paradigma emergente²⁹ da sustentabilidade, portanto, os cursos têm uma afinidade político-pedagógica e dialogam com o território em que ela se insere. Além de afirmar seu caráter institucional, as propostas que compõem as áreas de formação intencionam resgatar princípios culturais que constituem a identidade territorial, estabelecendo uma relação dialógica com o local, reinterpretando suas faces e reconstruindo empírica e cientificamente o espaço em que atua. Segundo Pizzi, a reconstrução:

[...] revela a essência de um projeto político pedagógico, o qual começa com o resgate do esquecimento das origens. Ou seja, pensar de novo implica em um esforço profundo para voltar a apreciar o significado e o sentido de nossos mundos, como se isso fosse uma genealogia capaz de reestruturar nosso próprio chão. Essa redescoberta estabelece um novo patamar para as incapacidades de pensar, cujo renovar reinterpreta nossas origens e, ainda, possibilita reconstruir as dimensões de um projeto emancipador (PIZZI, 2018, p. 661).

O caráter de sustentabilidade da FURG no Campus em São Lourenço do Sul, é demarcado pelo coerente planejamento alinhado com uma intencionalidade socioambiental. Porém, na inovação proposta de uma mudança de paradigma, encontram-se limitações intra e extra institucionais que causam tensionamentos à sua efetivação. Essas tensões são discutidas no próximo item.

²⁹ No paradigma emergente o conhecimento é total, tem como horizonte a totalidade universal de que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm. Mas sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por comunidades interpretativas concretas como projetos de vida locais, sejam eles reconstituir a história de um lugar, manter um espaço verde, construir um computador adequado às necessidades locais, fazer baixar a taxa de mortalidade infantil, inventar um novo instrumento musical, erradicar uma doença, etc (SANTOS, 1988, p. 65).

4.4 Tensões intra e extrainstitucionais ao desenvolvimento da FURG em São Lourenço do Sul

Para apresentar o cenário de desenvolvimento das ações educacionais da Universidade com o Campus de São Lourenço do Sul, realizou-se uma pesquisa documental no primeiro capítulo, com o intuito de analisar a consolidação da FURG nesse território. Por isso, são retomados agora nas discussões os aspectos que tratam sobre os desafios percebidos no estudo, especificamente o que foi apresentado no item 2.4 sobre a expansão, pensando no que concerne a infraestrutura apresentada; a ampliação do acesso à formação superior que traz a divergência das limitações, sobretudo na questão infraestrutural e do item 2.5 a proporção de candidatos/vagas, bem como o contexto de vagas ociosas, o déficit na procura pelos cursos da Instituição em SLS, como também um número reduzido na permanência e formação nos cursos ofertados.

Os planos de expansão do Campus FURG-SLS só passaram a ser vislumbrados após sete anos de sua interiorização. Tal fato se concretizou devido a uma doação de doze hectares não onerosos aos cofres públicos. Assim, no ano de 2018, foi possível iniciar as obras de construção do Campus, através de recursos extraorçamentários de caráter temporário, por meio de emendas parlamentares. Enquanto isso, as atividades de ensino, pesquisa e extensão acontecem em espaços que não pertencem a Instituição. Isto representa, uma limitação institucional (tensão intra) visto que, após uma década do primeiro curso ofertado, ainda não há garantias de efetivação infraestrutural em prol do fortalecimento do Campus. Por outro lado, há uma limitação extra institucional no que tange a captação de recursos para sua ampliação. Essa realidade não condiz com a identidade proposta pela FURG em seu PPI quanto a qualificação de seus espaços em todos os seus campi universitários (FURG, 2011).

Para fortalecer a universidade pública, e cumprir com as ações estratégicas que viabilizem a missão, visão e a filosofia institucional, é preciso que a política de investimentos federais seja assegurada à FURG. Sem estes, suas possibilidades de expandir ficam condicionadas às premissas de um Estado que prevê o desenvolvimento educacional, mas não garante a real efetivação. O REUNI trouxe uma expectativa de ampliação das IFES, mas não assegurou a materialização integral desse processo. De acordo com Bizerril:

[...] o REUNI estimulou as universidades a modificar a sua estrutura para um contexto multicampi. E nos casos em que a instituição já era multicampi ou tinha projeto de expansão, foi determinante na viabilização desses processos desencadeados pelas universidades por iniciativa própria, mas que, em muitos casos, foram afetados por dificuldades orçamentárias e de pessoal (BIZERRIL, 2020, p. 7).

No que se refere aos dados de expansão da Universidade, sua ampliação de acesso à formação, com o aumento do número de vagas, expressa o crescimento institucional. Cabe salientar que a política de interiorização pensada no âmbito do REUNI e materializada pela FURG, possibilitou ao município de São Lourenço do Sul uma relação que não existia com o ensino superior presencial, porém, limita-se pela falta de expansão infraestrutural, que se relaciona com as adversidades de recursos financeiros e, também humanos, apontados no estudo de Bizerril (2020).

Ao analisar a proporção candidato/vaga dos cursos ofertados no Campus FURG-SLS constata-se um déficit na procura das áreas de formação. Outro dado evidente foi sobre o número de vagas/candidatos e o cenário de vagas ociosas³⁰, sendo que os cursos de Bacharelado em Agroecologia, Licenciatura em Educação do Campo e Tecnologia em Gestão de Cooperativas, estão intimamente ligados ao setor produtivo que caracteriza esse *locus*. Sousa evidencia sobre outros fatores que podem corresponder a essa realidade:

Também pode explicar a origem das vagas ociosas nestas IES o fato de os alunos não se sentirem atraídos, ainda, por novos cursos, muitas vezes criados em cidades pequenas, em decorrência, por exemplo, do processo de expansão das instituições federais. Nesse sentido, é preciso considerar que o recente aumento de vagas oferecidas, particularmente, pela rede federal decorreu, sobretudo, da política definida no âmbito do Programa do Governo para Expansão das Universidades Federais/REUNI (SOUSA, 2010, p.10).

Essa baixa adesão ainda pode estar relacionada sobre como as relações sociais capitalistas transcorrem, visto que a realidade econômica local se sustenta precipuamente pelo setor agrícola, sendo majoritariamente sustentada no modelo de agricultura convencional para atender as expectativas da chamada Revolução Verde³¹.

³⁰ Em relação às vagas ociosas no setor público, é preciso lembrar que elas são financiadas com dinheiro público. Todavia, sua origem pode ter causas diversas, como, por exemplo, o fato de que, em vários casos, o estudante ingressa em um curso de graduação, muda de curso, sendo as vagas que sobram deslocadas para os processos de transferência (SOUSA, 2010, p.10).

³¹ A Revolução Verde, modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, hoje é um fato corrente no campo e está presente na vida de muitos produtores em diversas áreas do mundo; todavia, para se chegar ao atual estágio, foi exigida toda uma gama de fatores que

Esse ensejo aponta a cultura e a política local fortemente instalados na região e que resiste à transição ao paradigma sustentável como propõe a FURG com o Campus de SLS. Quanto aos tensionamentos que podem estar limitando essa transição, Capra destaca duas preocupações concernentes a este campo de análise:

[...] a tensão básica entre o desafio da sustentabilidade ecológica e a maneira pela qual nossas sociedades atuais são estruturadas, a tensão entre economia e a ecologia. A economia enfatiza a competição, a expansão e a dominação; a ecologia enfatiza a cooperação, a conservação e a parceria (CAPRA, 2006, p. 219).

Nessa seara, tem-se questões históricas e sociais em que as IES estão contextualizadas, firmadas em estruturas que dificultam as transições paradigmáticas, como destaca Bizerril:

A longa história da universidade, sua estrutura por vezes conservadora e uma crescente cultura individualista e de competitividade têm sido consideradas como causadoras das resistências às mudanças necessárias a fim de que a universidade deixe o isolamento da condição de Torre de Marfim, de guardião do saber científico, porém desconectada da realidade, e busque atender a essas demandas contemporâneas, se aproximando das necessidades da sociedade (CULUM, 2014; CHAUÍ, 2018 *APUD* BIZERRIL, 2020, p. 10) .

A partir dessas questões que tencionam o desenvolvimento da Universidade, sem uma expressiva adesão discente aos cursos ofertados no Campus- SLS, havendo um déficit na procura pelas formações, tem-se um reduzido número de formandos diante dessa conjuntura explanada.

Certamente, existem outros contextos para serem reconhecidos sobre as expressões percorridas nesse íterim, demandando demais aprofundamentos para que se possa reconhecer e enfrentar tais resistências.

Esses fatores, ligados aos resultados da política educacional, trazem questões sociais, que demandam análises relacionadas aos processos da educação, que não foram o foco da pesquisa. Para pensar sobre o cerne da consolidação, compreendeu-se como um dos pilares fundamentais, a análise acerca das contradições da política de educação, reconhecendo o paradigma que gerencia sua forma de se constituir.

Segue-se então, tratando a respeito das análises do campo político educacional.

marcaram a sociedade no instante de seu surgimento [...] a Revolução Verde não é apenas um avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também existe uma intencionalidade inserida dentro de uma estrutura e de um processo histórico (ANDRADES, 2007, p. 44-45).

4.4.1 Entraves da política de educação superior para desenvolver a interiorização da FURG

A pesquisa bibliográfica infere que o modelo imposto na política educacional de nível superior é de caráter gerencial e envolve distintos processos, que segundo Dourado (2008) se apresentam através de diferentes atores e formas de regulação, com interesses e prioridades diversas. No Brasil, com o marco da LDB, as reformas educacionais que legitimam as ações para a educação se naturalizam respaldadas nos moldes jurídicos (SILVA JR. e SGUISSARDI, 2001).

Na visão de Minto (2006) a LDB é um mecanismo para justificar a regulamentação da Reforma do Estado, em prol do campo econômico. Dourado (2008) argumenta que a defesa do modelo à política educacional segue a lógica de uma globalização da educação como produto.

Além do marco legal da LDB, outro elemento utilizado para justificar o modelo da política de educação superior no país, é a Reforma do Estado com a veste da NGP, firmada na década de 1990. Com esse reordenamento, ressalta-se os preceitos do neoliberalismo imbuídos nessa reconfiguração do papel do Estado, que perpassa entre o público e privado (HYPOLITO, 2008).

Diante da conjuntura analisada é que se entende que a política educacional superior, se perfaz com princípios de mercado e os conceitos de eficiência e privatização. Azevedo e Catani, mensuram que “a Reforma Gerencialista da Educação Superior, desde a década de 1990, vem ocorrendo juntamente com a Reforma de Estado no Brasil, e com a adoção de uma política econômica que prioriza o livre jogo do mercado” (AZEVEDO; CATANI, 2020, p.35).

Essa lógica vem sendo submetida por meio de uma relação global e que consolida o mercado educacional. Conforme afirmativa de Sousa Santos (2010) que estuda sobre a Universidade no Século XXI, a educação de nível superior deve ser considerada no contexto deste relacionamento globalizado. Assim, a pesquisa na área educacional tem que atentar a complexidade dos processos que a envolvem, tanto no interior como para além das fronteiras nacionais (ROBERTSON; DALE, 2011).

Por esse motivo, um outro componente analisado neste estudo é a transnacionalização do modelo que gerencia a política de educação, como regulador do mercado educacional universitário que se dá em uma escala transnacional. Segundo Sousa Santos (2010), o fenômeno da transnacionalização decorre da

globalização neoliberal da universidade e que a mercantilização dessa área é um projeto que vem sendo difundido a longo prazo.

Esse fenômeno da transnacionalidade revela uma relação de multilateralidades institucionais, que se encontram regulamentadas e advêm de organismos internacionais, como as condicionantes apresentadas pelo BM para auxiliar os países, especialmente, aqueles que priorizam o avanço da educação superior privada, em detrimento da pública (SERAFIM, 2011). Assim, assinala-se que:

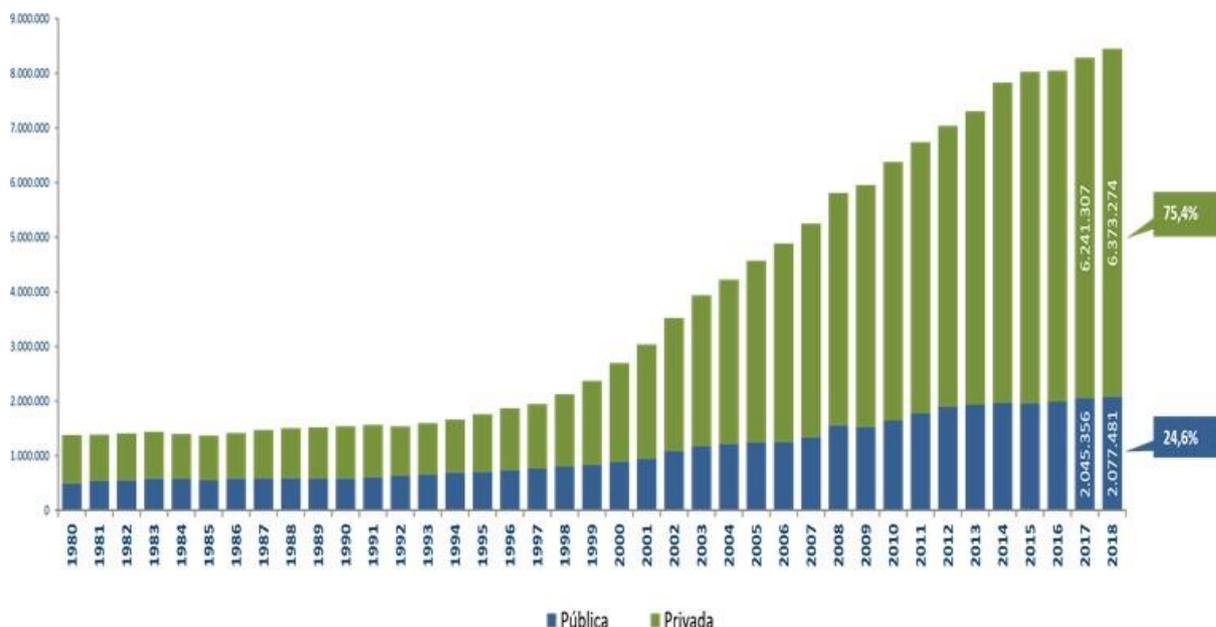
Nessa empreitada, tiveram marcada influência os organismos multilaterais como Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros, que por meio de seus documentos não apenas prescreviam as orientações a serem adotadas, mas também produziam o discurso “justificador” das reformas que, preparadas em outros contextos, necessitavam erigir consensos locais para sua implementação. Tais agências produziram a reforma e exportaram também a tecnologia de fazer reformas (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2005, p. 430).

Essas condições recaem na descapitalização da universidade pública, que na avaliação de Sousa Santos se constitui num mote para se desinvestir na política universitária de Estado favorecendo o capital educacional. Carlotto, afirma que “o Brasil é um caso paradigmático do que a literatura tem chamado de “capitalismo acadêmico” (SLAUGHTER & LESLIE, 1999; SLAUGHTER & RHOADES, 2004; AZEVEDO, 2015; JESSOP, 2018 *apud* CARLOTTO, 2019, p. 134).

Com essas acepções, pode-se compreender que a admissão brasileira na lógica neoliberal do processo de globalização, em sintonia com as premissas de liberalização econômica que desregulamenta financeiramente o próprio Estado, são incutidas mudanças substanciais e intensifica-se os processos de privatização da esfera pública. A ideia do gerencialismo enquanto formação cultural que abarca um conjunto distinto de propostas e práticas, forma um dos sustentos políticos para validar esse projeto (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Serafim (2011) também auxiliou na compreensão da análise percorrida, ao expressar que diante da política orientada pelo BM, quando o Estado não é capaz de expandir o acesso universitário, o setor privado se sobrepõe, como notadamente no caso do Brasil. Para ilustrar a expansão da educação superior brasileira, que hegemonicamente se perfaz pela via privada, o gráfico 2 dimensiona esse processo:

Gráfico 2 - Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – 1980 a 2018



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

Nesse levantamento de dados sobre o Censo da Educação Superior do ano de 2019 o INEP divulgou os principais resultados e os desafios para a aceleração do crescimento nesse nível de ensino. A indicação demonstra o histórico de matrículas desde a década de 1980 até o ano de 2018, e o desenvolvimento proeminente no setor privado em relação ao público. Além disso, o material apresentado pelo INEP, ainda destaca que:

Com uma taxa média de crescimento anual de 3,8%, nos últimos dez anos, a matrícula na educação superior cresceu 56,4% nesse período. Em 2018, o aumento foi de 1,9%. Com mais de 6,3 milhões de alunos, a rede privada tem três em cada quatro alunos de graduação. Em 2018, a matrícula, na rede pública, cresceu 1,6% e, na rede privada, 2,1% (BRASIL, 2019, p.35).

Este pontual panorama sobre a expansão da educação superior demonstra que o acesso a esse nível de formação prevalece pela via privada. Se pode denotar que o hibridismo da política educacional praticado entre os setores público e privado, apresenta estreita relação com o processo capitalista e que no Brasil, na década de 1990, se reformula nos moldes do neoliberalismo através da NGP.

Diante de uma política econômica austera para com os investimentos ao setor público, como citado no caso da Emenda Constitucional nº 95/2016, que propôs o

desinvestimento estatal por um período de duas décadas, eis que o aprofundamento da privatização ganha ainda mais forças. E como discutido nessa dissertação, a educação superior está mergulhada nesse processo.

É importante frisar o período histórico e a conjuntura política governamental em que o desinvestimento que ocasiona entraves no desenvolvimento da universidade pública, enquanto política de Estado, vem acontecendo:

Em governos pós-2016, como o de Michel Temer (2016-2018), o Novo Regime Fiscal (NRF), e o de Jair Bolsonaro com o Programa FUTURE-SE, a tônica tem residido no corte orçamentário, abrindo espaços para o provisionamento de Educação Superior por empresas provedoras de formação profissional em nível terciário. Para a consecução desse propósito, tem-se promovido uma espécie de transmutação da natureza pública da universidade (Catani; Oliveira, 2002; Silva Jr. Sguissardi, 1999, Azevedo, 2016a e 2020) (AZEVEDO & CATANI, 2020, p.36).

Sobre a tentativa recente lançada em 2019 no governo do presidente Jair Bolsonaro, em que foi apresentado o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, a marca das políticas e programas desta gestão estatal apresenta o caráter conservador e privatista, que propõe alternativas privadas de financiamento à Educação Superior (AZEVEDO & CATANI, 2020). Também se deduz que este programa, constitui um projeto de país, sendo que o provimento dos bens públicos, imprescindíveis à sociedade, é depreciado em prol do mercado (AZEVEDO & CATANI, 2020).

Na análise feita por Carlotto, o “Future-se” é “o espasmo mais recente de uma agenda de longo prazo de mercantilização da educação brasileira. Uma agenda que nunca saiu da pauta e que continuará na pauta” (CARLOTTO, 2019, p. 135).

Cabe ressaltar que esse projeto foi foco de investigações, a exemplo do trabalho organizado por Salomão Ximenes e Fernando Cássio, com a temática central “Impasses e perigos à educação superior pública brasileira”.

Na referida obra, se encontra uma menção que conecta as questões percorridas nesta pesquisa. Ximenes e Cássio, explicam que “[...] o programa foi desenhado de forma a evitar o enfrentamento de um problema que aflige muito mais seriamente a educação brasileira: o teto de gastos nas áreas sociais imposto pela Emenda Constitucional n. 95/2016” (XIMENES e CÁSSIO, 2019, p. 11).

Sousa Santos (2010), também alerta sobre a crise institucional que abarca a universidade, a qual se distancia do princípio de autonomia. Visto ter que operar no formato de uma administração empresarial no gerenciamento da política de educação,

acaba sustentando o conceito mercadológico e favorecendo a hegemonia³² do setor privado, reduzindo sua garantia enquanto um dever de Estado.

Tendo como referência o trabalho de Peroni, que possibilita entender as interfaces que compõem esse cenário, a autora descreve a substância de um processo concreto, efetivado por atores, métodos e que se organizam em distintos espaços:

Assim sendo, a mercadificação da educação pública não é uma abstração, mas ocorre via sujeitos e processos. Trata-se de sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental (PERONI, 2018, p. 214).

Com essa delimitação epistêmica, acredita-se que tais compreensões compõem o vasto e complexo campo das fronteiras de consolidação na interiorização da FURG no Campus analisado. Tais inferências possibilitaram vislumbrar alguns entraves limitantes nesse cenário. Ainda assim, é possível perceber o avanço da educação superior nesse processo, embora com todas as contradições sociohistóricas existentes para a plena materialização dessa política.

No entanto, ainda que o contexto estudado demonstra barreiras existenciais à política de educação em nível superior, considerando-a um bem público e não um produto, se acredita em possibilidades contrahegemônicas a serem pensadas e praticadas. Como aludido por Morin:

[...] é possível conceber sobre a interpretação epistêmica dos rumos da política de ensino universitária, a reforma da universidade não pode seguir a pressão superadaptativa que busca adequar o ensino superior às demandas econômicas, técnicas e administrativas do momento (MORIN, 2008, p. 83).

Morin exalta que a universidade não siga a imposição de ajustar a sua política aos processos econômicos e Dias Sobrinho ratifica que “a universidade não dê razão ao mercado, [... e que] não seja um motor da globalização da economia de mercado,

³² A noção de hegemonia articula-se à concepção Gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio do seu desenvolvimento. Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativos-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias, possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder (SCHLESENER, 2007, p. 28)

mas sim da globalização da dignidade humana” (DIAS SOBRINHO, 2005, p.172). Baseando-se nessas perspectivas, a última discussão trazida, parte do conceito de educação afirmado pela FURG em seu PPI.

Ao considerar que a Instituição compreende o desenvolvimento educacional como um pilar emancipatório da sociedade, o próximo item pondera a respeito da interpretação da categoria emancipação social, pensando teoricamente no que consiste este processo. Logo, como hipótese, vislumbrar qual o desenho pode nortear a práxis da interiorização institucional em São Lourenço do Sul.

4.5 A interiorização educacional da FURG como pilar à emancipação social

Com base nas análises realizadas no primeiro capítulo, em vista do conceito educacional apresentado no item 2.2.2 e analisado no item 4.2 deste último capítulo, é que se destaca sobre a interiorização educacional da FURG na perspectiva da categoria emancipação social. A premissa institucionalizada pela FURG é de que a formação e a produção do conhecimento propiciam a emancipação social, sendo que estas funções caracterizam sua razão de existir (FURG, 2011). Pensando no que representa o conceito emancipatório à sociedade, são trazidas algumas perspectivas teóricas para fundamentar essa inferência.

Na compreensão engendrada no Código de Ética - CE do Serviço Social, concernente ao campo de atuação e da leitura profissional sobre a possibilidade de se efetivar a emancipação, destaca-se que:

Assim, quando se referiu à emancipação, o CE não pretendeu afirmar que seria possível realizar a emancipação humana nos limites do trabalho profissional, pois supõe que existem níveis diferentes de emancipação; que a emancipação sociopolítica não se confunde com a emancipação humana (MARX, 1991), mas que isso não a torna menos importante, como realização relativa de conquistas emancipatórias. Além disso, no CE, a emancipação social e política, realizada em graus diversos nos limites da sociabilidade burguesa, não se desconectam do horizonte da emancipação humana no CE (BARROCO; TERRA, 2012, p. 59-60).

Entre as dimensões que constituem a emancipação social considera-se a interpretação conceitual de um emancipar que é humano. Ambrosini (2012), trabalha com a ideia sobre o conceito de emancipação humana, que perpassa a história da filosofia, porém, limita em sua análise os estudos baseados em Immanuel Kant, Karl Marx, Theodor Adorno e Paulo Freire. Não intencionando segmentar a reflexão, e ainda que os pensadores mencionados não tenham rigorosamente a mesma vertente

teórica, são trazidos com a finalidade de integrar as teorias à convergência da ideação de um embasamento viável e coeso para o que se acredita enquanto uma educação emancipatória. Com isso, entende que:

Emancipação Humana é uma categoria política que se refere ao uso da racionalidade nos interesses coletivos (Kant); que implica na superação do individualismo e das determinações impostas pelo Estado através da apropriação das forças políticas e sociais dos cidadãos (Marx); que seja uma educação para a resistência, que sendo crítica das estruturas sociais, possa formar um ser humano autônomo capaz de superar as formas de assujeitamento (Adorno); e, por fim, que representa uma tarefa propriamente educativa, de construir coletivamente a conscientização do inacabamento e a inconclusão do oprimido, criando possibilidades para ser mais e superar os condicionamentos históricos, alcançando assim a sua vocação própria: a humanização (Freire) (AMBROSINI, 2012, p. 55)

A integração destes conceitos sobre a emancipação humana enquanto categoria política, pode ser também somada à asserção de Silva (2013) sobre o paradigma político econômico como algo a ser revisto neste processo:

A emancipação humana tem a ver com a maneira como os homens se organizam para transformação da natureza e produção de sua existência como ser social. Desta forma, o processo emancipatório não é algo abstrato, mas concreto, que envolve repensar o modelo econômico vigente. Como se caracterizam as relações de trabalho nele? (SILVA, 2013, p. 756).

Na interpretação proposta por Silva, é através de uma revisão do modelo econômico vigente, que indica a necessidade de um (re)pensar sobre a forma como a emancipação se efetiva na sociedade. O autor adverte sobre os ensejos que devem fundamentar essa práxis:

Pois, a emancipação não se dá apenas no plano das ideias, não é apenas no discurso que se constrói efetivamente condições de emancipação. As relações dos homens com os homens e destes com a natureza constituem fundamentais para se pensar o processo histórico e sua reconstrução (SILVA, 2013, p. 756).

Outro significado à emancipação, é de que ela aconteça na perspectiva de um exercício social e não se limite ao campo da individualidade, como trazido por Ambrosini:

Adorno propõe superar a concepção idealista e individualista de emancipação (enquanto autonomia do indivíduo) e ampliá-la a toda a sociedade, a fim de construir coletivamente um conhecimento objetivo que supere a instrumentalidade e fragmentação científica, sendo possível assim desvelar os mecanismos de dominação e de alienação social (AMBROSINI, 2012, p. 41)

De acordo com Ambrosini (2012) na concepção de Paulo Freire, a emancipação não é apenas uma proposição social, crítica ou filosófica, mas sobretudo um dever educacional especialmente na práxis pedagógica.

Sousa Santos (1999), também identifica os diversos aspectos sociais para que a prática emancipatória aconteça. Ele afirma que esse processo deve ser tratado nos planos político, social, econômico, cultural e epistemológico. Em outro de seus escritos (SOUSA SANTOS, 2013), menciona que é mediante outra globalização que se poderá efetivar uma real emancipação, para que seja alcançado o que chama de globalização alternativa, no sentido de uma contra-hegemonia³³ fundamentada na ação social de lutas, movimentos e projetos que dialoguem com ideais para transformar as desigualdades de poder em relações partilhadas de poder.

No que tange especialmente ao olhar epistêmico para se pensar no exercício da emancipação, ainda outros fatores são trazidos por Melo ao debate que destaca:

Muitos autores da nova geração da teoria crítica enfatizaram que só seria possível atualmente dar continuidade ao projeto crítico-emancipatório dessa tradição de pensamento se os temas da política, do direito e da democracia fossem seriamente levados em consideração para que a formulação dos novos diagnósticos de época fosse compatível com um conceito de política radical, participativo e pluralista (MELO, 2011, p. 259).

Melo (2011) também aponta que é preciso identificar as potencialidades e as limitações da emancipação, e a necessidade de empenhar um trabalho epistemológico de forma interdisciplinar para se compreender as instituições, os processos e as práticas que compõem a sociedade.

Na visão de Silva “[...] a educação voltada à emancipação tem o desafio de promover a dignidade, a ética, respeito ao outro, consciência política e ecológica, enfim, envolver com a práxis social em todos os sentidos qualificadores da vida humana” (SILVA, 2013, p. 755). Essas acepções propostas, visam a unicidade de elementos qualitativos a esse fazer.

³³ A contra-hegemonia seriam experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opositoras que variam historicamente nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem ‘fora’ ou em ‘oposição’ ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas (DORE; SOUZA, 2018, p. 254)

No que se pode pensar quanto ao conceito de emancipação social em relação à FURG, na medida em que Instituição vem buscando consolidar este princípio nas diferentes dimensões educacionais, quer seja no âmbito do ensino, pesquisa ou extensão, preconizando um fazer pautado no compromisso socioambiental com os ecossistemas costeiros e oceânicos, é possível reconhecer a efetivação dessa práxis. Através dos estudos realizados se percebeu que o propósito e a missão da Universidade, traduzem uma coerência no tocante ao desenvolvimento da política institucional de expansão para viabilizar democraticamente o acesso à educação.

Infere-se que a proposta de emancipar a comunidade lourenciana tende a ser efetivada, ao passo que a própria mudança de paradigma proposta com o Campus – SLS aconteça. Embora, esse desígnio não dependa exclusivamente da Instituição, mas se dá em um processo político educacional complexo como analisado neste trabalho.

Como fechamento desse ciclo de estudos dedicados a compreensão sobre a FURG, bem como a respeito da educação superior e o modelo político que gerencia seus processos, especialmente pensando na interiorização do Campus de São Lourenço do Sul, é que foram pensadas as perspectivas frente ao cenário analisado.

Esses pontos de reflexão clarificam questões sociais, a fim de que possam ser repensadas novas formas de relações socioeducacionais em prol da emancipação da sociedade pelo caminho da educação. O caráter da Instituição no território investigado demonstra que o perfil político-pedagógico dos cursos ofertados, traduz alternativas de resistência ao cenário de mercantilização do direito social à educação.

Dessa forma, as proposições da FURG com o seu modelo de educação superior trazem expectativas de prosseguir afirmando esse espaço de luta em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Enfim, é importante e coerente, por meio da proposta de sustentabilidade³⁴ e considerando que para haver a emancipação social preconizada pela Universidade, é imprescindível garantir o acesso à educação. Assim como, pensar em uma estrutura socioambiental sustentável visando a harmonia, o respeito e uma evolução saudável dos processos históricos representados pela e na ciência educacional para que se desenvolva com mais

³⁴ Ainda para compreender esse conceito, Loureiro sustenta que “só há sustentabilidade com dignidade de vida para todos, ou esta vira um discurso vazio visto que fundado na desigualdade e na destruição”. (LOUREIRO, 2012, p. 48).

intensidade a expansão dos princípios de democratização e responsabilidade social, favoráveis a emancipação social por meio da interiorização do Campus FURG - SLS.

5 Considerações finais

Esta dissertação teve o propósito de abordar o desenvolvimento da interiorização da FURG com o Campus de São Lourenço do Sul. A relevância da pesquisa científica tem como base apreender o contexto analisado para posteriormente construir proposições que possam ir de encontro ao que a FURG como agente educacional aprecia: a educação como um pilar fundamental para a emancipação da sociedade.

Os objetivos estabelecidos nesse trabalho, que versaram sobre a compreensão de como foi se constituindo a interiorização, bem como a análise tecida a respeito do contexto e os instrumentos legais que deram suporte à ampliação da Instituição nesse processo abordado, possibilitaram o entendimento da conjuntura político educacional em que esta expansão vem acontecendo. Ainda, identificou-se a respeito das implicações de uma relação globalizada incutida na política de educação superior do Brasil, que interfere no âmbito local, e por consequência, traduz impactos no *locus* estudado.

Como pode-se verificar no resgate histórico realizado neste estudo, o capítulo 2 apresentou sobre as políticas para a educação superior brasileira, e que estão atreladas aos diversos atores e processos. O momento atual é ainda mais desfavorável às universidades públicas, considerando a descapitalização do investimento estatal ao público que favorece a predominante ascensão do setor privado. Todavia, é preciso reconstruir processos contrahegemônicos que sejam capazes de transcender essas mazelas sociais.

A interiorização da FURG no município de São Lourenço do Sul, pode ser compreendida como um processo contrahegemônico de educação, considerando que o paradigma proposto da sustentabilidade, se opõe ao modelo hegemônico vigente no que tange ao setor econômico local, como apresentado sobre SLS e que se desenvolve com ímpeto no setor primário agrícola que detêm o maior PIB da localidade. Se tratando do campo da economia territorial, tem-se o desenvolvimento de cultivos focados na produção de uma agricultura convencional e não necessariamente sustentável.

Isto posto, o intuito é ser partícipe na promoção de práticas que fundamentam a defesa intransigente da educação superior pública, garantida e gerida como política de Estado. As análises percorridas nas aproximações documentais e bibliográficas possuem naturalmente limites epistemológicos, e não se exaurem neste estudo. A ideia é seguir atuante no campo das pesquisas, considerando que para conhecer e explicar uma dada realidade é preciso exercitar o aprofundamento da compreensão de processos, visando contribuir na transformação do universo estudado. Eis então, um movimento contínuo.

O tema trabalhado oportunizou a percepção sobre o desenvolvimento de constituição da FURG na localidade analisada. Para futuras incursões, fica em aberto o seguimento de estudos a respeito da consolidação do paradigma de sustentabilidade proposto pela FURG, que visa superar o modelo vigente, especialmente no que toca o setor econômico e produtivo local de São Lourenço do Sul, enquanto um município com forte característica agrícola.

Sobretudo, é imprescindível zelar pela consolidação do Campus em questão. Mais do que isto, que este não seja alvo de uma política governamental de fragilização do bem público educacional. Na apreensão da totalidade, há que se considerar o passado, conscientizar o presente, vislumbrando hipóteses para fortalecer o desenvolvimento desta proposta institucional da FURG.

Além de tratar questões institucionais com o estudo de caso, os embasamentos estudados nas pesquisas bibliográficas, estiveram centrados na concepção da política de educação superior na intenção de refletir entraves e expectativas ao cenário contextualizado. A partir do reconhecimento sobre a reforma e o modelo de Estado gerencial, mostrou-se a materialidade das limitações intrínsecas para desenvolver a Instituição neste local.

A percepção empreendida considera as divergências existentes entre o modelo de uma política estatal privatista e o direito à educação superior pública. Essas duas facetas estudadas mostraram o campo de perspectivas da Universidade diante do marco histórico da interiorização nesse território.

Nesse processo dicotômico, os referenciais pesquisados advertem sobre a debilidade da política de educação superior como direito social a ser ofertado pelo Estado. Tal fragilidade, se apresenta no limite de um modelo político que está para além da esfera institucional da FURG.

O prisma de um Estado gerencialista favorecendo o setor privado, vem constituindo o caráter do campo educacional, e percorre entre as fronteiras locais e globais. Essa premissa abarca múltiplas dimensões das políticas sociais e recai na mercantilização da educação, como apontado nas investigações realizadas.

A mercantilização do direito educacional mitiga o princípio constitucional da garantia de acesso à educação na sociedade brasileira. Esta que, enfrenta cotidianamente as mais variadas expressões das desigualdades sociais em todas as esferas necessárias à vida. Logo, estando o campo político educacional subjugado ao mercado de serviços universitários, a imposição de disparidades, da exclusão, da manutenção do poder neoliberal capitalista, prossegue com o seu projeto de uma sociedade desigual no que tange aos direitos sociais.

Já o modelo político à educação, enquanto um bem público na contramão do mercado e das reformas estatais que mercantilizam os direitos sociais, deve ser defendido cientificamente. A análise epistemológica pode fundamentar a defesa da concepção educacional proposta pela FURG. Esta, que no Campus investigado, pressupõe a emergência da transição de um caráter de práticas convencionais ao modelo de sustentabilidade.

É importante corroborar a proposta de relação da Universidade neste local em que passa a atuar e o compromisso no desenvolvimento social que advoga em sua filosofia, visão e missão. Com isso, as propostas político-pedagógicas ofertadas no Campus de São Lourenço do Sul visam unificar diferentes questões sociais.

Recordando sucintamente a análise documental da Instituição, e tentado combinar nesse desfecho alguns princípios pedagógicos do Campus estudado, no que concerne às práticas da agroecologia, se vislumbra fomentar outro sistema de vida. Do plantio à mesa, a interrelação entre produtor e consumidor; buscar a sustentabilidade ambiental, e qualificar tanto o trabalho como o alimento produzido.

Também se concebe legitimar um processo educacional que respeita o tempo campesino, considerando o calendário rural na essência de uma educação do campo. Promover outra forma de economia que seja mais solidária, através do cooperativismo como base econômica. Do cuidado com a gestão do meio ambiente, e a concepção crítica de uma visão teórico-prática da linguagem e da literatura como manifestação da comunicação social.

Agregar as áreas de Tecnologia em Gestão Ambiental, Bacharelado em Agroecologia, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Letras/Português e Literaturas de Língua Portuguesa, demarca o caráter institucional da Universidade.

Nesse sentido, é que a FURG intenciona mexer em preceitos culturais, econômicos e político educacionais, a fim de contribuir na transformação de pessoas e sistemas, do local para o regional, em âmbito nacional e global, conforme anseia em sua filosofia institucional. Por isso, embebendo na concepção de Freire (1979) de que a educação transforma pessoas, que por sua vez mudam o mundo, é que se acredita na efetivação paradigmática vislumbrada pela Universidade.

Ao compreender o paradigma institucional da FURG, as particularidades da política de educação superior e do Campus de São Lourenço do Sul, bem como o reconhecimento do modelo hegemônico que direciona o processo de reestruturação, expansão e interiorização universitária no município analisado, se pressupõe ter cumprido o papel científico proposto na pesquisa. Este, que teve como desígnio a transversalidade entre o método de pesquisa, a questão norteadora e os objetivos.

Seguindo essa premissa, se pondera que qualquer transformação decorre de um processo de conscientização sobre o universo tratado para que se possa pensar em renovações que busquem resultados diferentes do *status quo*. Logo, intentar sobre as perspectivas em meio ao cenário social, político, econômico e cultural em que a FURG está inserida, que perpassam desde o entendimento institucional até as questões externas como a política de Estado, notadamente no ensino superior, promoveu uma movimentação epistemológica na busca de atender aos anseios idealizados.

Sustentando-se na concepção de educação da FURG, em seu papel como agente social que propõe desenvolver processos que promovam a emancipação da sociedade, a certeza que ronda é a da necessidade em prosseguir as investigações científicas. Esse é o sentido encontrado, em busca da transcendência dos limites socialmente construídos a serviço de um sistema arraigado no materialismo do capital.

Por fim, envolver-se no desenvolvimento do Campus de São Lourenço do Sul, demanda cumprir a responsabilidade institucional e imprimir a luta contra o desmonte das políticas públicas de Estado. Na mesma medida, é preciso repensar o modelo político educacional que envolve questões do local ao global em um processo que

deve ser sustentado para além da própria Universidade. E nesse processo, conceber em arranjos filosóficos a essência da arte de (re)pensar, considerando contextos sociológicos, a forma de organização quanto às políticas públicas educacionais enquanto espaço de atuação técnica do Serviço Social.

Os limites institucionais diante do modelo da política educacional superior que impactam diretamente na consolidação da FURG neste Campus, expressam debates indispensáveis a serem sistematicamente pautados para apreender o que envolve o desenvolvimento capaz de fortalecer a garantia da educação superior pública.

A concepção de educação à FURG, enquanto uma política a ser garantida pelo Estado, e a proposta do conceito de sustentabilidade do Campus analisado, que se congrega com a identidade local, mostra a tênue linha da realidade de desenvolvimento do Campus. Contudo, é preciso prosseguir buscando a efetivação da transição do modelo convencional vigente para o paradigma sustentável proposto pela Universidade em São Lourenço do Sul.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. **Câmara de Educação Superior CNE/CES 204/2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=28/04/2011&jornal=1&pagina=19&totalArquivos=152>>. Acesso em: 30 maio. 2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 23 fev. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 25 mar. 2019.

_____. **Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Brasília, 2012a**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

_____. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012b.

_____. **REUNI – Diretrizes Gerais**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2019.

_____. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni, 2008 – **Relatório de Primeiro Ano**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 abri. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: DF, setembro de 2019. Disponível em: <Censo da Educação Superior 2018.indd (inep.gov.br) >. Acesso em: 03 mar. 2019.

_____. Ministério da Educação. **e-MEC, consultas instituições**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 02 mar. 2021.

_____. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Planos, princípios e metas**. Série documental textos para discussão. Org. Fernando Haddad. 2008. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/O+Plano+de+Desenvolvimento+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+raz%C3%B5es%2C+princ%C3%ADpios+e+programas/3c6adb19-4c2e-4c60-9ccb-3b476bed9358?version=1.6>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 04 maio. 2019.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Autonomia e financiamento das Ifes: desafios e ações**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008

AMBROSINI, T. (2012). **Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica**. Thaumazein, 5(09), 40-56. Disponível em: <<http://www.periodicos.unifra.br/index.php/thaumazein/article/view/85/pdf>>. Acesso em 12 fev. 2021.

ANDRADES, T. O. e GANIMI, R. N. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. CES Revista, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em <[revolucao_verde\(cesjf.br\)](http://revolucao_verde.cesjf.br)>. Acesso em 27 fev 2021.

AZEVEDO, Mário L. N. O Novo Regime Fiscal: A Retórica da Intransigência, o Constrangimento da oferta de bens públicos e o comprometimento do PNE 2014-2024. **Tópicos Educacionais, Recife**, v. 22, n. 1, jan.-jun. 2016.

AZEVEDO, Mário Luiz N; CATANI, Afrânio Mendes. **Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil (1990-2020): a Universidade Operacional ao Programa FUTURE-SE (uma reforma em andamento) Universidades | núm. 85, julho-septiembre 2020**. Disponível em <DOI: <https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2020.85.275>>. Acesso em 01 mar. 2021.

BAUER, A. **Do direito à educação à noção de quase-mercado: tensões na política de educação básica brasileira**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.24, n.3, p. 557-575, set./dez. 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Martins Fontes, 1977.

BARROCO, M. L. S. & TERRA, S. H.; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Org.). **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BIZERRIL, M. X. A.. **The process of expansion and interiorization of**

Brazilian federal universities and their developments / O processo de expansão e interiorização das universidades federais brasileiras e seus desdobramentos. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 13, p. e-13456, 2020.

BRITO, L.C. **A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial.** Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://espacoeconomia.revues.org/802>>. Acesso em 28 fev. 2021.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida** - uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. Editora Cultrix: São Paulo, 2006.

CARLOTTO, M. C. **Future-se:** de pauta derrotada à agenda de longo prazo. In Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira. Salomão Ximenes e Fernando Cássio (org). Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019, 140 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/41341071/Future_se_futuro_de_incertezas_para_as_universidades_e_institutos_federais>. Acesso em: 23 dez. 2019.

CAVALCANTE, P. **Convergências entre a governança e o pós-nova gestão pública.** Boletim de Análise Político-institucional, n. 19, dezembro 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8965/1/bapi_19_cap_03.pdf> Acesso em: 20 dez. 2019.

CEPÊDA, V. A.; MARQUES, A. C. H. **Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil:** aspectos democráticos e inclusivos. Perspectivas, São Paulo: UNESP, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>>. Acesso em 13 fev, 2021.

CFESS, PL Educação é aprovado na Comissão de Seguridade da Câmara. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=773>. Acesso em 26 jan, 2021.

COSTA, António Pedro, MOREIRA, António, SÁ, Patrícia, org. **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação:** análise de dados (Vol. 3). UA Editora Universidade de Aveiro, 1ª edição - março 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.34624/dws9-6j98>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DALE, R. **Globalização e educação:** demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”, in Revista Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n.º 87, pp. 423-460, maio/ago. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado:** sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005a.

_____, J. **Educação superior, globalização e democratização:** qual universidade? Rev. Bras. Educ., v.10, n.28, p.164-73, 2005b.

_____, J., 2010. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão.** Educação & Sociedade, 31(113), pp.1223-1245. Disponível em: < DOI: 10.1590/s010173302010000400010>. Acesso em 28 fev. 2021.

_____, J. (2015). **Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social.** Avaliação (Campinas), 20(3), 581-601
DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco de. Gramsci Nunca Mencionou o Conceito de Contra-Hegemonia. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes: **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.** Educ. Soc. [online]. set. 2002, vol.23, n.º 80, pp. 234-252. Disponível: ISSN 0101- 7330. Acesso em: 01 set. 2020.

_____. Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior: múltiplas regulações e reforma universitária no Brasil.** In: SEMINÁRIO REDESTRADO – NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA. 7. Buenos Aires. Anais Buenos Aires, 2008.

DUVOISIN, I. A. **Virtualizações e atualizações em redes de conversação sobre o currículo de um curso on-line de Licenciatura em Ciências.** Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da vida e saúde, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2013.

FLICK, U. 2009. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed.

FRAGA, J. T. **Uma cidade no caos: as águas de março e os relatos de professores acerca da enxurrada de 2011 no município de São Lourenço do Sul/RS.** Rio Grande/RS 2015.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOERGEN, P. (2008). **Educação Superior entre formação e performance.** Avaliação, 13, 809-815.

GOOGLE. **Google Earth website.** <http://earth.google.com/> 2020.

GRELLERT, A. P. HAX, MORAES, CONRAD e VIEIRA. A Historicidade da Educação Pública à Distância do Município de São Lourenço do Sul. In

Educação Brasil Volume X. 2019. Ivo Dickmann e Ivano Dickmann (org). Livrológia: Chapecó – SC, 2019. Disponível em: <<http://www.livrológia.com.br/artigos/educacao-brasil-volume-10>>. Acesso em 17 mar. 2020.

HAMMES, Edilberto Luiz. **São Lourenço do Sul**: Radiografia de um município – das origens ao ano 2000; v. 1, v.2. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.

HILSINGER, Roni. **Os efeitos do PRONAF no setor primário de São Lourenço do Sul – RS – 1996-2006**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 231 pgs. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12505>>. Acesso em: 17 maio 2020.

HYPOLITO, A. M. **Estado Gerencial**, reestruturação educativa e gestão da educação. RBPAE, v.24, nº 1, p. 63-78, jan/abr 2008.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Disponível em: <Houaiss - Dicio, Dicionário Online de Português>. Acesso em: 17 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **São Lourenço do Sul**: número de habitantes. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-lourenco-do-sul/panorama>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20ª ed. atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LEAL, M. C. H. **Manual de Metodologia da pesquisa**. 1ª ed. EDUNISC, 2007.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, K.R. de S. **O Programa Reuni e os desafios para a formação profissional em Serviço Social**. Revista Katálysis, Florianópolis: UFSC v. 16, n. 2, p. 258-267, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S141449802013000200012>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

LOUREIRO, C. F. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARIANI, C. M., & HENKES, J. A. (2014). **Agricultura orgânica x agricultura convencional**: Soluções para minimizar o uso de insumos industrializados. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental. 3(2), 315 - 338.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso: o princípio da pesquisa**. 4. Ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

MELO, Rúrion. **Teoria Crítica e os sentidos da emancipação**. Cadernos CRH, Salvador, vol. 24, n. 62, p. 249-262, mai./ago. 2011. Acessado em 20 dez 2019.

MINAYO, M. C. **Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social**. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

_____, M. (2004). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Editora Hucitec.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MIZAEL, G. A.; et al. **Análise do Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades federais do Consórcio Sul-Sudeste de Minas Gerais**. Revista de Administração Pública, vol.47, n.5, p. 1145-1164, 2013.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1997. Disponível em <paradigma Educacional Emergente (o) - Maria Cândida Moraes - Google Livros>. Acesso em 13 jan. 2021.

MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n.37, p.7-32, 1999. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. **Gerencialismo. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S217562362012000200003>. Acesso em 18 out. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A qualidade total na educação: os critérios da economia privada na gestão da escola pública**. In: BRUNO, L. et al. Poder e trabalho no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. D. A. **Nova Gestão Pública e Governos Democrático-Populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-646, jul./set. 2015.

PEREIRA, L. C. B. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 269.

PERONI, V. M. V. **Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil:** sujeitos e conteúdo da proposta. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2020.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, R. **O público e o privado na educação:** projetos em disputa? Retratos da Escola, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015

PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. **Políticas conservadoras e gerencialismo.** Revista: Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15344.070>> Acesso: 09 abr. de 2020.

PIZZI, J. (2018). **Os elementos etnoculturais de uma pedagogia triangular:** o caminho para a hospitalidade convivial. Revista De Educação Pública, 27(65/2), 657-673. <https://doi.org/10.29286/rep.v27i65/2.6888>. Acesso em 02 ago. 2019.

REICHERT; PADILHA; GOMES; CÁCERES, **Revista de Ciências Agrárias, vol.35, nº.1**, Lisboa, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/portal/cidade/12/Hist%C3%B3ria-da>>. Acesso em 17 fev. 2019.

ROBERTSON, Susan; DALE, Roger. **Pesquisar a Educação em uma Era Globalizante Educação & Realidade.** vol. 36, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 347363. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227057002>>. Acesso em: 14 set. 2019.

ROSA, G. R., SANT'ANNA, M., & FERREIRA, A. da S. (2019). **Memórias, histórias de vidas e trabalho artesanal de mulheres quilombolas de São Lourenço do Sul/RS.** Diversidade E Educação, 7(Especial), 133 - 164. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9530>>. Acesso em 09 jun. 2020

ROSSATO, Emilio. **A expansão do ensino superior no Brasil:** do domínio público à privatização. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. S. **Um Discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna.** *Estudos Avançados*, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S010340141988000200007>>. Acesso em 10 jan. 2021.

_____. Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pósmodernidade. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999

_____. Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade do Século XXI:** para uma universidade nova. Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://ape.unesp.br/pdi/execucao/artigos/universidade/AUniversidadenoSeculoXXI.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2021.

_____. Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Boaventura de Sousa. **Se deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SÃO LOURENÇO DO SUL, Rio Grande do Sul. **Site Prefeitura Municipal**. Disponível em: <<https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em 28 abr. 2019.

_____. **Lei Orgânica Municipal**, 1990. Disponível em: <<https://www.camara.saolourencodosul.rs.gov.br/camara/conteudo/destaques/Leiorganica/1/2020/432>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. 3. Ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SCOCUGLIA, A. C. **Revista Iberoamericana de Educación**. nº 48 (2008), pp. 3551. Disponível em <<https://rieoei.org/historico/documentos/rie48a01.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SERAFIM, Milena. **O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 241-265, 2011. Disponível em: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a02v16n2>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SGUISSARDI, Valdemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, dez. 2008.

_____, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009. 341 p.

_____, Valdemar. **Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?** *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101733020151556>>. Acesso em 18 jan. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto Shiroma; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 235-537, jul./dez. 2005.

SILVA JR, J. dos R. **Reformas do Estado e da Educação**. In: CATANI, A. M. (Org.) Congresso Internacional "Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI", Recife, 1997, p. 70-88.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. 2013. **Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos**. 2013. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília, DF.

SILVA JR; SGUISSARDI. João dos Reis & Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. 2ª ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Luiz Etevaldo. **O Sentido e Significado Sociológico de emancipação**. Revista e-Curriculum n.11. v.03 Set/Dez 2013. Programa de Pós-Graduação Educação e Currículo – PUC/SP. São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/8924>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo, Cortez, 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101003020857/9cap08.pdf>> Acesso em: 10 set. 2019

SOUSA, J. V. **Aumento de vagas ociosas na educação superior brasileira (2003-2008)**: redução do poder indutor da expansão via setor privado. In: 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, p. 01-15, 2010. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/AUMENTODEVAGAS.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2021.

STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e entropia**: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. *In* desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em 27 fev. 2021.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

THEIS, Joan da Silva. **Estudo etnobotânico de plantas alimentícias não convencionais (PANC)**: saberes e sabores da agricultura familiar em São Lourenço do Sul, RS, 2019. Universidade Federal de Pelotas, RS.

TRIPODI, Z. F.; SOUSA, S. Z. **Do governo à governança**: permeabilidade do estado a lógicas privatizantes na educação. Cad. Pesquisa, São Paulo, v. 48, n. 167, p. 228-253, mar. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Anuário Estatístico 2019 Dados Base 2018**. Rio Grande: FURG, 2019a. Disponível em: <<https://www.furg.br/arquivos/institucional/2019-anuario-estatistico-furg.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

_____. **Anuário Estatístico 2020 Dados Base 2019**. Rio Grande: FURG, 2020. Disponível em: <https://proplad.furg.br/images/Anuario_-_versao_final.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. **Estatuto**. Rio Grande: FURG, 2019b. Disponível em: <<https://www.furg.br/arquivos/institucional/estatuto-furg-2019.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. **Plano de Integralidade 2020-2021**. Rio Grande: FURG, **2020a**. Disponível em < <https://www.furg.br/arquivos/institucional/plano-integridadefurg.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2020.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Agroecologia**. São Lourenço do Sul: FURG, 2017. Disponível em: <https://prograd.furg.br/images/PPC_Agroecologia-06_2017.pdf>. Acesso em: 26 jun 2019.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental**. Rio Grande: FURG, 2014. Disponível em: <<https://prograd.furg.br/images/PPC-Gesto-Ambiental-Rio-Grande.pdf>>. Acesso em: 27 abri. 2019.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. São Lço do Sul: FURG, 2018b. Disponível em: <<https://prograd.furg.br/images/Educao-do-Campo-1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas**. São Lço do Sul: FURG, 2018c. Disponível em: <<https://prograd.furg.br/images/PPC-Tecnologia-em-Gesto-de-Cooperativas.pdf>>. Acesso em: 30 maio. 2019.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2007. Disponível em: <<https://coperse.furg.br/2007>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2009. Disponível em: <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-14015>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2010. Disponível em: <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-14776>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

_____. **Site Institucional. Apresentação**. Rio Grande: FURG, **2019c**. Disponível em < <https://www.furg.br/a-furg/apresentacao> >. Acesso em 28 nov. 2019.

_____. **Site Institucional**. São Lourenço do Sul: FURG, **2019d**. Disponível em: <<https://campussls.furg.br/inicio>>. Acesso em: 17 maio. 2019.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2019e. Disponível em <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-14854>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2019f. Disponível em <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-20483>>. Acesso em: 21 maio. 2020.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2019g. Disponível em <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-30846>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

_____. **Site Institucional. Notícias**. Rio Grande: FURG, 2019h. Disponível em <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-31960>>. Acesso em: 22 maio. 2020.

_____. **Site Institucional. Notícias.** Rio Grande: FURG, 2019i. Disponível em <<https://www.furg.br/noticias/noticias-arquivo/furg-30846>>. Acesso em: 18 maio. 2020.

_____. **Site Institucional.** Rio Grande: FURG, **2020b**. Disponível em: <<https://sisu.furg.br/>>. Acesso em: 20 out.2020.

_____. **Resolução 016/2011 – CONSUN.** Projeto Político Pedagógico. Rio Grande: FURG, **2011**. Disponível em: <http://www.pdi.furg.br/images/PPI-20112022_PDI-2015-2018.pdf>. Acesso em 06 jun. 2019.

VALLAEYS, F. **O que significa responsabilidade social universitária?** Estudos, v. 24, n. 36, p. 35-56, 2006.

VIEIRA, E. **A política e as bases do direito educacional.** Caderno Cedes, v. 21, n. 55, p. 9-29. 2001.

XIMENES, S. CÁSSIO, F. **Future-se?** Impasses e perigos à educação superior pública brasileira. Salomão Ximenes e Fernando Cássio (org). Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019.140 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/41341071/Future_se_futuro_de_incertezas_para_as_universidades_e_institutos_federais>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Apêndices

Apêndice A: Quadro de cursos da FURG do Campus de São Lourenço do Sul

Cursos da FURG no Campus de São Lourenço do Sul - Modalidade Presencial						
Nome do Curso	Data Ato de Criação	Grau	Vagas Autorizadas	Carga Horária	*OCDE Área Geral	Década de Criação
Gestão Ambiental	13/06/2011	Tecnológico	40	3200	Serviços	2010
Educação do Campo	23/08/2013	Licenciatura	45	2020	Educação	2010
Agroecologia	18/10/2013	Bacharelado	40	3270	Agricultura e veterinária	2010
Gestão de Cooperativas	03/12/2015	Tecnológico	30	2020	Ciências Sociais, negócios e direito	2010
Letras - Português	04/10/2019	Licenciatura	40	3605	Educação	2010

*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

Apêndice B: Quadro de cursos da FURG do Campus de Santo Vitória do Palmar

Cursos da FURG no Campus de Santa Vitória do Palmar - Modalidade Presencial						
Nome do Curso	Data Ato de Criação	Grau	Qt. Vagas Autorizadas	Carga Horária	*OCDE Área Geral	Década de Criação
Turismo	13/06/2011	Bacharelado	30	2460	Serviços	2010
Hotelaria	18/10/2013	Bacharelado	45	2750	Serviços	2010
Eventos	18/10/2013	Tecnológico	45	1665	Serviços	2010
Comércio Exterior	03/11/2014	Bacharelado	45	2720	Ciências Sociais, negócios e direito	2010
Relações Internacionais	03/11/2014	Bacharelado	45	3120	Ciências Sociais, negócios e direito	2010

*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

Apêndice C: Quadro de cursos da FURG do Campus de Santo Antônio da Patrulha

Cursos da FURG no Campus de Santo Antônio da Patrulha - Modalidade Presencial						
Nome do curso	Data Ato de Criação	Grau	Vagas Autorizadas	Carga Horária	*OCDE Área Geral	Década de Criação
Engenharia Agroindustrial Indústrias Alimentícias	15/08/2008	Bacharelado	50	4155	Engenharia, produção e construção	2000
Engenharia Agroindustrial Agroquímica	15/08/2008	Bacharelado	50	4005	Engenharia, produção e construção	2000
Ciências Exatas	18/10/2013	Licenciatura	60	2990	Educação	2010
Engenharia de Produção	28/11/2018	Bacharelado	50	3675	Engenharia, produção e construção	2010
Administração	28/11/2018	Bacharelado	50	3000	Ciências sociais, negócios e direito	2010

*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

Apêndice D: Quadro de cursos da FURG do Campus de Rio Grande

Cursos da FURG no Campus de Rio Grande - Modalidade Presencial						
Nome do Curso	Data Ato de Criação	Grau	Qt. Vagas Autorizadas	Carga Horária	*OCDE Área Geral	Década de Criação
Engenharia Mecânica	24/05/1955	Bacharelado	75	3795	Engenharia, produção e construção	1950
Engenharia Química	30/05/1955	Bacharelado	50	3900	Engenharia, produção e construção	1950
Enfermagem	05/12/1956	Bacharelado	60	4140	Saúde e bem estar social	1950
Ciências Econômicas	29/04/1958	Bacharelado	100	3000	Ciências sociais, negócios e direito	1950
Direito	08/02/1960	Bacharelado	110	3900	Ciências sociais, negócios e direito	1960
Pedagogia	10/02/1961	Licenciatura	90	3350	Educação	1960
Matemática	28/12/1965	Licenciatura	40	3290	Educação	1960
Medicina	24/04/1967	Bacharelado	100	7745	Saúde e bem estar social	1960
Oceanologia	26/08/1970	Bacharelado	40	4425	Ciências, matemática e computação	1970
Ciências Biológicas	27/08/1970	Bacharelado	40	3500	Ciências, matemática e computação	1970
Administração	27/08/1970	Bacharelado	100	3000	Ciências sociais, negócios e direito	1970
Ciências Biológicas	27/08/1970	Licenciatura	40	3260	Educação	1970

Engenharia Civil	13/11/1971	Bacharelado	75	4280	Engenharia, produção e construção	1970
Geografia	01/04/1974	Licenciatura	30	2925	Educação	1970
Química	01/03/1974 ***	Licenciatura	25	3410	Educação	1970
História	01/04/1974	Bacharelado	35	2795	Humanidades e artes	1970
História	01/04/1974	Licenciatura	32	3230	Educação	1970
Geografia	01/04/1974	Bacharelado	30	3245	Ciências, matemática e computação	1970
Ciências Contábeis	10/08/1974	Bacharelado	100	3000	Ciências sociais, negócios e direito	1970
Letras - Língua Portuguesa	20/08/1974	Licenciatura	50	2900	Educação	1970
Biblioteconomia	20/08/1974	Bacharelado	40	2825	Ciências sociais, negócios e direito	1970
Engenharia de Alimentos	01/09/1978	Bacharelado	50	4170	Engenharia, produção e construção	1970
Letras - Português e Francês	13/05/1983	Licenciatura	25	3485	Educação	1980
Letras - Português e Inglês	13/05/1983	Licenciatura	25	3500	Educação	1980
Artes Visuais	19/08/1986	Licenciatura	50	2825	Educação	1980
Engenharia de Computação	15/09/1993	Bacharelado	50	3420	Engenharia, produção e construção	1990
Letras - Português e Espanhol	21/09/1993	Licenciatura	50	3500	Educação	1990

Física	27/11/1995	Bacharelado	40	2735	Ciências, matemática e computação	1990
Física	27/11/1995	Licenciatura	80	3215	Educação	1990
Ciências Contábeis*	26/07/1999	Bacharelado	20	3000	Ciências sociais, negócios e direito	1990
Engenharia Mecânica Empresarial	10/08/1999	Bacharelado	50	3945	Engenharia, produção e construção	1990
Engenharia Civil Empresarial	10/08/1999	Bacharelado	50	4130	Engenharia, produção e construção	1990
Educação Física	17/06/2005	Licenciatura	30	3260	Educação	2000
Psicologia	11/12/2006	Bacharelado	35	4040	Ciências sociais, negócios e direito	2000
Matemática Aplicada	16/05/2008	Bacharelado	40	2550	Ciências, matemática e computação	2000
Arqueologia	16/05/2008	Bacharelado	40	2890	Humanidades e artes	2000
Arquivologia	16/05/2008	Bacharelado	40	2445	Ciências sociais, negócios e direito	2000
Sistemas de Informação	18/07/2008	Bacharelado	40	3000	Ciências, matemática e computação	2000
Engenharia de Automação	18/07/2008	Bacharelado	40	3705	Engenharia, produção e construção	2000
Toxicologia Ambiental	18/07/2008	Tecnológico	24	2190	Saúde e bem estar social	2000
Eficiência Energética em Edificações**	15/08/2008	Tecnológico	60	3100	Engenharia, produção e construção	2000
Artes Visuais	12/09/2008	Bacharelado	25	2480	Humanidades e artes	2000

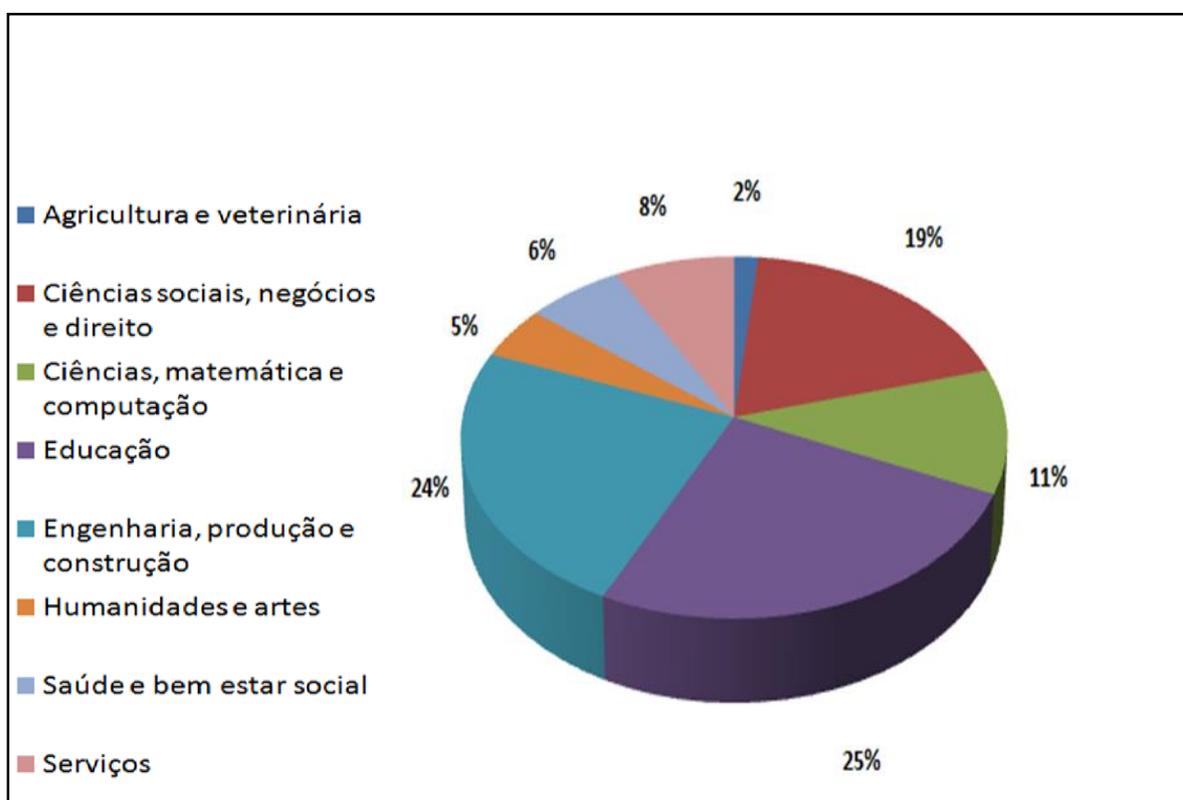
Engenharia Bioquímica	07/08/2009	Bacharelado	50	4065	Engenharia, produção e construção	2000
Engenharia Mecânica Naval	07/08/2009	Bacharelado	25	4020	Engenharia, produção e construção	2000
Engenharia Civil Costeira e Portuária	07/08/2009	Bacharelado	25	4340	Engenharia, produção e construção	2000
Química	07/08/2009	Bacharelado	50	2735	Ciências, matemática e computação	2000
Gestão Ambiental	28/08/2009	Tecnológico	30	1890	Serviços	2000
Multidisciplinar em Dependência Química	13/02/2015	Tecnológico	40	2675	Saúde e bem estar social	2010

*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

**Cursos em Extinção

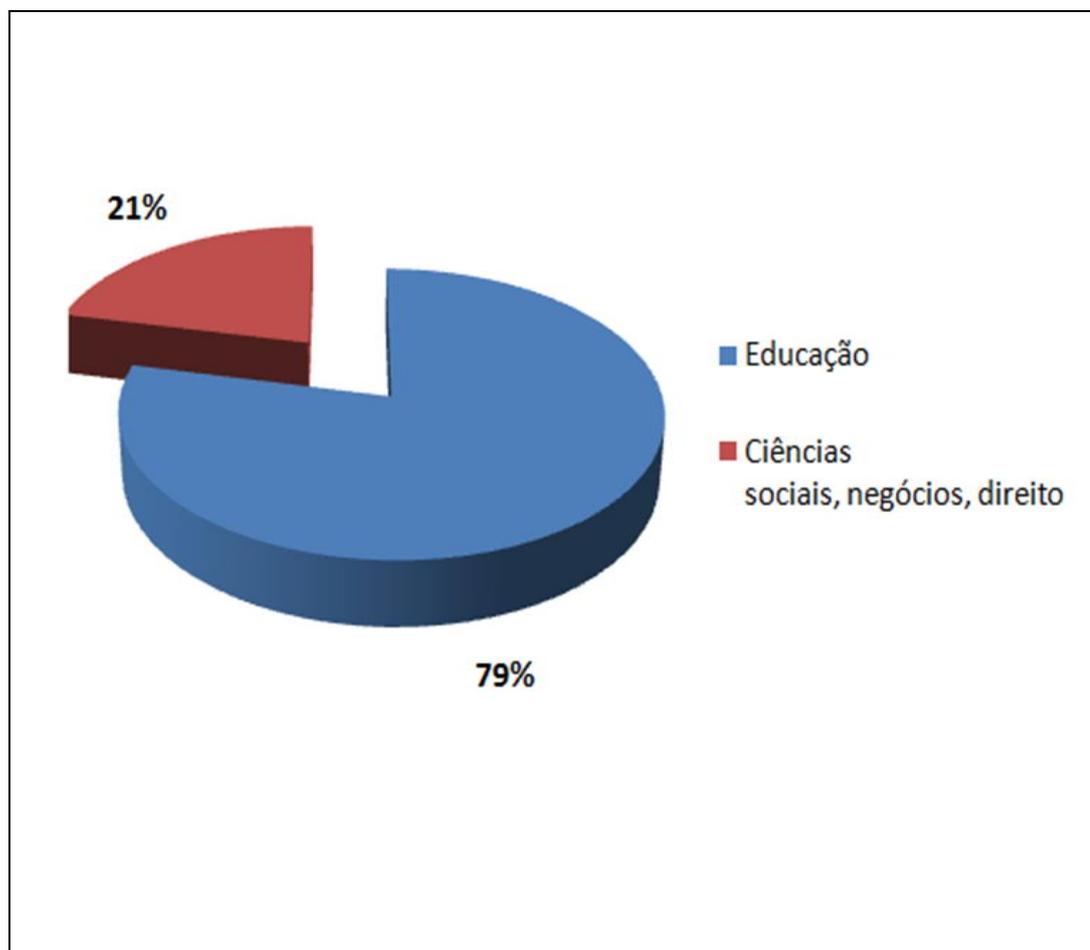
**Não há registro da data do ato da criação do curso. A data usada é a data do Início de Funcionamento do curso.

Apêndice E: Percentual por área de conhecimento dos cursos presenciais da FURG, conforme a Área Geral da OCDE no período de 1955 até 2019.



Fonte: elaborado pela autora com base em dados coletados no site do e-MEC.

Apêndice F: Percentual das áreas do conhecimento dos cursos de Educação à Distância – FURG no período de 2007 até 2019



Fonte: elaborado pela autora com base em dados coletados no site do e-MEC.

Anexos

Anexo A: Localização dos campi das Universidades Federais em 2002

Fonte: BRITO, 2014, p. 8.

Anexo B: Localização dos campi das Universidades Federais em 2010

